



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTROS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCHLA /CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Área de concentração: Sociologia Rural e do Desenvolvimento**

TESE DE DOUTORADO

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
OU ASSESSORIA TÉCNICA E SOCIAL?
Visões opostas do apoio à agricultura familiar**

Autor: **Elvio Quirino Pereira**

Professora Orientadora Dra. **Ghislaine Duque**

Campina Grande, 07 de Abril de 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTROS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCHLA /CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Área de concentração: Sociologia Rural e do Desenvolvimento
Tese de Doutorado**

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
OU ASSESSORIA TÉCNICA E SOCIAL?
Visões opostas do apoio à agricultura familiar**

Autor: Elvio Quirino Pereira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em sociologia da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do grau de doutor em Sociologia, sob a orientação da Professora Dra. **Ghislaine Duque**

Campina Grande, 07 Abril de 2004

UFCG BIBLIOTECA

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436a Pereira, Elvio Quirino

Assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social ? visões opostas do apoio à agricultura familiar . / Elvio Quirino Pereira. – Campina Grande : UFPB, 2005.

211p. ; il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, 2004.

Orientadora: Profª. Drª. Ghislaine Duque.

1.Agricultura familiar. 2. Extensão Rural. 3. Desenvolvimento rural participativo. 4. Agroecologia. I.Título.

CDU 316.334.55

**Bibliotecário Paulo Roberto Moreira de Almeida
CRB-2 / 1118**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTROS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCHLA /CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Área de concentração: Sociologia Rural e do Desenvolvimento
Tese de Doutorado**

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL OU
ASSESSORIA TÉCNICA E SOCIAL?
Visões opostas do apoio à agricultura familiar**

AUTOR: Elvio Quirino Pereira

ORIENTADORA: Profª Doutora Ghislaine Duque

Banca examinadora:

Profª Doutora Ghislaine Duque – Presidente (UFPB)

Prof. Doutor Danilo Nolasco Cortez Marinho (UnB)

Profª Doutora Maria de Nazaré Baudel Wanderley (UFPE)

Prof. Doutor Edgard Afonso Malagodi (UFPB)

Prof. Doutor Fernando Garcia de Oliveira (UFPB)

Aos meus pais: **Jorge Quirino Pereira e
Genita Martins Pereira**

Aos meus irmãos: **Shirlei, Erildo, Edberto e Eduardo**

Aos **camponeses**

Aos **colegas das ciências agrárias**

Ao **professor Ruy Rodrigues da Silva**

Aos meus dois colegas do curso de economia da UFT
que votaram contra a minha liberação para o curso de
doutorado

DEDICO

Agradecimentos

O momento de agradecer ultrapassa o nível do simples registros de pessoas que contribuíram diretamente para a realização desse projeto de vida. São contribuições diversas ao longo da minha história de formação que permitiram chegar a este trabalho de Tese, sempre incompleto. Mesmo sempre correndo o risco de ter esquecido pessoas importantes que indiretamente estiveram envolvidos nesse projeto acadêmico, muito embora o risco esteja lançado.

A professora e pesquisadora **Ghislaine Duque**, minha orientadora acadêmica, pela paciência empreendida durante o período da pesquisa, das discussões, das conversas e, em especial, na fase da redação final desse estudo. Sua orientação foi rigorosa, especialmente em meio às minhas inquietações, favorecendo uma reflexão mais consistente direcionando-a para a problemática em questão. Sua dedicação, disposição, garra e, principalmente seu compromisso é digno de exemplo e de sinceros agradecimentos.

Ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPB/UFCG pela importância desta formação. Obrigado pelo empenho de seus coordenadores na difícil missão de conciliar os diferentes interesses dentro do programa.

Aos professores componentes do PPGS em Sociologia.

Ao professor **Bernard Roux** do INRA/Fr obrigado pela orientação e apoio dado durante meus estudos na França. Aos colegas residentes na *Maison do Brasil*, obrigado pela convivência.

Aos colegas integrantes do Grupo de Pesquisa da Agricultura Familiar pela oportunidade de compartilhar as reuniões e os debates que alimentaram nossa reflexão em torno do objeto de tese, em especial ao colega Paulo Diniz. Obrigado pela troca das experiências e pelas valiosas contribuições.

Aos demais colegas do PPGS em Sociologia, de maneira especial aos colegas da minha turma de Doutorado de 2000; Fátima, Hamilton, Edmundo, Giacomina, Telma, Carla, Itamar e Cristina. Obrigado pelos debates e conversas informais.

Aos funcionários do PPGS em Sociologia, representados nas figuras do Joazinho, Nancy, Sandra, Rinaldo e Rose. Obrigado pela sua paciência, dedicação e responsabilidade dispensados em vários momentos dessa jornada.

Aos técnicos e gestores da EMATER-PB pelo apoio dado durante a pesquisa de campo.

Agradeço especialmente ao SINTER-PB e aos entrevistados que forneceram todas as informações solicitadas de modo incondicional.

Aos assessores técnicos e dirigentes da ASPTA e do PATAC. Obrigado pelo apoio durante a pesquisa e pela oportunidade do aprendizado durante o acompanhamento das dinâmicas junto com os agricultores.

Aos agricultores familiares e as lideranças sindicais entrevistadas, especialmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca e demais sindicatos da região do Pólo da Borborema.

As instituições componentes da ASA-PB, obrigado pelo apoio.

Aos cidadãos brasileiros que através da Capes financiaram, parcialmente, a bolsa de estudo.

Aos cidadãos tocantinenses que através da Universidade do Tocantins — UNITINS e, posteriormente, da Universidade Federal do Tocantins — UFT, viabilizaram o meu afastamento para realização desse estudo. Obrigado aos membros da congregação do curso de economia, especialmente aqueles que aprovaram minha saída para o doutoramento.

*Para minha esposa Adalgiza e minha filha Rafaella
Que, de forma tão diferente e especial, estão presentes nesta Tese
e na minha vida.*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LISTA DE TABELAS, MAPAS, QUADROS, ORGANOGRAMAS

RESUMO

ABSTRACT

RESUMÉ

APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	04
Estrutura da tese	06

Capítulo 1 – O OBJETO DE ESTUDO E O MÉTODO

1.1 - A importância do estudo da assistência técnica e extensão rural como objeto de análise sociológica	10
1.2 - As questões investigadas	18
1.3 - As hipóteses	19
1.4 - A metodologia	20

Capítulo - 2 PROBLEMÁTICA TEÓRICA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 – Introdução	26
2.2 - Aprofundando o conceito de assistência técnica e extensão rural	29
2.3 - A contextualização dos paradigmas da assistência técnica e extensão rural brasileira	33
2.4 - O modelo de desenvolvimento rural da revolução verde	38
2.4.1 - Origem e caracterização do modelo	38
2.4.2 - As conseqüências econômicas, sociais, políticas e ambientais dos pacotes tecnológicos da revolução verde	42
2.5 - O modelo de desenvolvimento rural da agroecologia	47
2.6 - A agricultura familiar e sua importância	55

2.6.1 - O conceito de agricultura familiar	55
2.6.2 - A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento	59

Capítulo - 3 A EMATER-PB A SERVIÇO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO VERDE

3.1- Introdução	66
3.2 - Os problemas na origem da Emater-PB	69
3.3 - Os problemas no modelo e nos princípios que orientam as estratégias da Emater	72
3.3.1 - Da estrutura e da gestão	73
3.3.2 - Da falta de autonomia	81
3.3.3 - Da ausência de parcerias e alianças com os movimentos sociais dos agricultores	82
3.3.4 - Do planejamento e do diagnóstico	83
3.3.5 - Das metodologias	85
3.3.6 - Da avaliação e do controle dos resultados	89
3.3.7 - Da formação e capacitação dos técnicos	93
3.4 - Conclusão — uma outra Emater-PB é possível?	94

Capítulo – 4 A EXPERIÊNCIA DO PROJETO LUMIAR

4.1 – Introdução	101
4.2 - As diferenças na sua própria origem	101
4.3 - As diferenças na concepção e nos princípios do projeto	103
4.4 - As diferenças da organização do projeto	107
4.5 - As diferenças da participação dos agricultores no projeto	112
4.6 - As diferenças das metodologias do projeto	112
4.7 - As diferenças no diagnóstico e no planejamento do projeto	114
4.8 - As diferenças da avaliação do projeto	116
4.9 - As diferenças no papel do técnico do projeto	116
4.10 - As dificuldades do projeto Lumiar	117
4.11- Conclusão: o Lumiar — uma experiência positiva e diferente	126

• **Capítulo – 5 AS EXPERIÊNCIAS DO PATAC E DA AS-PTA:**

Um serviço de assessoria técnica e social

5.1 – Introdução	133
5.2 – Origem, estratégias, princípios e área de ação da AS-PTA	135
5.3 – Origem, estratégias, princípios e área de ação do PATAC	141
5.4 - Os métodos de trabalho	149
5.4.1 – Os agricultores experimentadores	151
5.4.2 - O diagnóstico e o planejamento	152
5.4.3 - A avaliação e controle das atividades	154
5.4.4 - A participação dos agricultores	156
5.5 - As dificuldades das experiências	158
5.6 – Conclusão: os resultados das experiências	161

CONCLUSÕES 165

Condições para uma outra assessoria técnica e social voltada à agricultura familiar 165

BIBLIOGRAFIA 175

ANEXOS

Síntese cronológica da assistência técnica e extensão rural no Brasil	191
Roteiro de entrevistas	197
Relação dos entrevistados	202
Relação dos municípios da Paraíba atendidos pela EMATER-PB	203
Dados gerais da EMATER-PB	204
Documentário fotográfico da pesquisa de campo	205
Dados do planejamento e da avaliação da EMATER-PB	211

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
- AIA – American International Association for Economic and Social Development.
- ASA/PB – Articulação do Semi-árido da Paraíba
- AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- COMPATER – Comissão de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
- CONTACAP – Conta Cooperativa de Capacitação
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- DRP – Diagnóstico Rápido Participativo
- EMATER/PB - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (nível estadual)
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FASER – Federação das Associações dos Servidores da Assistência Técnica e Extensão Rural
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LUMIAR – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de Reforma Agrária
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MST – Movimento dos Sem- Terra
- ONG – Organização Não-Governamental
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades
- PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
- PROATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PROCERA – Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SIBER – Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SINTER /PB - Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDR – União Democrática Ruralista

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE TABELAS, FOTOGRAFIAS, QUADROS ORGANOGRAMAS E MAPAS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores de abrangência da EMATER-PB	76
Tabela 2. Distribuição do público potencial dos agricultores familiares da Paraíba	76
Tabela 3. Relação entre o público potencial e atendido pela EMATER-PB	77
Tabela 4. Participação das prefeituras municipais no trabalho da EMATER-PB	78
Tabela 5. Distribuição dos recursos humanos nas regionais da EMATER-PB	80
Tabela 6. Relação de técnicos, gestores e agricultores entrevistados individualmente	202
Tabela 7. Relação de municípios com escritório da EMATER-PB	203
Tabela 8. Principais indicadores da EMATER-PB	204
Tabela 9. Escritórios regionais, escritórios locais e municípios atendidos pela EMATER	204
Tabela 10. Número de técnicos em contato com o público, famílias atendida por técnicos e técnicos por município da EMATER-PB	204
Tabela 11. Faixa salarial dos técnicos da EMATER-PB	204
Tabela 12. Orçamento da EMATER ano 2001	204
Tabela 13. Gastos realizados por família atendida e potencial pela EMATER-PB	204

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. Agricultores experimentadores fazendo uma demonstração sobre confecção de feno de forma simples para a criação animal na região Soledade-PB	205
Fotografia 2. Mostra o trabalho dos agricultores e o material utilizado são restos de cultivos	205
Fotografia 3. Mostra a sede da AS-PTA município de Esperança-PB	206
Fotografia 4. Feira Agroecológica de Lagoa Seca, organizada pelo Sindicato com apoio da AS-PTA, onde o pesquisador entrevistou vários agricultores e técnicos.	206
Fotografia 5. Visita de intercâmbio na propriedade de um agricultor experimentador no município de Lagoa de Roça-PB	207
Fotografia 6. Grupo de agricultores experimentadores discutindo os resultados observados na visita de intercâmbio	207
Fotografia 7. Demonstração de um agricultor experimentador sobre a queima de ossos de bovinos para ser triturado e usado na fabricação do sal mineral para alimentação animal	208
Fotografia 8. Agricultores misturando os ingredientes para a fabricação do sal	208

mineral	
Fotografia 9. Barragem subterrânea utilizada para a produção de diversos cultivos, uma alternativa simples e adaptada a realidade dos agricultores familiares do semi-árido	209
Fotografia 10. Mostra o grande cuidado que os agricultores experimentadores têm com as barragens com o objetivo de evitar a erosão.	209
Fotografia 11. Feira Agropecuária de Campina Grande, organizada pela EMATER-PB. Local onde o pesquisador entrevistou vários agricultores e técnicos.	210
Fotografia 12. Feira Agropecuária de Campina Grande (Centro)	210
Fotografia 12. Mostra uma visita de intercâmbio onde os agricultores estão conhecendo os resultados do Biofertilizante fabricado pelos próprios agricultores experimentadores.	211
Fotografia 13. Paisagem que mostra a ocupação do espaço por várias propriedades de agricultores familiares no município de Remigo-PB.	211

QUADROS

Quadro 1. Algumas características para a diferenciação entre os modelos de assistência técnica e extensão rural do modelo da Revolução Verde e do modelo da agroecologia	54
--	----

ORGANOGRAMAS

Organograma 1. A estrutura da EMATER-PB	74
Organograma 2. A estrutura do PROJETO LUMIAR	111

MAPAS

Mapa 01: Municípios com escritórios da EMATER na Paraíba	75
--	----

RESUMO

O objetivo do trabalho foi estudar casos de assistência técnica oficial e alternativa (EMATER-PB, Projeto LUMIAR, AS-PTA e PATAC), procurando refletir sobre as condições de sua adequação para apoiar eficientemente a agricultura familiar. Com este propósito, procurou-se investigar: Qual é o papel do Estado e das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural frente à agricultura familiar? Quais são as relações, alianças e conflitos entre técnicos e agricultores? É possível identificar e construir outras relações que façam com que os agricultores possam construir seus próprios projetos de maneira mais autônoma? Além disso, buscou-se verificar como as metodologias de trabalho utilizadas pela assistência técnica favorecem ou inibem esse processo e quais são os limites e as possibilidades de existir uma outra assistência técnica voltada aos interesses dos agricultores familiares. Os resultados da pesquisa evidenciaram que é imprescindível melhorar o diálogo entre os técnicos e os agricultores familiares dentro dos programas de assistência técnica. O aprimoramento desse diálogo deve ocorrer no momento da concepção e implementação dos programas de assistência, mas, sobretudo, no processo de avaliação dos mesmos, através da participação direta dos agricultores. Este estudo aponta para a necessidade de repensar teoricamente e a partir de experiências práticas o controle social dos programas de apoio à agricultura familiar. Do ponto de vista técnico e metodológico, as estratégias participativas implementadas no Projeto LUMIAR, na AS-PTA e no PATAC, baseadas na agroecologia, mostram a grande capacidade da agricultura familiar de aproveitar a diversidade dos recursos biológicos e a otimização do uso da mão-de-obra, com o intuito de consolidar-se como uma estratégia de desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The aim of this work was to study cases of official and alternative technical assistance (EMATER-PB, Project LUMIAR, AS-PTA and PATAC), seeking to reflect over the conditions of its adequacy to efficiently support family agriculture. With this purpose, we tried to investigate: Which is the role of state and public politics for technical assistance and countryside extension concerning family agriculture? Which are the relationships, agreements and conflicts between technicians and farmers? Is it possible to identify and build up other relationships which can make farmers able to design their own projects in a more autonomous way? Besides, we tried to verify how the work methodologies used by the technical assistance favor or hamper this process, and which are the limits and possibilities of existence of another technical assistance which is concerned with the interests of family farmers. The results of study gave evidence that it is crucial to improve the dialog between technicians who are in charge of the technical assistance programs and family farmers. The improvement of this dialog must take place at the time of conception and implementation of assistance programs, but mostly, in the process of their evaluation, through direct participation of the farmers. This study highlights the need to reconsider, in a theoretical way and from practical experiences, the social control of the programs for supporting family agriculture. From the methodological and technical point of view, the participate strategies developed in the Project LUMIAR, at AS-PTA and at PATAC, based on agroecology, show the great ability of family agriculture to take advantage of the diversity of biological resources and optimization of the use of manual work, with the objective of consolidating as a strategy of rural development.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail a été d'étudier divers cas d'assistance technique officielle et alternative (EMATER-PB, Projet LUMIAR, AS-PTA et PATAC), en essayant de réfléchir aux conditions de son adéquation pour appuyer efficacement l'agriculture familiale. Dans ce but, on a cherché à répondre aux questions suivantes: Quel est le rôle de l'Etat et des politiques publiques d'assistancetechnique et extension rurale envers l'agriculture familiale? Quelles sont les relations, alliances et conflits entre assistants techniques et agriculteurs? Ést-il possible d'identifier et de construire d'autres relations pour que les agriculteurs arrivent à construire leurs propres projets de forme autonome? On a aussi cherché à vérifier comment les méthodologies de travail utilisées par l'assistance technique favorisent ou inhibent ce processus, et quelles sont les limites et les possibilités d'une autre assistance technique qui soit en faveur des intérêts des agriculteurs familiaux. Les résultats de la recherche mettent en évidence qu'il est indispensable d'améliorer le dialogue entre assistants techniques et agriculteurs familiaux dans les programmes d'assistance technique. Ce dialogue doit exister dès la conception et l'implantation des programmes d'assistance, mais, surtout, au cours de leur évaluation, par la participation directe des agriculteurs. Cette étude indique la nécessité de repenser théoriquement et à partir d'expériences pratiques le controle social des programmes d'appui à l'agriculture familiale. Du point de vue technique et méthodologique, les stratégies participatives implantées par le Projet Lumiar et par les deux ONG sur la base de l'agroécologie, montrent la grande capacité de l'agriculture familiale à utiliser au mieux la diversité des ressources biologiques et tout le potentiel de la main d'oeuvre dans l'intention de se consolider comme stratégie de développement rural.

APRESENTAÇÃO

A decisão de estudar a temática da assistência técnica tem a ver com as minhas origens, pois sou filho de um agricultor que sofreu as conseqüências do bloqueio das políticas públicas brasileiras voltadas para agricultura familiar. Desde a fase da adolescência, ao trabalhar durante o período de “férias” na lavoura, procurei entender, mesmo empiricamente: Qual era a importância da agricultura familiar? E por que tínhamos que realizar aquelas intensas e diversas atividades para cuidar dos cultivos e das criações? Descobri parcialmente sua complexidade e relevância ao constatar que o projeto de vida de minha família viabilizou-se por ter sido centrado na agricultura familiar.

Posteriormente, em busca de uma formação profissional, ingressei no curso de agronomia da Universidade Federal de Goiás — UFG e deparei-me com um modelo de escola destinada à formação de “técnicos” em que o ensino estava voltado para a transmissão de informações tecnológicas transcritas em inúmeros manuais (de adubação, de entomologia, de fitopatologia, de máquinas e motores, de irrigação, dentre outros). Portanto, no decorrer do curso, verifiquei que as metodologias e os conteúdos oferecidos na universidade eram inadequados à realidade da agricultura familiar. Então, decidi procurar complementar minha formação participando de outros meios não formais de aprendizagem, especialmente junto ao grupo de estudos sobre a agricultura alternativa. Foi através da participação nesse grupo que as minhas questões puderam ser parcialmente compreendidas, embora com muitas inquietações e respostas limitadas.

Outro momento relevante foi quando, ao iniciar os primeiros trabalhos na Universidade do Tocantins — UNITINS; procurei me inserir no grupo de pesquisa da agricultura familiar que desenvolvia um trabalho junto aos agricultores experimentadores na região sul do Estado do Tocantins. Foi a partir dessa experiência que algumas das questões anteriores puderam ser compreendidas.

Durante o curso de mestrado em sociologia na UnB, aprofundei meus estudos na área de ciência, tecnologia e sociedade, onde escrevi uma dissertação sobre o “*desenvolvimento agrícola em regiões de fronteira: o caso do município de Formoso do Araguaia-TO*”, onde procurei compreender as características, o funcionamento e a organização dos três principais sistemas de produção da região e suas relações com os atores sociais, com especial atenção para a produção da agricultura familiar.

As minhas reflexões sobre a agricultura familiar e a assistência técnica continuaram durante o trabalho de pesquisa nos assentamentos da Reforma Agrária, especialmente na coordenação do trabalho de coleta de dados do Censo Agrário de 1996 e, posteriormente, como Supervisor Externo do Projeto LUMIAR — Programa de Assistência Técnica e Social destinado aos agricultores assentados da Reforma Agrária — implementado pelo INCRA em 1997. Nessa oportunidade, foi possível vivenciar e participar “in loco” das problemáticas relacionadas à assistência técnica. Destaca-se que durante a implementação desse programa surgiram novos questionamentos, fruto dos debates entre os atores do LUMIAR. Essa experiência despertou-me o interesse de aprofundar os estudos na área.

Durante a participação no trabalho da pesquisa de avaliação exploratória do Projeto LUMIAR, tive, novamente, a oportunidade de retornar ao estudo da assistência técnica voltada à agricultura familiar, através de um processo de reflexão coletiva no interior do grupo de pesquisa multidisciplinar responsável pela execução do referido estudo. Nessa pesquisa, foram analisados diversos documentos, relatórios de trabalho das equipes e realizadas entrevistas diretamente com os atores internos e externos envolvidos no referido programa em oito Estados brasileiros; finalmente, os resultados foram analisados e debatidos intensamente pelos membros do grupo, resultando num relatório final de consultoria apresentado aos gestores do INCRA e encaminhado aos demais atores do Projeto.

A decisão de aprofundar os estudos foi sendo amadurecida durante a realização das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e, em especial na disciplina de sociologia rural e nas discussões junto ao Grupo de Pesquisa sobre a

Agricultura Familiar, onde a problemática da assistência técnica consolidou-se como objeto de tese.

Durante a realização dessa investigação, resolvi completar a minha formação participando do programa de doutorado “sanduíche” oferecido pela CAPES com o objetivo de conhecer outros modelos e tipos de assistência técnica. Nesse programa fiz um estágio de 6 (seis) meses na França, onde estudei a organização e o funcionamento da agricultura e dos serviços de assistência técnica oferecidos pelo Estado em parceria com os agricultores. Durante esse período realizei diversas visitas na região sul, onde tive a oportunidade de entrevistar agricultores e técnicos, procurando conhecer os aspectos positivos e negativos do modelo francês. Vale ressaltar que foi extremamente importante conhecer outra experiência para poder melhor analisar e compreender a nossa realidade, particularmente, nos aspectos da participação e do controle social exercido pelos sindicatos dos agricultores franceses junto aos serviços de assistência técnica.

Finalmente, reconheço os limites teórico-metodológicos dessa investigação, pois tenho consciência de suas limitações que poderão ser superadas pela incorporação das sugestões dos avaliadores dessa Tese e também através de novos estudos que venham a incluir outras abordagens aqui não tratadas.

INTRODUÇÃO

Entre as várias conseqüências negativas ocasionadas pela difusão internacional das práticas e técnicas agrícolas modernas no período pós-guerra, a marginalização dos conhecimentos dos agricultores familiares, especialmente nos países menos desenvolvidos, tem sido identificada. Essa desconsideração dos conhecimentos e das capacidades dos agricultores tem marcado todas as fases dos processos do desenvolvimento rural. Nos centros de pesquisa onde foram desenvolvidos os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, as prioridades das pesquisas foram definidas sob a influência dos interesses das grandes empresas produtoras de insumos agrícolas e do setor industrial, privilegiando métodos cujos critérios de validade e utilidade restringiram-se a situações idealizadas em laboratório. Por sua vez, a assistência técnica e extensão rural passou a ter como papel central o de educar as populações rurais, taxando-as de ineficientes e irracionais e, conseqüentemente, colocando-as como obstáculo para a adoção desses pacotes tecnológicos.

A partir das décadas de 80 e 90 começou a surgir uma reação às abordagens lineares e verticais que caracterizaram esse processo de transferência de tecnologia. Essa reação tem ganhado força no ambiente das ciências sociais e agrárias, assim como em diversas instituições que trabalham com o desenvolvimento rural (ONG's, agências de fomento e certos órgãos governamentais), cobrando o reconhecimento dos papéis dos agricultores e dos técnicos das ciências agrárias, tanto da pesquisa quanto do ensino e da extensão rural, especialmente no sentido de revalorizar as capacidades e as possibilidades dos agricultores, considerando-os como pessoas capazes de participarem ativamente de todas as fases do desenvolvimento e colocando o seu conhecimento como elemento-chave na formulação de alternativas produtivas sustentáveis.

Esse estudo busca refletir à luz das teorias da sociologia rural e do desenvolvimento sobre três experiências de serviços de assistência técnica e extensão rural (EMATER-PB, Projeto Lumiar e duas ONG's — AS-PTA e PATAC). Através dessas reflexões, levanto um questionamento sobre a necessidade de se gerar um paradigma científico diferente desse

que está vinculado à agricultura “moderna”, onde se possa resgatar e incorporar os conhecimentos dos agricultores que foram marginalizados na implantação das políticas públicas agrícolas de pesquisa, de ensino e de extensão rural.

Nesse trabalho destaco a necessidade de colocar os agricultores familiares no centro do processo de desenvolvimento rural, onde o seu papel não será mais apenas o de ser receptores de tecnologias e de programas de desenvolvimento, mas sim de ser atores ativos, com poder e capacidade de definir estratégias, propor soluções para os problemas que julgarem ser os mais importantes. O estudo não pretende idealizar o conhecimento popular dos agricultores, como melhor e mais apropriado que o conhecimento científico para enfrentar os desafios colocados nas diversas etapas do processo de desenvolvimento rural. Não se trata tampouco de um simples exercício acadêmico. Esse estudo vai mais longe: procuro mostrar que, efetivamente, existem alternativas viáveis de se implementar uma outra assistência técnica. Reconheço que a abordagem participativa tem limitações, especialmente ao nível da aplicação prática, o que serve para chamar a nossa atenção no sentido de não buscarmos visões reducionistas de fenômenos que são, por natureza, complexos, como os processos de inovações tecnológicas voltadas à agricultura familiar.

Portanto, conforme recomenda SANTOS (2000), prefiro adotar uma atitude de prudência no processo de construção do conhecimento; por isso considero que os atores sociais e seus conhecimentos estão envolvidos em processos de mudança, especialmente quando tratamos de tecnologias agropecuárias que estão vinculadas aos interesses de diversos grupos sociais. Considero também que as culturas e as tecnologias são produtos da sociedade e, por isso são dinâmicas, sofrem múltiplas transformações, em função das necessidades e das pressões sócio-econômicas do conjunto da sociedade. Por isso, não aceito tampouco a idéia reducionista de que os agricultores familiares estão sozinhos, à espera de novas abordagens, informações ou de pacotes alternativos, prontos para serem adotados, agora, dentro de uma metodologia aparentemente participativa voltada para uma agricultura sustentável. Ao contrário, a própria história da agricultura familiar no mundo e, em especial no Brasil, vem demonstrando que os agricultores têm sido extremamente

hábeis e ativos no sentido de promover a sua reprodução social em meio aos bloqueios das políticas liberalizantes dos Estados Nacionais.

Como mostra Giddens (1989), existe uma grande capacidade de um ator individual ou coletivo processar experiências sociais, dentro de determinados limites de informação e incertezas e outras restrições objetivas. Considero que o agricultor familiar é sujeito, ou seja, ao mesmo tempo em que deseja o progresso técnico, quer seja para produzir mais ou aliviar a penosidade do trabalho físico, luta também contra a racionalidade instrumental produzida pela ciência moderna que tenta transformá-lo em instrumento ou objeto. Uma maneira de afirmar como sujeito se dá pela não implementação das recomendações dos técnicos que, na maioria das vezes, não levam em conta a realidade e as lógicas internas da agricultura familiar. Outra forma de reação dos agricultores é também através do seu silêncio.

Com esta tese, evidenciarei que é possível haver uma interação e troca de saberes entre os agricultores e técnicos, ou seja, podemos promover a criação conjunta de conhecimentos e tecnologias voltadas ao interesses dos agricultores familiares, embora reconheça que os processos de transformação dos conhecimentos são cheios de aspectos conflituosos e relações de poder; pois os processos de desenvolvimento são complexos, permeados por interesses e valores envolvendo negociações, acomodações, conflitos, fatores que não podem ser considerados somente como negativos conforme nos mostra FOUCAULT (1979) e SIMMEL (1983).

Estrutura da tese

A tese está constituída por introdução, cinco capítulos, conclusões, bibliografia e anexos.

No Capítulo 1, intitulado **O objeto de estudo e o método**, apresento as razões que justificam a realização desse estudo do ponto de vista sociológico, levantando um conjunto de questões que funcionaram como eixos centrais de investigação. Estabeleço três hipóteses

de trabalho e descrevo quais foram os critérios metodológicos utilizados, bem como as estratégias do trabalho de campo.

No Capítulo 2, dedicado é **Problemática teórica: assistência técnica, desenvolvimento rural e agricultura familiar**, numa primeira parte, faço uma análise sobre o conceito de assistência técnica e apresento uma contextualização dos paradigmas sobre a assistência técnica e extensão rural. Numa segunda parte, trato de algumas das conseqüências (econômicas, sociais, políticas e ambientais) da implantação do modelo de desenvolvimento da Revolução Verde, tanto nos aspectos ligados ao ensino, à pesquisa e à assistência técnica e extensão rural. Nesse modelo foram inseridos diversos mecanismos de difusão e transferência de tecnologias com finalidade de “modernizar” a agricultura. Tal modelo revelou ser eficiente apenas sob determinados aspectos do aumento da renda e da produtividade e demonstrou a enorme capacidade da ciência. Porém, esse modelo tem provocado muitos impactos negativos, gerando exclusão social e degradação do meio ambiente, sobretudo para os agricultores familiares que não têm acesso aos recursos físicos e financeiros demandados por essas tecnologias “modernas”. Numa terceira parte, observo que as recentes transformações e a dinâmica da economia mundial têm lançado novos desafios aos processos de desenvolvimento rural. Surgiram diversas críticas a esse modelo que ficou direcionado somente para o aumento da produção e da produtividade. Assim, começaram a surgir outras abordagens interessadas a buscar a sustentabilidade e a equidade. Dentro desse contexto, verifico numa quarta parte, porque a agroecologia vem se mostrando como uma alternativa para promover a agricultura familiar. Analiso como os princípios da agroecologia como a diversidade, a solidariedade, a participação e o respeito ao meio ambiente, abrem oportunidades para um diálogo com os agricultores familiares, contrapondo-se às lógicas do modelo da Revolução Verde. Na última parte desse capítulo apresento uma discussão sobre o conceito de agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento.

Os capítulos 3, 4 e 5 apresentam os resultados da pesquisa de campo. No Capítulo 3, denominado **A Emater-PB a serviço do modelo de desenvolvimento da Revolução Verde**, faço uma abordagem crítica da maneira como vêm sendo promovidos os serviços

dentro da empresa estadual de assistência técnica e extensão rural — EMATER/PB. Verifico que os serviços oferecidos não respeitam a lógica de organização e de funcionamento da agricultura familiar, por isso não atendem aos desejos e projetos dos agricultores familiares. As metodologias utilizadas baseadas nos pacotes tecnológicos por produtos ou criações são inadequadas à agricultura familiar. Toda a gestão, o sistema de diagnóstico, de planejamento e de avaliação da instituição estão dentro da lógica e a serviço do modelo da Revolução Verde, especialmente, a avaliação que é essencialmente quantitativa. Mostro ainda que os técnicos impõem projetos que, na maioria das vezes, atendem somente aos interesses do poder político local. As relações entre os técnicos e os agricultores são permeadas por conflitos, por isso não se tem uma aliança com os agricultores familiares que não participam das atividades nem das decisões da extensão oficial.

No Capítulo 4, intitulado **A experiência do Projeto Lumiar**, procuro identificar em que aspectos o Projeto LUMIAR foi inovador e diferente. Analiso a origem do Projeto, a organização, os processos do diagnóstico, do planejamento e os processos de avaliação. Apresento os aspectos que o diferenciava do modelo oficial, em especial em relação à questão da participação dos agricultores num processo de co-gestão entre o Estado e a sociedade. Discorro sobre as diversas questões que se mostraram conflituosas durante a implantação do Projeto, dentre elas a questão das dificuldades da promoção da participação. Verifico que esse problemas já se apresentavam, mesmo antes da implantação do Projeto. Apesar disso, foram mantidos pelos gestores do INCRA dentro das diretrizes do LUMIAR. Concluo que mesmo existindo problemas e conflitos, havia um grande envolvimento dos movimentos sociais e dos representantes dos agricultores familiares com o Projeto, que estava permitindo a construção de uma aliança entre produtores e técnicos. As relações estabelecidas eram mais harmônicas, e por isso, os resultados mostravam-se muito promissores. Porém, o Estado, de maneira autoritária e unilateral, decidiu abandonar a implantação do Projeto sem antes consultar os agricultores familiares e sem promover uma avaliação mais consistente sobre os resultados alcançados.

No Capítulo 5, denominado **As experiências do PATAC e da AS-PTA**, apresento a experiência de duas ONG's (PATAC e AS-PTA) que atuam na Paraíba. Analiso como essas organizações foram criadas, quais os seus princípios orientadores, suas formas de organização, suas metodologias, os seus processos de diagnóstico, de planejamento e de avaliação. Destaco quais são os aspectos metodológicos da experiência que a diferenciam dos dois modelos anteriores (EMATER-PB e Projeto LUMIAR), buscando evidenciar de que maneira as atividades são promovidas e, principalmente, como se dá a participação dos agricultores familiares, inclusive, na fase de construção dos conhecimentos com os agricultores experimentadores que, dentro da proposta da agroecologia, são considerados elementos-chave. Mostro também que as relações entre assessores e agricultores são harmônicas e constato a existência de uma aliança muito forte com os sindicatos e associações de trabalhadores rurais.

Finalmente, no Capítulo 6, apresento **as conclusões** quanto à necessidade de promover um outro modelo de desenvolvimento e uma outra assistência técnica, buscando contribuir para a discussão sobre a elaboração e implementação de uma outra assistência técnica e extensão rural voltada à agricultura familiar.

Capítulo 1

O OBJETO DE ESTUDO E O MÉTODO

1.1 – A importância da assistência técnica e extensão rural como objetos de análise sociológica

Segundo SÁNCHEZ DE PUERTA (1996: 22), o estudo da teoria e da prática da assistência técnica e extensão rural nos permite evidenciar as diversas concepções de agricultura e da sociedade rural, necessidades e mitos da sociedade. Cada modelo de extensão rural revela o que a sociedade espera e demanda da agricultura e do mundo rural, a concepção de sua natureza e de sua funcionalidade no conjunto da sociedade.

Através dos estudos dos serviços de assistência técnica e extensão rural, encontraremos, por exemplo, as mudanças nas demandas da sociedade global junto à agricultura e à sociedade rural, em função das necessidades de cada momento histórico (tendo em vista determinados processos de urbanização e industrialização) e as possíveis soluções tecnológicas para satisfazê-las. Poderemos encontrar também nesses modelos diversas concepções sobre a evolução da agricultura, de seus métodos, meios, instrumentos e agentes, bem como aspectos das condições do progresso econômico e social – e da modernização – (além das diversas visões de progresso e da própria modernização), da natureza do conhecimento científico e do conhecimento popular, e de suas relações, condições e respectivas funcionalidades, de seus processos de comunicação, da estrutura e da ordem social, dos sistemas de valores e crenças (morais, religiosas, políticas, etc.) e, finalmente, de seu significado na história e cultura nacional e regional.

O estudo da assistência técnica e extensão rural revela sempre, como realidade social, um interesse mais amplo que sua função de ser apenas instrumento da modernização da agricultura e do mundo rural. Através da difusão de técnicas, objetos declarados e justificados da extensão rural, são difundidos também valores e normas, lógicas de

racionalidades produtivas, modelos disciplinares, concepções do que é ser um “bom agricultor” e, principalmente, mecanismos de autonomia ou subordinação econômica, social e política.

Desde as primeiras experiências da assistência técnica e extensão rural desenvolvida nos diferentes países, mediante as cartilhas de catequismo, dos diários dos missionários, das escolas-fazenda, das fazendas-modelos experimentais, ou dos laboratórios agrícolas, a extensão rural foi, na maioria das vezes, desenvolvida com um caráter propagandista, com suas instituições rurais e suas estruturas de pessoal volante. Através da implantação do modelo extensionista americano, com sua estrutura de agências comerciais, agentes profissionais e suas ações sobre os agricultores e suas famílias, usando as modernas teorias de “*farming system*”, “*local knowledge*”, “*knowledge interfaces*” e “*desarrollo sustentable*”, encontramos sempre comportamentos, normas, valores, atitudes, objetivos, meios de ação etc., cujo significado extrapola a questão agrária e, evidentemente, reveste um enorme interesse para a sociologia.

Por um lado, quase sempre o par “assistência técnica e extensão rural” vem se apresentando como um instrumento de mudança social (ao mesmo tempo em que também faz parte do processo de mudança); tem-se apoiado na sociologia, na psicologia social, na antropologia, dentre outras disciplinas. A extensão se utiliza também de instrumentos como a dinâmica de grupos, o desenvolvimento comunitário, a teoria da comunicação, observação participante, teorias pedagógicas e todos os demais instrumentos conhecidos das ciências sociais. Ressalta-se ainda que a prática dos técnicos extensionistas também tem mostrado ser um magnífico laboratório para a sociologia rural e do desenvolvimento.

Por outro lado, as atuais teorias e práticas da assistência técnica e extensão rural estão apresentando profundas transformações que afetam suas próprias origens. Essas mudanças não estão ocorrendo somente no campo da agricultura e da sociedade rural, mas em toda a sociedade, que está hoje mais globalizada do que nunca.

Em primeiro lugar, as novas tecnologias da comunicação e da informatização proporcionam instrumentos revolucionários que estão modificando não somente os meios da extensão, mas também a sua própria natureza (por exemplo, quanto ao seu destino e interações). Em segundo lugar, os novos papéis que a sociedade globalizada demanda aos espaços rurais e à própria atividade agrária, já não se referem mais exclusivamente à produção primária, mas se relacionam ao lazer e a funções de conservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Além disso, a globalização dos mercados de produtos agrícolas, a crise do produtivismo, o controle sanitário, a valorização do meio ambiente e a demanda de alimentos naturais favorecem e ampliam os questionamentos do modelo extensionista clássico, baseado nas teorias — clássicas do funcionalismo — da modernização e da difusão de inovações tecnológicas.

Na atualidade, buscam-se outros modelos de extensão rural mais interativos, multidirecionais e respeitosos não somente do meio natural, mas também do meio sócio-cultural local, valorizando o conhecimento popular tradicional, não apenas como uma expressão e exigência de caráter instrumental e funcional. Essa procura aparece como uma exigência democrática (que exige a participação da população afetada, superando sua condição de sujeitos passivos do desenvolvimento), mas passa também pela exigência do reconhecimento de outros modelos mais plurais do ponto de vista cultural e ideológico.

Durante os últimos anos, o debate sobre o desenvolvimento rural se intensificou não somente nos países desenvolvidos, mas também no Brasil, transformando-se numa questão de extrema relevância para o nosso futuro. Do ponto de vista acadêmico, o debate tem sido concentrado em alguns centros de pesquisa que investigam as questões ligadas ao mundo rural, particularmente nas Universidades Públicas, que possuem no âmbito da pós-graduação programas de formação que estudam essa temática. Observa-se também um rico e intenso debate em algumas ONG's e movimentos sociais rurais, sobretudo por trazerem, a partir de suas experiências práticas, problemas concretos que enriquecem a reflexão acadêmica. No entanto, estas discussões vêm tendo dificuldades de penetrar e influenciar as

instituições elaboradoras das políticas públicas do Estado, em especial as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ao estudar os serviços de assistência técnica destinados aos agricultores familiares, estar-se-á realizando uma discussão sobre o modelo do desenvolvimento rural brasileiro. Assim, partimos de um pressuposto de que os modelos, as ações tecnológicas e metodológicas desenvolvidos pelos serviços de assistência técnica influenciaram e influenciam os projetos dos agricultores familiares. Neste estudo, a intenção é contribuir com o referido debate, colocando os serviços de assistência técnica como um objeto de análise sociológica, tendo também a preocupação de estudar algumas das experiências em curso no interior das próprias ações das agências oficiais, das ONG's e dos movimentos sociais rurais.

As transformações do mundo rural contemporâneo estão ampliando e renovando o campo de pesquisa. Em relação à divisão rural-urbano, pode-se descartar a idéia que a homogeneização pretendida pelo processo da modernização agrícola e pela integração da agricultura à agroindústria ocorreu. Atualmente, em vários países, evidencia-se um processo do renascimento, de revitalização do rural, ao mesmo tempo em que antigos atores sociais desse espaço, os agricultores, procuram novas estratégias para conservar ali seu espaço de vida e produção (WANDERLEY, 2000).

O debate sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural não ocorre somente no Brasil, mas ele acontece em várias partes do mundo. De acordo com ECHENIQUE (1998), há um consenso de que os modelos “difusionistas” tradicionais de assistência técnica e extensão rural implantados desde a década de 50 estão esgotados e precisam ser reformulados em função das grandes transformações ocorridas na agricultura e no mundo. Inclusive vários países da América Latina estão procurando reorganizar seus serviços de extensão, aproveitando as suas próprias experiências dos últimos anos.

No bojo dessas transformações, intensificam-se as pressões para promover o modelo de desenvolvimento sustentável. Portanto, existe um movimento para que a assistência

técnica e extensão rural venham a transformar a sua prática convencional atendendo a essas novas exigências da sociedade. A crise sócio-ambiental, gerada pelos estilos convencionais de desenvolvimento, contribuiu para ampliar as críticas sobre o modelo de assistência técnica e extensão rural baseado na difusão de inovações e nos tradicionais pacotes da Revolução Verde.

A crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover resultados equânimes e sustentáveis, não sendo capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou das questões ambientais. As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis para os agricultores pobres nem se adequaram às suas condições agroecológicas e sócio-econômicas.

Recentemente, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável ganhou rápido impulso em resposta ao declínio na qualidade de vida urbana, bem como à degradação da base de recursos naturais associados à agricultura moderna. O conceito de sustentabilidade é controverso; mesmo assim, é útil, pois reconhece que a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais; isto é, o desenvolvimento agrícola resulta da complexa interação de muitos fatores. Dessa forma, observa-se que a produção agrícola deixou de ser apenas uma questão puramente técnica, passando a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas (ALTIERI, 2001: p.16).

Os agricultores familiares vêm realizando diversas inovações (tecnológicas e gerenciais) e acumulando inúmeras experiências positivas. Porém, será necessária a adoção de outros métodos de assistência técnica que favoreçam a socialização dessas experiências. A aposta é que as diversas instituições do Estado, das organizações não governamentais — ONG's — e dos movimentos de ação coletiva possam, juntos, contribuir para transformar essa realidade. Entretanto, existem enormes dificuldades para se estabelecer alianças e

definir uma agenda de compromissos entre os técnicos da extensão rural oficial e os agricultores familiares.

É necessário uma investigar os modelos de assistência técnica oferecidos à agricultura familiar, principalmente porque não existem estudos à disposição dos agricultores familiares e de suas representações, como também das instituições do Estado para compreender, de maneira científica, os modelos de extensão, o que gera limitações nas propostas e soluções para os problemas da assistência à agricultura familiar. Além disso, existe no Brasil uma grande deficiência nos programas de formação em ciências agrárias voltados aos interesses da agricultura familiar. Portanto, se precisa de estudos científicos sobre a assistência técnica e extensão rural.

Para se colocar em prática um outro modelo de desenvolvimento, será imprescindível promover um modelo de agricultura sustentável que não poderá ser alcançado apenas mediante os processos de transferência de tecnologia. Para atingir esse objetivo, precisa que os serviços de assistência técnica e a extensão rural sejam melhorados, para serem instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural. Além disso, será necessário que o processo de construção dos conhecimentos sobre os diversos agroecossistemas, os aspectos sociais, culturais e econômicos permitam reconhecer que os agricultores são capazes de construir esse outro modelo de desenvolvimento.

Por um lado, os agricultores familiares no Brasil sempre conviveram sob um poderoso regime político e social dominador, no qual nunca lhes foram proporcionadas oportunidades e liberdade de expressão¹. Assim, essa condição de exploração e submissão sempre foi um fator limitante à compreensão crítica das suas próprias relações de opressão, favorecendo a criação por eles mesmos de modelos de representação que incorporaram os valores do dominador (técnico ou Estado) como protetor e, principalmente, provedor de sustento².

¹ Veja o estudo de DUROUSSET (2001).

² A maneira como ocorre a incorporação dos valores do dominador é apresentada em detalhes na obra de MOORE JUNIOR, Barrington (1987).

Por outro lado, em diversos momentos, os agricultores familiares foram convocados a participar do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, porém sua inserção fora sempre marginal, ou seja, como fornecedores de mão-de-obra e alimentação barata, viabilizando os empreendimentos capitalistas do setor industrial. Noutros momentos, sob a ótica dos povos das cidades, foram vistos como invasores, desqualificados e incapazes de serem protagonistas de seu próprio destino. Assim, todo o poderio da elite dominante ainda não deu oportunidades para eles exercerem a sua cidadania e serem considerados sujeitos e atores plenamente capazes.

Urge o desafio de reconhecer e favorecer o potencial dos agricultores familiares, não somente pela sua capacidade de produzir alimentos, mas, sobretudo, pela sua capacidade de fornecer outros modelos de organização social que favoreçam a solidariedade, a interação e a reciprocidade entre os indivíduos. Faz-se necessário considerar também sua importância em relação a outros modelos de organização da sociedade. Estudos de ABRAMOVAY (1998) e WANDERLEY (2000), mostram que hoje nem sempre é possível uma separação completa entre as fronteiras do mundo urbano e rural. De acordo com eles, quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades, impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade deixando de ser encarada como uma reserva de mão-de-obra barata.

Os processos de transferência de tecnologia não são nem política e nem socialmente neutros, mas portadores de modelos de representação do mundo e de ideologias. Assim, as opções tecnológicas não são inocentes e, por isso, condicionam as possibilidades futuras dos agricultores; nelas estão também presentes projetos políticos que, na maioria das vezes, reforçam os mecanismos de poder e dominação inseridos em pacotes tecnológicos da Revolução Verde. O modelo de assistência técnica “difusionista” é utilizado pelos sistemas de produção considerados “modernos” que funcionam de acordo com os interesses da agroindústria. Um bom exemplo desse modelo são os casos dos agricultores integrados na produção de suínos, aves e frutas.

Principalmente após a década de 60, passou a existir uma corrente ideológica que contribuiu para o crescimento do paradigma técnico-científico vinculado à Revolução Verde, utilizando-se de um discurso científico, procurou desqualificar as ações dos agricultores, sujeitos capazes de produzirem conhecimento. A ciência, representada pelas recomendações dos serviços de assistência técnica, monopolizou o domínio da geração dos conhecimentos. Tais recomendações passaram a ser vistas como verdades únicas, reforçando a idéia de que os agricultores são apenas receptores das inovações tecnológicas. Isto os fez perder, dia-a-dia, sua tradição cultural e histórica de produção de conhecimento, a qual, se mantida, poderia leva-los a uma maior autonomia.

Entretanto, desde o início dos anos 80, vários estudos vêm analisando as conseqüências sociais, ambientais e econômicas promovidas pela rápida disseminação do paradigma técnico-científico da Revolução Verde sobre as diversas regiões do mundo, sobretudo nos países mais pobres do Terceiro Mundo. No Brasil, tais estudos foram desenvolvidos principalmente pelas organizações da sociedade civil, e, mais recentemente, por algumas poucas instituições oficiais de pesquisa e de extensão rural com o objetivo de promover outros modelos mais sustentáveis de desenvolvimento agrícola.

Não obstante as primeiras experiências desenvolvidas, foi somente a partir da década de 90 que se iniciou, de maneira mais intensiva, a construção de outros modelos mais sustentáveis voltados para um outro padrão de desenvolvimento onde se fez uma crítica mais contundente sobre os efeitos do modelo sócio-econômico e técnico dominante na agricultura brasileira. Essas experiências alternativas utilizaram-se das abordagens participativas nos processos de pesquisa-desenvolvimento que requerem uma maior valorização dos conhecimentos tradicionais mediante um estreito diálogo entre o saber científico e o saber popular dos agricultores. Dentro dessas experiências, destacam-se aquelas que estão embasadas na agroecologia, como componente de um outro paradigma científico, promovendo intercâmbio de conhecimento a partir de realidades locais desenvolvidas junto aos agricultores familiares.

Portanto, mostraremos no decorrer da tese, que a agricultura familiar não visa somente às atividades de produção, mas a inúmeras outras ligadas à sua reprodução e à sua organização política, econômica, social e cultural. Isso implica que devemos valorizar o papel político pedagógico na concepção e implementação dos projetos de desenvolvimento dos agricultores. Assim, é na busca de reconhecimento e de valorização de suas potencialidades que os agricultores familiares estão se deparando com os problemas de inadequação das políticas públicas a eles destinadas; dentre eles, tratar-se-á aqui, especialmente, da problemática da assistência técnica.

1.2 - As questões investigadas

Atualmente, diversos estudos vêm mostrando o descompasso e a incapacidade das políticas públicas do Estado brasileiro de considerar os agricultores familiares como sujeitos e atores capazes de gerir seus próprios processos de desenvolvimento. Portanto, uma primeira questão é: **será que um outro modelo de assessoria técnica e social pode favorecer e reforçar tais capacidades, em que os técnicos sejam realmente parceiros na definição e execução dos planos de desenvolvimento elaborados junto com os agricultores?** Ademais, através das experiências desenvolvidas pela EMATER-PB, pelo Projeto LUMIAR e por duas ONG's (PATAC e AS-PTA), **quais são os aspectos dos serviços de assistência que condicionam ou favorecem o exercício do poder de decisão dos agricultores voltados aos seus projetos de desenvolvimento ?**

Procurou-se investigar também as metodologias, os discursos e as práticas de participação utilizadas pelos serviços de assistência técnica que podem facilitar, ou não, a perpetuação da reprodução das relações de autoritarismo e dominação dos agricultores familiares. Isso levou à análise das atitudes democráticas e autoritárias nas relações entre técnicos e agricultores. Logo, as outras questões estudadas foram: **como problematizar as atuais relações de dominação dos serviços de assistência técnica e construir outras relações que permitam aos agricultores construir seus projetos e sua cidadania? Quais são essas relações? De que maneira as metodologias de trabalho utilizadas pela assistência técnica interferem, favorecendo ou inibindo esse processo?**

O que se pretende evidenciar, neste estudo, é a tensão entre os poderes e os saberes dos técnicos (conhecimento científico) e dos agricultores (saber popular), procurando delimitar e aprofundar alguns dos aspectos metodológicos do trabalho dos técnicos, tais como suas lógicas e estratégias, os seus discursos e sua ação cotidiana de trabalho. Esses recortes têm por objetivo colocar em relevo as divergências e as convergências relacionadas ao mecanismo de saber-poder.

Em relação ao poder, FOUCAULT (1979) mostra que ele possui natureza multifacetada e que as suas relações não podem ser explicadas de forma dicotômica: uns possuem e o concedem e outros não o possuem. Para o referido autor, o poder não é meramente uma mercadoria a ser possuída, acumulada e imposta aos outros de forma não problemática, ou superada simplesmente por atos de boa vontade dos atores envolvidos na aplicação de estratégias participativas, no caso do trabalho dos técnicos.

O conjunto destas reflexões oferece os elementos para formular três hipóteses principais de estudo. Vale registrar que estas hipóteses significaram apenas um conjunto de orientações iniciais para a pesquisa. Desse modo, procurou-se direcionar nosso estudo, mais do que fazer demonstrações.

1.3 - As hipóteses

Numa primeira hipótese: as ações dos técnicos são portadoras de visões de mundo, ou seja, de modelos de razão e verdade. No caso dos programas de assistência técnica oficial oferecida à agricultura familiar, existem divergências significativas entre os técnicos e os agricultores no modo de compreender esses diferentes modelos de razão e verdade. Essas divergências se devem, principalmente, à compreensão limitada dos técnicos fazendo com que este pensem que, por causa do seu nível de estudo, podem desprezar a cultura dos camponeses, quando estes têm um saber e uma cultura tão relevantes quanto os do técnico. Ademais, a permanência das velhas estruturas de dominação e da posição de modéstia dos

agricultores familiares contribui para a manutenção da cultura da dependência e da subalternidade.

Nossa segunda hipótese será que, através das metodologias participativas da assistência técnica, a troca de saberes entre técnicos e agricultores familiares contribui para a melhoria na eficácia desses serviços de apoio à agricultura familiar. O reconhecimento da capacidade de sujeito dos agricultores familiares e sua efetiva participação possibilitam uma maior convergência das lógicas, estratégias e métodos de trabalho, podendo reduzir os conflitos e ampliar os resultados das respectivas ações. Os agricultores familiares, embora não se manifestem abertamente, reagem aos atuais modelos de assistência técnica oficial, ignorando as suas recomendações, ao invés de reivindicarem o reconhecimento de suas potencialidades de sujeitos capazes de participarem, proporem e realizarem ações de desenvolvimento.

Numa terceira hipótese, estabelece-se como parâmetro de investigação a possibilidade da adoção de uma outra assistência técnica participativa como forma de melhorar o diálogo e as relações entre os agricultores familiares e os técnicos. Isso pode ocorrer no momento dos diagnósticos participativos junto às comunidades e, posteriormente, na formulação e na implementação dos programas de assistência e, sobretudo, com o controle social e a efetiva participação dos agricultores no processo de avaliação, adequando os serviços de assistência às suas necessidades.

1.4 – A metodologia

A estratégia metodológica do estudo foi conhecer e analisar os discursos e as práticas dos agricultores, técnicos e gestores dos serviços de assistência técnica, visando compreender: seus modelos teórico-práticos, estratégias, lógicas de ação, metodologias, relações e atitudes. A partir daí, o trabalho buscou desenvolver uma análise dos modelos de assistência, através do estudo dos casos da EMATER-PB, do PATAC, da AS-PTA e do Projeto LUMIAR, procurando conhecer e acompanhar a dinâmica desses serviços. Além disso, procuramos identificar quais são os modelos, os limites e as possibilidades, bem

como as características dos serviços de assistência técnica, voltados a atender aos interesses dos agricultores familiares.

O objetivo foi investigar a pluralidade dentro das experiências existentes de assistência técnica, ou seja, os serviços oficiais, (por isso se escolheu a EMATER-PB, e o ex-Projeto LUMIAR que se apresentava como uma experiência diferente) e os não oficiais (as experiências das ONG's, que atuavam na área da agricultura familiar). No caso das ONG's uma das razões da escolha foi pela facilidade de acesso do ponto de vista da distância física, mas principalmente por elas já terem um importante trabalho desenvolvido junto aos agricultores familiares da região, além de já terem tido parceria em algumas atividades com alguns professores da universidade.

Foram também estudados numa primeira fase da pesquisa, diversos trabalhos sobre a temática da assistência técnica e extensão rural, tais como: documentos oficiais e relatórios técnicos da EMATER-PB e do Projeto LUMIAR; documentos dos órgãos federais e dos Estados, entre eles MDA/INCRA/CNDRS, MA/DATER, FAO, PNUD, IICA, BANCO MUNDIAL, EMBRATER, EMBRAPA, BANCO DA AMAZÔNIA, BANCO DO BRASIL, BANCO DO NORDESTE e SUFRAMA; documentos dos sindicatos e das associações dos agricultores familiares; documentos publicados pela FASER, ASBRAER e Congresso Nacional; documentos das ONG's, em especial do PATAC e da AS-PTA. Utilizou-se, também, de outros relatórios diversos, publicados em congressos científicos, de monografias e de teses acadêmicas.

Em relação aos trabalhos acadêmicos, o pesquisador realizou algumas leituras importantes das teses de doutoramento mais recentes que tratavam da questão específica da assistência técnica e extensão rural e da agricultura familiar, em especial a tese de CAPORAL (1998), e de MUSSOI (1998), que são professores universitários e também extensionistas, onde eles mostram as experiências da extensão rural do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina respectivamente. Além disso, se estudou a tese de MASCARENHAS (1997), onde ele mostra a questão da seletividade das políticas públicas e os seus efeitos no caso do sistema de extensão rural brasileiro. Outras teses importantes foram a de

ALMEIDA (1999) e a de BRANDENBURG (1999), pois elas tratam também da temática do desenvolvimento rural sustentável, da agricultura familiar e das ações coletivas.

O trabalho foi realizado mediante o uso de técnicas de metodologia qualitativa. Dada a natureza da pesquisa, fizemos esta opção, que pode ser justificada pelo fato de esta permitir uma melhor observação das dinâmicas, lógicas de ação e das relações entre técnicos e agricultores. O estudo utilizou-se do método participativo, buscando formas de reflexão individual e coletiva envolvendo técnicos, gestores e agricultores familiares. Nesse aspecto, os estudos de Florestan Fernandes (1960) mostram que a observação participativa tem como principal objetivo proporcionar ao pesquisador uma situação favorável à coleta de dados, visto que ele tem a oportunidade de melhor avaliar a veracidade das informações.

Para as entrevistas, abertas e semi-estruturadas, foi elaborado um roteiro de questões que foram respondidas através do diálogo com os entrevistados permitindo a coleta das informações. Essas entrevistas foram realizadas com agricultores, técnicos e gestores, de modo que foram guiadas por um roteiro específico para cada categoria de entrevistado. Adotou-se o procedimento da técnica de entrevista aberta, visando estimular o diálogo (veja os roteiros utilizados em anexo).

O trabalho de campo foi realizado durante o período de 2002 e 2003, através de visitas e da participação nas próprias atividades que estavam sendo desenvolvidas pelos agricultores, técnicos e gestores, particularmente na região do pólo sindical da Borborema, no Estado da Paraíba. Organizou-se uma agenda com os diversos eventos e atividades que já estavam sendo realizados pelos atores envolvidos na problemática; a partir deles, realizou-se um conjunto de 39 entrevistas que foram gravadas e, posteriormente, analisadas.

Utilizou-se também de outras estratégias de coleta de informações complementares, através da participação nas próprias dinâmicas do público investigado, tais como: reuniões, visitas, cursos, treinamentos, seminários e feiras onde se encontrava o público alvo. Buscou-se, a partir desses encontros, uma observação mais sistemática das questões levantadas neste estudo. Nessas oportunidades, foram realizados vários diálogos informais

com os atores, procurando o aprofundamento de determinadas questões que se apresentavam ainda problemáticas.

A pesquisa foi realizada de maneira participativa procurando estabelecer uma boa interação com os atores pesquisados, de maneira a compreender suas dinâmicas de organização e suas relações. Nesse sentido, o pesquisador participou de dois seminários junto com os técnicos da EMATER-PB que tiveram como propósito debater os problemas da assistência técnica e extensão rural, bem como propor soluções. Além disso, o pesquisador participou também de várias reuniões internas dos gestores e técnicos da EMATER-PB que ocorreram na Regional de Campina Grande. Nesta oportunidade, estiveram também presentes outras instituições que trabalham com os agricultores familiares, como o Banco do Nordeste, Banco do Brasil e a CONAB, dentre outros.

No caso da pesquisa junto a EMATER-PB foram realizadas algumas visitas na sede da empresa em Cabedelo-PB com o objetivo de entrevistar alguns dos gestores da instituição e obter alguns dados que não se encontravam disponíveis nos escritórios regionais e locais. Nesta oportunidade, foram entrevistados: o diretor técnico; o coordenador de Planejamento; o coordenador de Recursos Humanos; o coordenador do setor de crédito rural; a coordenadora do Núcleo de Organização Social e, finalmente, o diretor presidente. Nesta oportunidade foram entrevistados também os diretores do Sindicato dos Trabalhadores da Extensão Rural — SINTER/PB.

Da mesma maneira, foram também acompanhadas reuniões de trabalho, de diagnóstico e planejamento, de avaliação promovidas pelas duas ONG's estudadas. Além dessas atividades, o pesquisador participou de vários eventos e seminários organizados pela Articulação do Semi-Árido, dentre eles destacando-se o Encontro Estadual de Agroecologia. Durante esses diversos eventos, foi possível observar e participar dessas dinâmicas e dos debates entre os técnicos e os agricultores. Nesta oportunidade, realizaram-se inúmeros diálogos informais com os técnicos, gestores e coordenadores das ONG's estudadas. No caso do PATAC, o pesquisador também participou, em 2003, de uma

reunião do Conselho Diretor, onde foram discutidas as ações, os problemas e as perspectivas futuras da instituição.

O pesquisador realizou ainda durante o primeiro semestre de 2003 algumas visitas à feira agropecuária de Campina Grande — FEAGRO, organizada pela EMATER-PB e à feira agroecológica de Lagoa Seca, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o apoio da AS-PTA. Durante essas visitas foram entrevistados vários agricultores e técnicos das instituições investigadas. A partir dessas feiras, organizou-se uma agenda com os agricultores e técnicos sobre os eventos a serem promovidos naquele período. Assim, o pesquisador pôde acompanhar outras dinâmicas realizadas com os agricultores da Região do pólo sindical da Borborema. Nessa etapa, acompanhamos alguns treinamentos realizados pela AS-PTA e pelo PATAC junto aos grupos de agricultores experimentadores, tais como: barrageiros, cultivos ecológicos, recursos hídricos, criação animal, dentre outros. Após, os trabalhos desenvolvidos pelas ONG's, o pesquisador realizou algumas dinâmicas de grupo utilizando-se da técnica do Diagrama de Vên³. Durante essa dinâmica, sob a coordenação do pesquisador, os agricultores foram estimulados a falar sobre o trabalho desenvolvido por várias instituições que eles conheciam na comunidade, mas o objetivo maior era apreender o conteúdo qualitativo desses debates. Registra-se que este foi um dos momentos mais ricos da pesquisa, onde os agricultores puderam apresentar a sua verdadeira opinião sobre os serviços de assistência técnica.

³ O Diagrama de Venn é uma técnica utilizada na pesquisa qualitativa, ela é utilizada como um instrumento de comparação bastante apropriado para a análise da atuação das instituições em uma comunidade, ou do relacionamento desta com as instituições. Esta técnica permite conhecer, do ponto de vista de um grupo ou indivíduo, a importância e efetiva atuação institucional. Assim, faz-se um desenho de um círculo central, que representa a comunidade, é circundado por outros círculos de tamanho diferentes. Estes representam as instituições atuantes. O tamanho dos círculos é definido pela importância da instituição (segundo a visão da comunidade). A posição dos círculos em relação ao círculo central (mais ou menos afastados) indica a atuação das instituições (quanto mais próximo, mais atende as necessidades do grupo). Portanto, uma instituição pode ser importante (círculo grande), e não ter efetiva atuação na comunidade. O mais importante é a discussão desencadeada dentro do grupo, pois é uma dinâmica que facilita a interação e permite a obtenção da opinião e da justificativa dos membros do grupo. Na pesquisa, o trabalho foi realizado longe de qualquer pessoa pertencente às instituições investigadas de modo que elas não tiveram acesso aos locais e nem aos resultados obtidos. Vale ressaltar que é uma técnica simples, porém pouco utilizada pelos pesquisadores. A escolha dessa técnica foi em função da nossa experiência anterior durante a pesquisa da avaliação exploratória do Projeto LUMIAR.

Como vimos, a amostra foi estabelecida segundo THIOLENT (1986: p.62), em função dos critérios de representatividade qualitativa, ficando assim caracterizada como uma amostragem intencional — elegeu-se um pequeno número de pessoas escolhidas em função da relevância que elas representavam em relação ao assunto pesquisado. O público alvo entrevistado foi: os técnicos da EMATER-PB, do PATAC, da AS-PTA e do ex-Projeto LUMIAR, além de agricultores e gestores das instituições responsáveis pela assistência técnica.

No caso do Projeto LUMIAR, o pesquisador utilizou-se, de maneira inédita e privilegiada, de uma série de informações coletadas durante a avaliação exploratória realizada em 1999 e da experiência de ter sido Supervisor Externo do Programa durante o período de 1997 a 1999. A informação foi completada pela realização de uma investigação nos documentos do Programa, procurando realizar-se uma espécie de “escavação arqueológica”, visando identificar a existência dos aspectos limitantes e potenciais da experiência que pudessem apontar ou não para uma outra assistência técnica. Esse levantamento se fez necessário porque alguns estudos indicavam a possibilidade de se encontrarem elementos importantes em relação à experiência do Projeto que, mesmo sendo positiva, foi abortada pelo Estado brasileiro. Para tanto, o relatório das pesquisas de avaliação *ex-ante* e *ex-post* do LUMIAR foram utilizados, além de inúmeros outros relatórios e trabalhos produzidos pelos atores envolvidos no referido Projeto.

Capítulo 2

PROBLEMÁTICA TEÓRICA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 - INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho foi estudar casos de assistência técnica oficial e alternativa, procurando refletir sobre as condições de sua adequação para apoiar eficientemente a agricultura familiar. Qual é o papel do Estado e das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural frente à agricultura familiar? A idéia subjacente é que cada modelo de “desenvolvimento rural” tem, associados, sua forma de conceber o projeto agrícola e seu tipo de assistência técnica.

Segundo BIANCHINI (2001:72), os diversos e sucessivos enfoques do que seja “desenvolvimento” determinam políticas macroeconômicas que, por sua vez, orientam projetos em sua elaboração, execução e em seus resultados. Acrescentaríamos que esses projetos, profundamente marcados pelo conceito de “desenvolvimento” que os inspirou, incluem todas as etapas do processo: da pesquisa (e do ensino que formou os pesquisadores) à divulgação de seus resultados. Esse autor avisa que a explicação do significado de desenvolvimento se reveste de enormes dificuldades, pela complexidade do tema e de seus componentes.

NAVARRO (2001: 5) distingue o **desenvolvimento agrícola** (ou agropecuário), relativo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária e suas características, no sentido estritamente produtivo, do **desenvolvimento agrário**, que diz respeito a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas a estrutura agrícola. Define ainda o **desenvolvimento rural** (Ibid.: 6) por uma ação articulada para induzir mudanças em um determinado ambiente rural. Portanto o desenvolvimento agrícola teria por referência um

setor de atividade, o desenvolvimento rural um espaço específico. Nesta tese, quando iremos nos referir ao “desenvolvimento” e a seus diversos modelos, é o desenvolvimento rural que teremos em vista, ou seja, os efeitos dos planos e projetos sobre a população rural, mas é a contribuição das atividades agro-pecuárias para o desenvolvimento rural que teremos em mente.

Alias, afirma NAVARRO (ibid.: 6), nenhuma das propostas (que têm variado ao longo do tempo) deixa de destacar como objetivo final do desenvolvimento rural a melhoria do bem-estar das populações rurais. GRAZIANO DA SILVA (2001:43) indica também como objetivo do desenvolvimento o combate à pobreza.

No entanto, historicamente, as primeiras propostas visando o desenvolvimento (expressas no pós-guerra até os anos 70) situavam claramente as atividades agro-pecuárias a serviço de um “desenvolvimento” que significava a integração da sociedade nacional no mundo capitalista. Segundo BIANCHINI (2001:72), prevalecia *“a analogia simplificadora entre desenvolvimento e crescimento econômico, em que aumentar os dados de indicadores associados à renda era a primeira e única prioridade dos projetos de desenvolvimento”*. Lhe correspondia a ideologia da “modernização”, traduzida pelos parâmetros da Revolução Verde. A esse modelo, ainda predominante em vários setores da sociedade, corresponde uma certa visão da assistência técnica.

Continuando seu raciocínio, BIANCHINI acrescenta (Ibid.): *“A medida que o modelo de modernização da agricultura centrado na revolução verde começa a dar sinais de crise, por não resolver os problemas econômicos, sociais e ambientais do meio rural (acrescentaríamos: por causar problemas econômicos, e sobremaneira, sociais e ambientais), o próprio conceito de desenvolvimento centrado no crescimento econômico passa a incorporar outros indicadores sociais, ambientais e institucionais, alterando também as metodologias de diagnóstico e planejamento”*. E, tal é nossa tese, o tipo de assistência técnica vai mudando paralelamente.

Esta evolução desembocou hoje num conceito de desenvolvimento radicalmente oposto ao modelo da revolução verde. Se este último se mostrou inviável quer do ponto de vista de seus custos, quer da sua sustentabilidade ambiental, um “outro” modelo de desenvolvimento vai se firmando, baseado na agroecologia. Veremos que não se trata apenas de técnicas, mas de uma visão integradora, tomando em consideração aspectos econômicos, sociais, ambientais, como também uma concepção ética e política do papel do agricultor.

Ao primeiro caso – o modelo de “modernização conservadora” traduzido na agricultura pelos paradigmas da Revolução Verde —, corresponde um modelo de assistência técnica “difusionista”, autoritário, impondo “pacotes”. A medida que um outro modelo vai se esboçando, novos parâmetros começam a aparecer para a assistência técnica, baseados na adaptação a cada situação local, no respeito do saber do produtor, no diálogo construtivo.

Este capítulo vai apresentar sucessivamente o modelo da “modernização conservadora”, divulgando o paradigma da Revolução Verde e da assistência técnica que a serve; e, no outro extremo, o modelo agroecológico que traz consigo um tipo de assistência técnica totalmente diferente – tão diferente que chega a recusar a expressão “assistência técnica”, e prefere falar de “apoio ao produtor” ou de “assessoria”. Qualificaremos o primeiro modelo de “dominador” e analisaremos como essa dominação se manifesta em todas as práticas do técnico. Quanto ao modelo oposto, veremos como ele se adapta particularmente bem à agricultura familiar, respeitando sua lógica e suas estratégias, incentivando sua criatividade, procurando realmente estar a serviço da qualidade de vida da população.

Mas para fazer essa demonstração, necessitamos propor também uma reflexão sobre a importância da produção familiar para o desenvolvimento e sobre as lógicas do produtor rural que se afinam perfeitamente com o modelo da agroecologia. E inicialmente, precisaremos aprofundar o próprio conceito de assistência técnica e extensão rural e fazer uma contextualização dos paradigmas da assistência técnica e extensão rural.

Este capítulo comportará, portanto cinco sub-itens:

1. Aprofundando o conceito de assistência técnica e extensão rural
2. A contextualização dos paradigmas da assistência técnica e extensão rural
3. O modelo conservador do desenvolvimento concretizado na Revolução Verde
4. O modelo da agroecologia
5. A agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento.

2.2. APROFUNDANDO O CONCEITO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

RIASCOS (1973: p.1) descreveu os objetivos da extensão como sendo educação para a população rural: mudança de atitudes, conhecimento e destrezas; ajudar o povo a ajudar-se a si mesmo; trabalhar com homens e mulheres; despertar ambições; encontrar meios para alcançar essas ambições; desenvolver indivíduos, líderes e sociedade; trabalhar juntos para aumentar o bem-estar; manter relações vivas e harmônicas com a cultura do povo; um caminho de mão dupla: leva e traz; um processo educativo contínuo.

Ao fazer referência ao aspecto conceitual, RÖLING (1988: p.36) ressalta que o termo “extensão rural” se mostra pouco operacional e impreciso, cobrindo muitas atividades que têm significados diferentes. Segundo RÖLING,

“na Grã-Bretanha, Alemanha e Escandinávia, esse termo se focaliza no trabalho de aconselhamento (advisory work) para resolver problemas específicos, enquanto na tradição americana é usado o termo extensão educativa (extension education) para enfatizar que se trata de atividades educacionais que procuram ensinar as pessoas a resolver problemas através da divulgação de informações. Nos Países Baixos usa-se a palavra voorlichting, que significa a idéia de

esclarecimento e iluminação (colocar uma luz em frente de alguém para facilitar a procura do caminho), enquanto na França o termo vulgarisation indica que se trata da simplificação de informações para que o "vulgus", o povo comum, possa entendê-la".

RÖLING (1988: p.39) identificou em várias definições do termo de extensão os seguintes elementos em comum: 1- extensão é uma intervenção; 2 – extensão utiliza comunicação como seu instrumento para produzir mudança; 3- extensão pode ser eficiente apenas através da mudança voluntária; 4- extensão focaliza um número de diferentes processos orientados aos fins e resultados que a distinguem de outros tipos de intervenção através de comunicação, como propaganda, ensino, relações públicas, informação em geral, terapia e coerção administrativa ou política. RÖLING formula uma definição na qual a extensão é

"Uma intervenção profissional através da comunicação desenvolvida por uma instituição para induzir mudanças no comportamento voluntário, com uma utilidade supostamente pública ou coletiva".

No Brasil, foram utilizados os termos de assistência rural, extensão rural, assistência técnica e extensão rural, para denominar essa modalidade de trabalho com os agricultores. Segundo RIASCOS (1973), o extensionista é visto como educador e o trabalho de extensão é baseado principalmente no poder persuasivo da demonstração, compreendendo os aspectos da extensão, psicologia educacional, sociologia rural e antropologia rural aplicada. Para esse autor, os seguintes princípios pedagógicos estão aplicados nos programas de extensão: participação, uso democrático da ciência aplicada, cooperação, organização básica, variação do método segundo as necessidades do grupo, programa de pesquisas e ensaios, reconhecimento das necessidades e das mudanças culturais. No entanto, o próprio autor reconhece que esses princípios não fazem parte da prática da maioria das diferentes instituições de extensão rural brasileira.

Segundo MASCAREÑO (1999: p.15), os termos “assistência técnica” e “extensão rural” são classicamente conhecidos como “*o processo de transferência de tecnologia agropecuária e administrativa aos produtores para promover o desenvolvimento sócio-econômico do campo*”. De acordo com essa autora, o objetivo da assistência técnica e extensão rural é modernizar o mundo agrário através da transmissão, de forma explícita ou implícita, de valores, técnicas de produção, padrões de comportamento e de consumo característicos de sociedades mais avançadas.

Ao analisar a história da extensão rural no Brasil, FREITAS (1990: p.112) verificou que o conceito de extensão rural sofreu transformações, evidenciadas em inúmeros trabalhos e nas próprias diretrizes das instituições oficiais que administram o sistema de extensão no País. Segundo a autora, essas mudanças partem da idéia mais comum que é a associação com a transferência de tecnologia até a consideração da extensão como um processo educativo, envolvendo uma equipe multidisciplinar. A pesquisadora definiu extensão rural como:

“A arte de interagir tecnicamente junto às famílias de pequenos e médios produtores, visando ajudá-los a estabelecer e implementar alternativas para resolver seus problemas de produção, produtividade e a melhoria das condições de vida, na incessante busca de combinar saber científico com o saber popular, sem agressão ao meio ambiente e utilizando processos educativos” (FREITAS 1990: p.112)

MASCAREÑO (1999: 16) considera que, embora o conceito de assistência técnica e extensão rural tenha sofrido pequenas variações no decorrer do tempo, o tema recorrente ao discurso extensionista é admitir que a extensão deve ser uma atividade de natureza educativa, pois seu objetivo é produzir mudanças nos conhecimentos, atitudes e práticas agrícolas, promovendo desta forma o desenvolvimento das comunidades rurais e, conseqüentemente, do País.

Entretanto, a maior crítica foi desenvolvida por FREIRE (1992: p.20). Para esse autor, o termo “extensão” significa “*estender algo a alguém. Alguém, sujeito ativo (por exemplo, o extensionista), estende algo, o objeto direto da ação verbal (por exemplo, seus conhecimentos; o conteúdo, escolhido por quem estende), a alguém, o objeto indireto da ação (por exemplo, o agricultor; o receptor do conteúdo)*”. Assim, houve muita reação contra o conceito de extensão pela idéia de imposição de cima para baixo, evidenciada por FREIRE (1992: p.41), que criticou o caráter antidialógico do termo, embora isto tenha levado a muitos contra-termos como “*animação*”, “*mobilização*” e “*conscientização*”.

Dentre diversas outras críticas, destaca-se a de SCHMITZ (2000: p.53) ao afirmar que o aspecto mais complicado da extensão é sua natureza contraditória, sendo ao mesmo tempo um instrumento de intervenção planejada para alcançar o objetivo do interventor que pode ser eficiente apenas através da indução de mudanças voluntárias, que venham ou não satisfazer os objetivos dos agricultores. O referido autor acredita que essa contradição pode ser resolvida quando os objetivos da extensão são os mesmos do agricultor, ou quando os objetivos da extensão podem ser adaptados aos objetivos dos agricultores.

Portanto, como foi mostrado, o conceito de assistência técnica e extensão rural nasceu como parte de uma abordagem que entendeu, equivocadamente, a pesquisa e a extensão como atividades diferentes, relacionadas uma à outra no processo de transferência de tecnologia. Nesta abordagem a pesquisa gera conhecimentos que a assistência técnica e extensão rural transmitem aos agricultores. O ator, responsável por uma fase, não tem responsabilidade na fase seguinte. A iniciativa parte dos pesquisadores e dos extensionistas, enquanto o “receptor”, o agricultor, se mantém passivo; seu saber não é considerado, inclusive ele nem é consultado. Esse modelo parte do pressuposto de que o agricultor adota práticas inadequadas na gestão de sua propriedade e resiste às inovações tecnológicas. Outro equívoco desse modelo é que o processo de comunicação é linear, dos centros internacionais para os nacionais, onde o conhecimento é adaptado por meio de especialistas em determinadas tecnologias que, após sua tradução, fazem recomendações em forma de “pacotes tecnológicos” para que os técnicos extensionistas possam transferir seu conteúdo para os agricultores.

2.3 – A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PARADIGMAS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Além dos aspectos anteriormente citados, outros fatores também contribuem para as atuais críticas do modelo de assistência técnica e extensão rural baseado no modelo produtivista da Revolução Verde. De um lado, encontram-se os defensores da comprovada insuficiência do paradigma dominante da difusão das inovações. De outro, existem muitos que acreditam na possibilidade de os novos enfoques exigirem a adoção de outros parâmetros e métodos que poderão transformar a prática da extensão rural convencional num instrumento mais eficiente para o desenvolvimento.

Faz-se mister o uso da palavra insuficiência, porque, embora alguns autores acreditem na superação do paradigma dominante ou mesmo numa possível revolução paradigmática da assistência técnica e extensão, o modelo difusionista do paradigma da transferência de tecnologia continua sendo o mais usado e não tem perdido sua vigência e importância.

Isso está evidente, inclusive nas abordagens de autores empenhados na construção de alternativas, como no caso de RÖLING, que defende uma tese atual da existência de dois paradigmas extremos na ciência da extensão: um **da transferência de tecnologia** e o outro **da facilitação**. Segundo o autor,

“o primeiro é o modelo convencional adotado nas últimas décadas, e o segundo é um modelo adequado para a construção da agricultura sustentável. Entretanto, devemos destacar que para a promoção do desenvolvimento, a transferência de tecnologia é também aplicada visando alcançar a agricultura sustentável e que muitos avanços tecnológicos, baseados na investigação convencional, continuaram sendo úteis nesta nova perspectiva” (RÖLING, 1996: p.246).

Do mesmo modo, outros autores propõem no paradigma da facilitação a abordagem do “agricultor em primeiro lugar”, o “agricultor primeiro e último”, (do Inglês: “*Farmer First*”; “*Farmer First and last*”), lembrando que este enfoque e seus métodos constituem um paradigma complementar, uma vez que o enfoque da transferência de tecnologia, incluindo a investigação por produto, a investigação básica, as estações experimentais e os laboratórios sempre serão necessários. (CHAMBERS et. all, 1993)

O trabalho de CAPORAL (1998: p.325) mostra que isto não deixa de ser uma questão conflituosa, na medida em que o chamado novo paradigma da extensão, em suas diferentes variantes, parte da crítica ao modelo convencional de difusão das inovações. Então, faz necessário observarmos que existe uma diferença fundamental entre admitir a necessidade da ciência e do desenvolvimento tecnológico e assumir o modelo teórico linear e reducionista da difusão de inovações como o único meio para alcançar a mudança tecnológica e social no meio rural.

Nos serviços de assistência técnica e extensão rural predominou de forma quase que hegemônica a incorporação do chamado modelo “Rogeriano”. De acordo com esse modelo, uma inovação é conceituada como uma idéia, uma prática ou um objeto que é percebido como algo novo por um indivíduo ou uma outra unidade de adoção. Assim, gera-se uma certa mudança que desfaz a situação de equilíbrio em que se encontra o indivíduo e a comunidade, levando o indivíduo a adotar a novidade. Para que ocorra a adoção de maneira mais generalizada numa determinada comunidade, o encarregado da transferência de tecnologia deve estar capacitado para atuar de maneira a persuadir os indivíduos de que esta é a melhor opção que tem no momento para melhorar seu processo produtivo e seu nível de vida. Desse modo, a teoria da difusão de tecnologia foi adotada e se transformou, a partir da década de 60, na orientação teórica básica da extensão rural.

Todavia, foi justamente esse processo educativo, baseado na persuasão, unilateral e centrado na técnica, que veio a ser objeto principal da crítica aos serviços de extensão rural realizada por FREIRE (1983: p.12). Em sua teoria, FREIRE propôs uma ação pedagógica a serviço dos interesses populares, ao mesmo tempo em que incentivou o uso de métodos

alternativos em substituição aos tradicionais processos de transmissão de conhecimentos, denunciando a invasão cultural. Isso levou o autor a fazer duras críticas em relação à prática dos agrônomos. O ataque “Freiriano” ao modelo de extensão significava a defesa da educação como forma de afirmação da liberdade, ao contrário da praticada pelos técnicos da extensão junto aos agricultores.

CAPORAL (1998: p.328) mostra que a assistência técnica e extensão rural como aparato do Estado não foi introduzida para tratar de conscientizar as pessoas do campo sobre sua realidade, mas sim para ser um instrumento de desenvolvimento capitalista. Logo, CAPORAL afirma que *“as críticas de FREIRE (1983) e de seus seguidores não tiveram a repercussão que poderiam ter tido sobre a prática extensionista na América Latina. Ao contrário o modelo “Rogeriano” continuou sendo amplamente adotado”*.

Assim, como consequência desse debate sobre o papel da educação no meio rural, realizado por FREIRE (1983), surgiu a necessidade de adaptação na concepção da prática do extensionista como uma atividade educativa, passando a receber diversas abordagens dentro da perspectiva teórica “Freiriana” que era conflitivista e oposta ao enfoque “Rogeriano” do equilíbrio. Desse modo, observa-se que a pesquisa-participante foi, provavelmente, a primeira técnica que permitiu a construção de conteúdos a partir da realidade objetivada. Foi principalmente a partir daí que a questão da participação popular na elaboração, execução e avaliação de projetos de desenvolvimento rural passaram a ganhar muitos adeptos, especialmente na América Latina.

Por um lado, em relação a essa incorporação do discurso progressista, CAPORAL (1998: p.332) adverte que as formas de apropriação da palavra participação deram uma *“nova aparência nos planos e atividades da assistência técnica e extensão rural; esses passaram a incorporar uma tendência democrática nos discursos, mais como uma estratégia de cooptação da abordagem “Freiriana”*. No entanto, isso acabou também mostrando a incapacidade de realizar mudanças profundas no processo educativo da extensão rural pública e, especialmente, nas suas práticas e métodos de persuasão. Segundo

o autor, isto ocorreu porque *“não houve nenhuma mudança importante no modelo de desenvolvimento que orientasse o trabalho das agências públicas de extensão rural”*.

Por outro lado, apesar da manutenção hegemônica do enfoque “Rogeriano” que alimenta o paradigma difusionista, observa-se que esta prática não é a única possível e nem a definitiva para a assistência técnica e extensão rural, como se tem verificado nos últimos anos, especialmente pela prática de algumas ONGs e também pelas ações de algumas organizações do setor público, mediante a utilização de diferentes metodologias participativas. Assim, acreditamos que essas novas práticas pode estar contribuindo para um processo lento de mudança cuja noção de fortalecer o poder dos agricultores parece responder o que FREIRE (1983) e seus seguidores imaginaram ser o caminho para uma prática democrática e um outro tipo de assistência técnica e extensão rural.

Dentro deste quadro de disputa entre o paradigma consolidado e o emergente, torna-se difícil estabelecer, de maneira nítida, o que é absolutamente novo na ciência em relação à assistência técnica e extensão rural, bem como quais são as fronteiras que separam os novos aportes teóricos nos termos estabelecidos por KUHN (1978).

Para CAPORAL (1998: p.335), isso ocorre, provavelmente, pelo fato de que

“os diferentes autores partem de pontos de vista semelhantes com relação às falhas da teoria difusionista, o que leva ao estabelecimento de um marco epistemológico comum, ou muito próximo, sendo que as maiores diferenças surgem em relação ao maior ou menor grau de importância dado aos diferentes fatores considerados para a construção desse marco, embora permanecendo entre os autores dois pontos de partida em comum: a sustentabilidade e a equidade”.

Em relação a esse marco epistemológico comum, CAPORAL (1998: p.336) cita os seguintes fatores: a diversidade de realidades socialmente construídas; a diversidade de atores que influem e que são influenciados nos cenários onde se realiza a agricultura; as

diferentes racionalidades que movem os atores; os sistemas de pensamento e formas de ver o mundo que lhes são correspondentes; assim como a importância da participação como mecanismo necessário para fortalecer o diálogo e equilibrar as relações de poder.

Dentro desse contexto dos paradigmas, a posição teórica da agroecologia é defendida por SEVILLA-GUZMÁN (1995) e ALTIERI (1989) centrando as atenções na metodologia participativa de investigação-ação, na importância do desenvolvimento local, na evolução cultural, nos agroecossistemas e na racionalidade dos agricultores, como algumas das bases epistemológicas, embora não descartando também a importância da investigação convencional e dos avanços científicos.

O que se mostra evidente no recente enfoque da agroecologia sobre a ação extensionista é que não se pode desprezar a importância do conhecimento local e, particularmente, dos sistemas de conhecimento dos agricultores, como fundamentos para as estratégias de desenvolvimento sustentável, especialmente, nos países do Terceiro Mundo. Desse modo, o desenvolvimento é entendido como o apoio a atividades que já existem no meio rural e que são anteriores à chegada do extensionista (o agente externo). Portanto, na agroecologia há que se respeitar os conhecimentos existentes como conhecimentos legítimos e úteis para o desenvolvimento.

As tendências mais recentes desta última década procuram desenvolver modelos cada vez mais construtivistas que procuram dar poderes aos agricultores, utilizando processos de conscientização, ativismo e confrontação, bem como a facilitação e catalisação de aprendizagem local, para a análise e ação que são as bases dos enfoques mais promissores em ambientes de agricultores pobres e de poucos recursos.

Como veremos ao longo da tese, existe uma crise teórica do paradigma dominante da assistência técnica e extensão rural, ao mesmo tempo em que dá lugar a novas proposições, incorpora certos enfoques que se apresentam como alternativos, embora sendo, na maioria dos casos, apenas variantes do modelo convencional. Portanto, enquanto se manterem os pressupostos básicos do atual modelo de desenvolvimento da Revolução

Verde, não se poderá alterar os fundamentos do extensionismo clássico. Em alguns casos, poderá no máximo haver apenas a inclusão no mesmo modelo apenas os discursos da participação, da equidade e da sustentabilidade.

2.4 - O MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA REVOLUÇÃO VERDE

2.4.1 – Origem e caracterização do modelo

O modelo de desenvolvimento da Revolução Verde foi implantado após a 2ª guerra mundial com o surgimento e a expansão do modelo euro-americano de modernização agrícola e, com ele, a produção especializada. Esse modelo produtivista respondia a necessidades desses países, mas não era necessariamente adaptado às necessidades dos países do Sul (MAZOYER: 1991). Como chegou a ser implantado no Brasil?

Foi a partir de recursos oriundos de convênios com a USAID, Fundação Ford, Fundação Rockefeller e outros que foram implementados em primeiro lugar serviços de extensão rural em Minas Gerais (Ver capítulo seguinte). Posteriormente, o modelo americano foi também estendido à pesquisa e ao ensino de ciências agrárias. As primeiras escolas de agronomia brasileiras (ESALQ, ENA, UFRGS, UFV, UFPE) foram conveniadas com as Universidades americanas (OHIO, WISCONSIN, PURDUE, NORT CAROLINE), o que as levou a uma reformulação radical de suas filosofias, metodologias e estruturas de ensino e pesquisa. Receberam concomitantemente, doações maciças de laboratórios, equipamentos científicos de precisão, material bibliográfico, veículos e outros. A partir desses convênios, os profissionais das ciências agrárias, notadamente aqueles mais envolvidos com o ensino e a pesquisa, passaram a ser reciclados quase exclusivamente nas Universidades americanas, em seus cursos de especialização e pós-graduação. Esta relação de proximidade criou um ciclo de intercâmbio técnico-científico que influenciou quase todas as escolas agrárias brasileiras.

Assim, toda a área de ciências agrárias passou a sofrer uma forte influência americana, onde era dada a ênfase aos processos tecnológicos químico-mecânicos em

detrimento das práticas biológicas vegetativas. Outro aspecto interessante foi que, ao invés da adoção de um sistema de formação generalista, optou-se no Brasil pela especialização profissional.

Ao mesmo tempo, nas décadas de 50, 60 e 70, se consolidava um processo de manutenção e ampliação da subordinação das nações dos países do terceiro mundo aos interesses dos países desenvolvidos, em coerência com uma nova divisão internacional do trabalho. O processo se completou ainda através da criação dos centros internacionais de pesquisa e capacitação (CIAT, CIMMYT, IRRI, etc)⁴, que favoreciam o controle da difusão de material genético a nível mundial, material esse determinante de um padrão tecnológico de uma agricultura “moderna” altamente dependente dos insumos industriais.

A montagem do sistema brasileiro de pesquisa agropecuária se deu através da criação em 1974 da EMBRAPA, porém veio acompanhada de uma proposta tecnológica de geração e difusão de tecnologia, assentada na montagem de “pacotes tecnológicos” por produtos. AGUIAR (1986), mostra que o pacote consiste *“num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo os padrões estabelecidos pela pesquisa”*.

A padronização tecnológica passou a ter um papel fundamental na agricultura em todo mundo, apesar das grandes diversidades características de cada região. A padronização, que surgiu nos Estados Unidos no séc. XIX existe, tanto nos processos de fabricação quanto no produto final, reproduzindo normas de dimensões e qualidade previamente estipuladas para os produtos e seus componentes. Trata-se de um modelo que reflete a expansão do capitalismo no campo, onde “desenvolvimento” é concebido como crescimento econômico (de certos setores), industrialização e expansão dos mercados.

Do ponto de vista tecnológico, a Revolução Verde caracteriza-se pela: utilização de novo material genético melhorado e ainda mais padronizado; motorização e mecanização,

⁴ São os centros internacionais do milho, arroz e trigo.

para o cultivo de produtos de maturação homogênea. Isso tudo dificulta a diversidade e associações de culturas, implicando uma padronização espacial, com campos regulares e supressão de cercas, declives e depressões; quimificação, fazendo com que o controle de doenças e pragas passasse a ser feito por meio de pesticidas químicos, e o esterco ficasse substituído pela fertilização química. Esta padronização dos produtos obtidos resulta também das exigências e normas impostas pela nova regulamentação sanitária agroindustrial.

O modelo da Revolução Verde impõe não somente a padronização técnica, mas também uma padronização nos aspectos sócio-econômicos e políticos que provocaram grandes transformações de ordem organizacional e de gestão para os sistemas de produção agrícola. Os resultados imediatos foram o aumento dos rendimentos físicos da terra e a produtividade do trabalho, enquanto os custos unitários de produção ficaram reduzidos. Por influência desse modelo, as unidades de produção especializaram-se na produção de poucas variedades de mercadorias em substituição ao sistema tradicional de policultura-criação de animais. Os agricultores passaram a utilizar, cada vez mais, insumos industriais, e a vender prioritariamente para o mercado, sem visar o autoconsumo. Assim, como resultado da adoção desse modelo substituiu-se intensamente trabalho por capital implicando uma concentração da produção. Através do uso da tecnologia “racionalizaram-se cientificamente” as práticas agrícolas. As experiências dos agricultores tradicionais passaram a ser substituídos por meios de conduta padronizados, tanto na produção material, quanto na gestão das propriedades.

Apesar das divergências em torno da inserção total das relações capitalistas na agricultura, BONNY (1993) afirma que esses processos de padronização tecnológica, inseridos no mesmo contexto do fordismo e taylorismo, aplicados aos sistemas de produção industriais, passaram a ser também adotados para as atividades agropecuárias, embora com muitos aspectos particulares.

A adoção do modelo da Revolução Verde e do processo de padronização ocorre, segundo seus divulgadores, por vários motivos que se transformam em processos indutores,

tais como: a) argumentos técnicos (em verdade, os interesses da agro-indústria): o agricultor passa a encontrar, no mercado, sementes produzidas no contexto de um permanente processo inovador, e, com a motorização, aumenta o tamanho das parcelas de terra exploradas na propriedade; b) motivos econômicas: reduzem-se os custos de produção e melhora a rentabilidade, produzindo alimento abundante, liberando mão-de-obra da agropecuária; (vale responder aqui que é a agricultura familiar que produz a maior parte da produção para consumo interno quando a produção “modernizada” é orientada para o mercado externo; precisa ainda grifar que o país não demanda liberação de mão de obra, mas pelo contrário criação de empregos) c) educação do agricultor: os agricultores são aconselhados por técnicos das instituições de pesquisa e de empresas que comercializam os produtos industriais usados na agropecuária e, finalmente, pelos próprios técnicos da assistência técnica que recebem uma educação em escolas agrícolas centrada na concepção produtivista; veremos que reside aqui nossa principal crítica a esse modelo; d) interesses da agroindústria processadora: (talvez resida aqui a razão mais decisiva e não disfarçada da propagação desse modelo): firmam-se contratos de integração nos quais a empresa fornece ao agricultor, com os insumos, uma série de normas a serem seguidas no processo de produção, garantindo um fluxo regular de matérias primas e alimentos *in natura* e reduzindo os custos da agroindústria; e) regulamentação do Estado: visando assegurar a saúde pública e proteger os consumidores de fraudes e contaminações alimentares, mediante leis e regulamentos; (neste item, vale perguntar se a “saúde pública” é servida pelos agrotóxicos) f) para o desenvolvimento das exportações, o padrão torna-se uma barreira protecionista não-tarifária; no caso da integração europeia, por exemplo, a harmonização das normas e critérios nacionais de homologação dos produtos constitui um processo complexo e difícil; g) considerações políticas e ideológicas: o modelo produtivista da Revolução Verde passa a ser seguido pelos agricultores como símbolo de modernidade, colocando em posição de inferioridade aqueles que não aderirem a esse modelo. (DUFUMIER & COUTO, 1998: p.87)

2.4.2 As conseqüências econômicas, sociais, políticas e ambientais dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde

Os sistemas agrários especializados que se desenvolveram no curso da revolução verde encontram-se diante de uma crise estrutural que está exigindo transformações radicais. No caso brasileiro, os impactos sócio-econômicos da modernização tecnológica da agricultura incentivaram a quimificação e mecanização, com forte impacto sobre o nível de emprego. O consumo de defensivos químicos cresceu a uma taxa superior a sete por cento, na década de 70. Entre os agrotóxicos, os herbicidas apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento, seguidos pelos fungicidas e inseticidas. As vendas de fertilizantes quadruplicaram nessa mesma década, com forte intensificação de seu uso nos estabelecimentos maiores. Esse processo de tecnificação foi apoiado por uma política agrícola de crédito fartamente subsidiado (DUFUMIER & COUTO, 1998: p.90).

Se, de um lado, os subsídios viabilizaram o processo de “modernização” da agricultura brasileira, ao tornar mais barato o custo das máquinas e dos insumos modernos, de outro, eles foram parcialmente responsáveis pela queda da eficiência na aplicação desses recursos, e o seu descontrole deu lugar a desvios em favor de aplicações mais rentáveis, fora da agricultura.

Durante esse período a estrutura fundiária experimentou uma acentuada concentração da propriedade em poder de um grupo privilegiado de agricultores. Essa “modernização” favoreceu a concentração fundiária, pois um dos mecanismos condicionantes para a obtenção de créditos subsidiados, era ser proprietário de grandes extensões de terras, que funcionavam como garantia formal dos empréstimos. Assim, quanto maior o montante de terras, maior era o montante de crédito.

Portanto, conforme mostra AGUIAR (1986), o sistema nacional de pesquisa agropecuária, de assistência técnica e extensão rural e o de crédito constituíram juntos um tripé que viabilizou a implantação, através do Estado, do modelo da Revolução Verde no Brasil. Para esse autor,

“A modernização agrícola é um processo e uma ideologia. Como processo, a modernização traduz a inserção da agricultura brasileira na economia mundial constituída. Como ideologia, a modernização reflete o conteúdo político das formas de intervenção estatal na agricultura. O Estado põe-se, de fato, na origem do impulso da modernização, através do seguinte tripé: sistema nacional de pesquisa agropecuária, sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e sistema nacional de crédito rural. Esses três instrumentos caracterizam o chamado pacote tecnológico que constitui o vetor do processo de modernização” (AGUIAR, 1986: p.123).

Havia uma consonância para bom funcionamento entres esses três sistemas. A necessidade de solicitação de créditos subsidiados obrigava os agricultores a atenderem a certas exigências, entre as quais a elaboração de um projeto que era, em geral, elaborado pela assistência técnica oficial; esta se encarregava também do acompanhamento da sua execução. Nesse projeto, os agricultores se comprometiam a utilizar um “pacote tecnológico” — resultado das pesquisas da EMBRAPA. Tais procedimentos facilitavam a aceitação e liberação dos créditos pelo sistema bancário, segundo as normas do sistema nacional de crédito rural.

Assim, esse processo chamado de “modernização conservadora”, reforçou as contradições, desigualdades sociais e regionais, embora não se possa negar que tenha promovido, em duas décadas, uma progressiva elevação da produtividade física para alguns produtos comerciais, regiões e categorias de produtores. A desigualdade é uma característica marcante desse processo modernização sendo que ela ocorreu, com maior intensidade, nas regiões Sudeste, Sul e, especialmente, nas lavouras de exportação. Tampouco se ignoram os ganhos de produtividade do trabalho no contexto dessas atividades que foram fortemente subsidiadas pela política agrícola. Porém, houve uma exploração da mão-de-obra temporária, aumento de desemprego, da subocupação e,

conseqüentemente, um elevado aumento do êxodo rural constituindo num aspecto extremamente negativo e conservador dessa “modernização”.

A “modernização” da agricultura brasileira também não pode ser dissociada do processo de internacionalização da economia. Neste caso, a intervenção do Estado constituiu-se num meio através do qual se intensificou a integração da agricultura aos interesses das indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos e insumos, a montante, e aos interesses das indústrias processadoras de produtos agrícolas, a jusante (AGUIAR, 1986: p.120).

Além disso, as políticas e as ações do Estado também atenderam aos interesses da elite agrária brasileira favorecendo os produtos de exportação em detrimento daqueles destinados ao consumo interno. A intervenção do Estado foi um dos traços determinantes desse processo: favoreceu a rapidez e a intensidade com que ocorreu; os efeitos que produziu nas relações de trabalho, na exacerbação da concentração fundiária e; principalmente, na desigualdade produzida pela adoção desse modelo de desenvolvimento. Um bom exemplo da influência do modelo produtivista da Revolução Verde pode também ser visto pela política de implantação do ensino de ciências agrárias no Brasil.

O Brasil era um país essencialmente exportador de produtos agrícolas até o final do século passado, mas desde o início era também deficiente em estruturas que pudesse formar e capacitar os recursos humanos na área de ciências agrárias. Assim, vários problemas tecnológicos se mostravam limitantes para o aumento da produção e produtividade da agricultura. Somente a partir de 1880, foram instituídas as primeiras escolas de ciências agrárias no País, nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e alguns institutos voltados para à pesquisa agrícola. Foi a partir desse período que foi instalado, por exemplo, o Instituto Agrônômico de Campinas — IAC, a que cabia a responsabilidade da solução dos problemas das culturas do café e do algodão de São Paulo.

A concepção destas instituições de ensino e pesquisa sofreu, inicialmente, grande influência das escolas européias, de onde se originou grande parte de seus quadros técnicos

(França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, dentre outros). Nesse período, o aumento da produção e produtividade era buscado através de processos biológicos vegetativos; era dada grande ênfase a rotação e à consorciação de culturas, à adubação verde, ao manejo e conservação da matéria orgânica, à integração da produção animal e vegetal; pela seleção de variedades se buscava obter a resistência genética ambiental.

Além das conseqüências sociais, econômicas e políticas, os impactos ambientais também fazem parte das críticas ao modelo produtivista da Revolução Verde. Todavia, os efeitos dos impactos ambientais revelam-se ainda mais graves no longo prazo, quando comprometem a própria base produtiva da agricultura⁵.

Ao adotarem esse modelo alicerçado na artificialização dos ecossistemas que provoca, ao longo do tempo, modificações nos ciclos bioquímicos da água, do carbono, do azoto e de numerosos elementos minerais, os agricultores simplificam o que é complexo — os ecossistemas naturais — substituindo-os por outros mais frágeis. O uso intensivo de arações provoca compactação e degradação física do solo, estimula a mineralização do húmus, acelera a decomposição da matéria orgânica prejudicando a atividade microbiológica dos solos.

O uso de grandes extensões de terra para o plantio de monoculturas comerciais voltadas para a exportação, como no caso brasileiro da soja, causado, algumas vezes, pelo desejo de obter lucros imediatos de produtividade sem que sejam consideradas as conseqüências de longo prazo, provoca a deterioração dos ecossistemas naturais. Nessas áreas ocorre uma rápida expansão dos parasitas, ervas invasoras e doenças específicas dessas culturas.

As preocupações ambientais não mais permitem que se ignorem os riscos inerentes a certas práticas agrícolas, em matéria de modificação de clima e da destruição dos ecossistemas. Esses impactos, junto ao meio ambiente, manifestam-se por uma redução da

⁵ Segundo ROMEIRO (1996), a agricultura é o setor onde o problema atinge não apenas os agentes econômicos fora dela — alimentos contaminados, por exemplo — mas degrada também a sua própria base produtiva, o que nem sempre ocorre com a indústria.

qualidade de vida das populações rurais e urbanas. No caso brasileiro, esses impactos têm conseqüências ainda maiores ao se aplicarem incorretamente elevadas doses de insumos agroquímicos (DUFUMIER & COUTO 1998: p.96). O uso excessivo de venenos tem graves repercussões sobre a saúde da população rural e urbana: problemas respiratórios consecutivos da inalação de pesticidas pelos agricultores, doenças causadas pelo consumo de legumes e outros alimentos que contêm altas dosagens de produtos químicos tóxicos.

Por outro lado, os processos de seleção de variedades e raças de elevada produtividade têm comprometido as qualidades nutritivas e gustativas desses produtos. Alguns produtos têm menores teores de vitaminas ou de aminoácidos essenciais: tomates pobres em carotenos, milho desprovido de lisina e tritófano, etc. Assim, começa a existir uma reação dos consumidores via mercado, principalmente nos países ricos do planeta. Pois sua renda elevada permite a esses cidadãos exigir qualidade. Também têm suas organizações que participam das decisões. Nesses países, os consumidores estão demandando produtos com tecnologia limpa, ou seja, alimentos “da fazenda”.

Assim a reivindicação de uma agricultura produtora de alimentos sadios torna-se um elemento de luta política. Para BOVÉ (2001)⁶,

“a soberania alimentar, a permanência do camponês, a recusa dos transgênicos, a biodiversidade, a ocupação do território, a diversidade cultural, a proteção ambiental, a luta contra as multinacionais – entre as quais as mais poderosas são as agroquímicas e as agroalimentares – são reivindicações que fazem da agricultura um desafio, uma questão central [...] a agricultura deve ser a atividade mais partilhada no mundo; ela está se tornando um eixo central de contestação e uma referência de resistência”. (BOVÉ 2001: p.208),

⁶ Bové é um agricultor com um perfil particular. Filho de pesquisadores agrônômicos, ele não serviu o exército por objeção de consciência. Estudou filosofia em Bordeaux. Ativo militante político, sua ação passa pela discussão dos problemas nucleares e militares.

No caso brasileiro, essas conseqüências têm sido maiores, pois muitas tecnologias utilizadas aqui foram desenvolvidas para os países de clima temperado.

Como procuramos mostrar, é urgente a “revisão” do modelo de desenvolvimento produtivista, tendo em vista que suas externalidades causaram problemas de ordem sócio-econômica e ambiental extremamente graves. Em segundo lugar, a sociedade em geral e os agricultores familiares em particular, têm o direito e o desejo de participarem de uma concepção de desenvolvimento mais harmônica e sustentável, que respeite as múltiplas dimensões (econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas) da questão. É neste contexto que deve ser colocado em discussão o caráter das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar no Brasil.

2.5- O MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA AGROECOLOGIA

Entre os críticos da Revolução Verde cresce a consciência da necessidade de estimular um modelo agrícola alternativo, socialmente correto, ecologicamente equilibrado e que realize uma agricultura mais adaptada à realidade sócio-econômica de cada país.

Os precursores da agroecologia e da “Revolução Duplamente Verde” criticam a lógica da produção de inovações que consiste em desenvolver novas técnicas para depois verificar os impactos sociais e ambientais. Podemos definir a agroecologia como um conjunto de iniciativas que procuram aplicar técnicas científicas para garantir a reprodução dos recursos naturais e do meio ambiente, assegurando uma agricultura durável no longo prazo. Embora existam diferentes processos agroecológicos, como, por exemplo, a agricultura orgânica, biodinâmica e biológica (esta sendo a que mais avança nos mercados dos países ocidentais), os seus produtos são etiquetados com o selo verde “AB” e o seu faturamento é o que mais cresce na Europa.

A Revolução Duplamente Verde é a expressão de conceitos de desenvolvimento sustentável aplicado no desenvolvimento rural⁷. Ela procura internalizar sistematicamente as possíveis externalidades do sistema. A chave da internalização é o uso das funções do próprio ecossistema. O objetivo não é forçar e controlar o sistema, mas sim usar todas as suas funções para otimizá-lo. Todos os recursos têm que ser manejados para se regular os fluxos e se manter os estoques, que podem ser: de matéria orgânica; de nutrientes; de água; e de tempo visando a garantia de estoques alimentares e de lucros. Dessa maneira, todo o processo de manejo tem que estar integrado entre o solo, a água, os nutrientes, as pragas, etc. para que as capacidades dos ecossistemas cultivados sejam otimizadas e que os insumos artificiais (que podem ser eventualmente adicionados na etapa final) sejam apenas suplementos (GRIFFON, 1999).

Algumas instituições de pesquisa agrônômica do mundo já trabalham em torno de um sistema que parte da demanda sócio-econômica dos agricultores menos favorecidos para identificar as prioridades de pesquisa. Em lugar de se perseguir máximos rendimentos por produto, utilizando-se insumos agrícolas convencionais, deve-se buscar sistemas de produção que substituam esses insumos e que apliquem conhecimentos das biotecnologias e da ecologia científica.

A agroecologia pode estar se constituindo como um novo enfoque alternativo para os estudos de desenvolvimento rural. Ela se contrapõe ao modelo tradicional de difusão das inovações adotado pela assistência técnica e extensão rural, mostrando-se ser mais adequada quando se trata de buscar os objetivos de equidade e sustentabilidade.

A agroecologia adota o agroecossistema como a unidade central de estudo, além de considerá-lo como uma unidade em que evoluem culturas específicas e suas respectivas formas de interação com o ambiente natural. Enfatiza a importância dos componentes da diversidade: biodiversidade ecológica e sócio-cultural, além da dimensão local e o

⁷ Conforme o texto de GRIFFON, Michel. **A Revolução Duplamente Verde: modelos e realidades**, 1999 (mimeo)

conhecimento do agricultor, que surge como base de um potencial endógeno capaz de promover um desenvolvimento sustentável.

Na perspectiva agroecológica, não se nega a importância das ciências agrárias, mas procura-se introduzir uma forma diferente de intervenção nos agroecossistemas, partindo de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável, que é oposta ao modelo hegemônico baseado nos princípios da revolução verde. Para tanto, a agroecologia propõe mudanças na ênfase convencional das ciências agrárias, tomando em conta as interações complexas entre homens, cultivos, solos, animais, etc, que têm lugar dentro de cada agroecossistema e de forma diferenciada entre eles.

Em SEVILLA-GUZMÁN et al. (2000: p.86), a agroecologia aparece numa dimensão integrada em que as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante, dado que as relações estabelecidas entre os seres humanos e as instituições que as regulam constituem uma peça chave dos sistemas agrários, pois dependem do homem para sua manutenção; isso nos explica porque ela considera os ecossistemas como fortemente antrópicos.

No estudo de ALMEIDA (1999), a agroecologia exprime uma tentativa permanente de luta contra o desencantamento do mundo, próprio das sociedades modernas: nela temos embutidos, ao mesmo tempo, a solidariedade entre os homens e o respeito à natureza; através dela podem-se contemplar os interesses dos grupos dominados e mais ameaçados de exclusão. Na visão do autor, o princípio, que os atores e grupos sociais defendem através da agroecologia, baseia-se na premissa de que os indivíduos estão também à procura de solidariedade, identidade, autonomia, democracia e de bens que nem sempre são calculáveis e mensuráveis.

Os estudos de ALTIERI (2001), NOORGARD (1989) e SEVILLA-GUZMÁN (1987) mostram que a agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias através dos quais se pode estudar,

analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. Estes são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável. São nessas unidades geográficas e socioculturais que ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas, constituindo o *locus* onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações.

ALTIERI (2001: p.18) mostra que o enfoque agroecológico propõe uma mudança nas tradicionais orientações tecnológicas desenvolvidas pelas ciências agrárias convencionais, procurando oferecer aos agricultores outras contribuições que vão além dos circuitos tecnológicos. Para esse pesquisador, a agroecologia procura a aplicação de conceitos e princípios da ecologia, da agronomia, da sociologia, da antropologia, da economia ecológica, dentre outras. O objetivo é transformar o modelo de agricultura convencional noutro modelo mais sustentável, buscando integrar também as variáveis econômicas, sociais, ecológicas, culturais, políticas e éticas.

No trabalho de NORGAARD (1989), as bases epistemológicas da agroecologia mostram que a evolução humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência à cultura humana. Dessa forma, o modelo de desenvolvimento sustentável deverá manter mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá uma menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais.

WEID (2001: p.60) sustenta que os atuais debates entre especialistas do desenvolvimento agrícola em esfera internacional estão cada vez mais convergindo para a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da agricultura. De acordo com o autor, a agroecologia se define como uma abordagem que procura utilizar os bens e serviços da natureza da melhor forma possível, que favorece os processos regenerativos nos sistemas agrícolas, minimizando o uso de insumos que ameaçam o meio ambiente e a saúde de produtores e consumidores.

Portanto, a agroecologia se constrói mobilizando os conhecimentos e habilidades dos agricultores e incorporando os conhecimentos científicos mais avançados trazidos pela ecologia e biologia. Além disso, há uma forte tendência a uma relação privilegiada entre o emprego da agroecologia e a agricultura familiar, sendo o modelo mais adequado para o desenvolvimento sustentável. Voltaremos a esta consideração no próximo item.

Em relação à geração de conhecimentos agroecológicos, WEID (2001: p.61) explica que a agroecologia é uma abordagem que busca explorar a diversidade dos ambientes e exige desenhos específicos de sistemas produtivos para cada agroecossistema, ou seja, é uma abordagem que é intensiva no uso de conhecimentos, ao mesmo tempo em que é econômica no uso de insumos externos à propriedade. Tudo isso vai à contracorrente dos paradigmas dominantes da pesquisa, da formação e da extensão rural, que buscam produzir e disseminar pacotes tecnológicos a serem aplicados pelos produtores.

O mesmo autor (Ibid: 64) nos mostra ainda que as metodologias participativas da agroecologia apostam na capacidade dos agricultores de reavaliarem os seus conhecimentos, herdados ou próprios, e apreender os princípios da agroecologia de modo a construírem, eles mesmos, os novos desenhos de sistemas agroecológicos por meio da experimentação e aprimoramento, em permanente processo de socialização dos conhecimentos.

O estudo de CAPORAL (1998: 437) conclui que a agroecologia poderá ser uma estratégia importante para a prática de uma outra assistência técnica e extensão rural. De acordo com o referido autor, uma das premissas básicas é a idéia de sistema e do enfoque holístico requerido pela agroecologia, o que conduz a pensar os agroecossistemas como uma totalidade. Isto implica não somente a existência de aproximações interdisciplinares, mas, sobretudo, uma clara consciência da importância da participação dos agricultores nesse processo.

A agroecologia reconhece a existência de uma estreita relação entre a evolução das culturas e do ambiente natural. As ações dos técnicos extensionistas deveriam partir de

estudos de realidades locais, se opondo aos enfoques convencionais, segundo os quais os extensionistas são treinados para destruir a subcultura camponesa atrasada e considerada responsável pelos obstáculos ao progresso.

Na agroecologia o estudo da sociedade e grupos sociais exigem não somente o respeito da diversidade cultural dos agricultores, como também a necessidade de integrar alguns aspectos culturais antes considerados marginais ou sem importância na visão dos técnicos tradicionais da extensão rural.

A pesquisa de CAPORAL & COSTABEBER (2000) salienta que na agroecologia é possível destacar o papel conjunto dos agricultores e agentes externos na construção do desenvolvimento e na adaptação de tecnologias adequadas para essas situações locais específicas, de maneira que se restabeleça a necessidade de considerar as características de racionalidade próprias dos diferentes estilos de agricultura.

A natureza do desenvolvimento proposto pela agroecologia oferece elementos para estabelecer uma crítica científica ao modelo de modernização da agricultura, pois demonstra que esta “modernização” tende a simplificar a diversidade biológica e cultural além de tentar uniformizar os modos de vida.

Para CHAMBERS (1983), somente se poderá obter uma produção estável se for no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a integração harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o meio ambiente. Nesse aspecto, o autor considera que a agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que, com a participação, os agricultores venham a se tornar os arquitetos e atores dos seus próprios projetos de desenvolvimento.

A abordagem da agroecologia sendo mais sensível às complexidades dos sistemas agrícolas locais, os critérios de seu desempenho incluem não só uma produção crescente, mas também propriedades como sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos com equidade. Ao contrário, um dos problemas do

modelo da revolução verde é que ela concentrou seus esforços nos agricultores mais bem providos de recursos, esperando que os agricultores progressistas servissem como exemplo a outros, em um processo difusionista de transferência de tecnologias.

Veja no quadro a seguir algumas diferenças entre o modelo de assistência técnica e extensão rural do modelo da Revolução Verde e do modelo da agroecológica.

Quadro 01: Algumas características para a diferenciação entre os modelos de assistência técnica e extensão rural do modelo da Revolução Verde e do modelo da agroecologia

Indicadores	Assistência técnica e extensão rural do modelo da Revolução Verde	Assistência técnica e extensão rural do modelo da agroecológica
Bases teóricas e ideológicas	Teoria da Difusão de Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar.	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principais objetivos	Econômico. Incremento de renda e lucro mediante a transferência de tecnologias. Aumento de produção e produtividade.	Eco-social. Busca de estilos de desenvolvimento social e economicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre meio ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade.	Base de recursos deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão sobre a agricultura	Aplicação de técnicas e táticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a co-evolução das culturas e dos agroecossistemas.
Lógica para a agricultura sustentável	Intensificação verde.	Orientação pelos princípios da agroecologia. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e às diferentes culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assistência técnica. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa.
Comunicação	De cima para baixo. De uma fonte a um receptor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de plataformas de negociação. Construir conhecimentos.
Educação	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas. Induzir a mudança social conservadora.	Democrática e participativa. Processo dialógico. Aumentar o poder dos agricultores para que decidam.
Papel do agente	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas. Assistente técnico.	Facilitador ou assessor. Apoio à busca e identificação de melhores opções e soluções técnicas e não técnicas

FONTE: CAPORAL (1998), adaptado pelo autor.

2.6 – A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA

2.6.1. O conceito de agricultura familiar

Atualmente, o debate sobre os conceitos e a importância da agricultura familiar é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes correntes de pensamento originadas dos representantes dos agricultores, dos intelectuais, dos técnicos ligados às ONGs e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

Observa-se que não existe um total consenso sobre a definição do termo “agricultura familiar”. Os agricultores familiares já foram chamados de pequenos produtores, colonos, camponeses, entre tantas outras denominações. Para muitos estudiosos, a denominação de agricultura familiar engloba todas as definições anteriores. Para outros, no entanto, esse conceito é muito amplo, dificultando o seu entendimento. Diversas significações ou classificações atribuídas a agricultores familiares diferem entre si, devido ao objetivo para a qual a expressão foi criada.

Por exemplo, a FAO, em seu estudo baseado no Censo Agropecuário de 1985, publicado em 1996, apresentou uma definição, incorporando como familiares os agricultores que possuem até um empregado permanente. O Ministério da Agricultura, para efeito do PRONAF, considerou como familiares todos os agricultores que contratam até dois empregados permanentes e detêm área inferior a quatro módulos fiscais. Quanto à CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – Ela enquadra na categoria de “familiares” todos os agricultores que trabalham em menos de quatro módulos fiscais e que não contratam mão-de-obra permanente. Do ponto de vista acadêmico, a área parece não ter muita relevância, sendo a definição baseada no tipo de força de trabalho empregada (familiar ou contratada), na renda familiar e na gestão.

De acordo com WANDERLEY (1999: p.24 e 25), a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de

produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo; o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Para a autora, a agricultura familiar não é uma categoria nova, embora, essa denominação venha sendo utilizada no Brasil com muita freqüência e intensidade nos últimos anos como se fosse uma novidade. Muitas vezes, fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional pelo fato de ter assumido sua condição de produtor moderno.

Nesse sentido, essa categoria é genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Assim, a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família.

No contexto das atuais políticas públicas do estado brasileiro, segundo o texto do MAA (1996: p.7), instituidor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o termo agricultura familiar aparece como sendo:

“Um modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e o trabalho, a direção do processo produtivo pelo agricultor e sua família, a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado”.

Essa definição diferencia os agricultores familiares – consolidados, em transição e periféricos - considerando os graus de integração ao mercado, das inovações tecnológicas, da gestão produtiva, da participação em políticas públicas e do controle da terra, jamais superior a 100 hectares.

Para NEVES (2001: p.2), a categoria agricultura familiar emergiu sob rápido consenso, aglutinando, num mesmo sistema de comunicação temática, tanto representantes

políticos dos agricultores e trabalhadores rurais como funcionários e *experts* da elaboração de princípios norteadores de políticas públicas e boa parte dos produtores intelectuais de várias disciplinas. Entretanto, ela não reconhece o termo agricultura familiar como conceito teórico, uma vez que ele é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores. A autora também recomenda que os pesquisadores não a usem sem se lembrarem de que o trabalho político de reconhecimento social implica a valorização dos significados subjacentes à categoria.

Portanto, essa autora (ibid.: p.3) aceita a agricultura familiar mais como uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento, mobilizando a construção de novas posições sociais mediante engajamento político. Ela acredita que por esse engajamento o agricultor familiar se torna concorrente na disputa por créditos e serviços sociais; na demanda de construção de mercados e cadeias de comercialização menos expropriadores; na reivindicação de assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção que coloca em prática; na reivindicação do reconhecimento do protagonismo no processo de decisões políticas que lhe digam respeito.

Desse modo, NEVES (2001: p.4) reconhece que esse engajamento dos agricultores familiares na construção de um projeto político é importante, porque corresponde ao deslocamento social de um segmento de trabalhadores e produtores pobres secularmente esquecidos frente aos privilegiados investimentos destinados à agricultura e à agroindústria exportadoras. Considera também que a abertura de espaços sociais propiciadores da elaboração de projetos, mesmo que em resposta a proposições de certos mediadores privilegiados, constitui uma forma de reconhecimento público da enorme dívida social para com tais agricultores, demandantes de recursos sociais fundamentais. Recursos cuja ausência é extravagante para este início de milênio – serviços escolares e médicos, energia elétrica e estradas, etc. –, mas também recursos instrumentais para a criação de canais de comunicação com outros mundos sociais. Recursos para a incorporação de outras formas de exercício de cidadania que reneguem a mutilação cultural e a desqualificação social, sempre operativas à condenação desses agricultores pelo atraso e pela ficção da resistência à mudança.

De acordo com CARNEIRO (1999), na agricultura familiar o núcleo da família é o que dá sentido de orientação às relações sociais. Ao mesmo tempo em que cria e reproduz valores socializados e inculcados nos indivíduos, a família também supõe um processo de individualização que pode negar, romper, modificar e até mesmo recriar valores num espaço de negociação e de tensões. O núcleo familiar não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – mas sim como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas. Nessa visão, aceitar a noção de família e reconhecer a idéia de dinâmica é fundamental para se evitar o risco de se estabelecerem classificações rígidas, de base morfológica, que perdem justamente a capacidade de entender a inserção das unidades familiares na economia e na sociedade, captando a sua flexibilidade e vulnerabilidade. No entanto, essa dinâmica não pode ser entendida meramente como um conjunto de condições de ordem econômica, cultural e política que determinariam rigidamente o espaço da agricultura familiar.

Para ABRAMOVAY (1997), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. De acordo com o autor, esta definição, embora não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional, é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas. A definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos — gestão, propriedade e trabalho familiares — estejam presentes em todas elas.

Para compreender a lógica da agricultura familiar, é necessário levar em conta a dinâmica interna, atribuída pelo próprio caráter familiar da organização social, que possibilita a essa forma social uma certa margem de autonomia na formulação das estratégias reprodutivas e na articulação com as condições externas. É importante enfatizar que a idéia de autonomia não implica a formulação consciente das estratégias a serem

implementadas pelo grupo familiar nem a independência em relação às condições internas. Mas, diferentemente do trabalhador assalariado, a unidade familiar de produção, por ser sustentada pela íntima relação entre relações de trabalho e laços de parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social.

2.6.2 - A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento

A importância da agricultura para a sociedade brasileira pode ser inferida a partir de vários ângulos. De acordo com o Ministério da Agricultura (MAA, 1996: p.8), cerca de 90% dos municípios brasileiros têm no setor agrícola a base de sua economia e existência, e abrigam aproximadamente 75% da população no campo e cidades do interior. Na atual noção ampliada de agricultura, representada pelo conceito de *agribusiness*, que implica o conjunto articulado das atividades praticadas dentro e fora da porteira, o setor responde por cerca de 35% do Produto Interno Bruto – PIB – nacional e abriga cerca de 40% da população economicamente ativa.

No caso da agricultura familiar, observa-se que, historicamente, ela desempenha um papel relevante que chega a superar a agricultura patronal na produção, por exemplo, de carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, tomate, mandioca e laranja. A grande flexibilidade de adaptação da agricultura familiar aos diferentes processos de produção e variedade de fontes de renda a coloca como parceira importante na estratégia para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento. Outra vantagem refere-se à elevada capacidade de absorver mão-de-obra, o que a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente coerente para atacar os grandes problemas sociais do mundo urbano derivados de um modelo de desenvolvimento excludente.

Estatisticamente, os dados do Censo Agropecuário do IBGE (1995/96) mostram que existem aproximadamente quatro milhões de estabelecimentos rurais no Brasil; desses, 85,2% são estabelecimentos familiares, ocupando 30,5% da área total e respondendo por

37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Vale destacar que dado o grande número dos estabelecimentos familiares, muitos dos quais com área muito reduzida, destinada à moradia e plantio de subsistência, esse percentual relativo à agricultura familiar deve ainda ser mais elevado, principalmente ao se verificar a existência de várias unidades familiares que não aparecem por estarem vinculadas à pecuária de corte e a cana-de-açúcar, produtos que são classificados no Censo como tipicamente patronais, com importante peso no VBP da agropecuária nacional.

De acordo com o documento *Novo Retrato da Agricultura Familiar no Brasil – O Brasil Redescoberto* (GUANZIROLI & CARDIM, 2000: p.21), verifica-se a importância da agricultura familiar no país em relação à geração de postos de trabalho. Mesmo dispondo de apenas 30% da área, a agricultura familiar é responsável por 76,9% do pessoal ocupado. Dos 17,3 milhões de trabalhadores da agricultura brasileira, 13,8 milhões estão empregados na agricultura familiar. Em relação à eficiência da agricultura familiar, os dados revelam que os estabelecimentos familiares produzem em média R\$ 104,00/ha/ano contra apenas R\$ 44,00/ha/ano dos agricultores patronais.

Numa análise comparativa entre as cinco regiões brasileiras, destaca-se o Centro-Oeste, que apresenta um menor percentual de estabelecimentos agrícolas familiares, representando 66,8% dos estabelecimentos e ocupando apenas 12,6% da área regional, enquanto a Região Sul é a mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do VBP regional. Mas em termos absolutos, é o Nordeste que concentra o maior número de agricultores familiares, distribuídos em cerca de dois milhões de estabelecimentos (aproximadamente a metade de todos os estabelecimentos familiares do país e 88,3% do total dos estabelecimentos da região).

Em relação ao aspecto tecnológico, apenas 16,7% dos agricultores familiares brasileiros utilizam assistência técnica, variando de 2,7% na Região Nordeste a 47,2% na Região Sul. Entretanto, mesmo considerando essas diferenças, observa-se que o número

total de agricultores familiares com acesso à assistência é muito pequeno, particularmente no Nordeste e o Norte, onde, em média, apenas 9% dos estabelecimentos são atendidos.

Finalmente não se pode esquecer de que, apesar do grande número de estabelecimentos familiares, a grande propriedade no Brasil, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido (WANDERLEY, 1999: p.38). Foi ela quem recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. A referida autora afirma ainda que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como forma social específica de produção.

A discussão sobre a importância do papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pela necessidade de promover o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Ademais, o aumento do número de agricultores atendidos pelo programa de Reforma Agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF — refletem e alimentam esse debate na sociedade.

Existe toda uma discussão delineada pela sociedade civil organizada, principalmente no interior dos movimentos sociais do campo e das organizações não-governamentais, sobre a importância e o papel da agricultura no desenvolvimento de cada nação. No caso do Brasil que tem uma forte dependência da atividade agrícola, o debate vem sendo retomado, provocando muitas divergências. Está crescendo a consciência de que o papel da agricultura brasileira no processo de desenvolvimento deve ser mudado para um modelo de desenvolvimento rural sustentável com equidade. Para tanto, será necessário definir novos papéis, fazendo com que a importância da agricultura familiar dentro de uma nova estratégia de desenvolvimento seja valorizada.

Por um lado, essa corrente critica fortemente a lógica do modelo da agricultura brasileira que tem desempenhado papéis tradicionais, tais como: promover alimentos e matérias-primas para a indústria a baixo custo; fornecer mão-de-obra barata para os outros setores da economia; servir de mercado para as indústrias de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas; gerar divisas para o país e financiar o desenvolvimento de outros setores da economia.

Por outro lado, tais defensores da mudança centrada no desenvolvimento sustentável colocam o desenvolvimento humano e os interesses nacionais no centro do processo, onde a agricultura, em especial, a agricultura familiar, deve desempenhar os seguintes papéis: gerar renda de forma desconcentrada; criar ocupações produtivas nos setores situados dentro e fora da porteira; garantir segurança alimentar, produtividade, qualidade, diversidade; reduzir a migração campo-cidade e das cidades pequenas para as grandes; gerar divisas para o país; apoiar a retomada do processo de desenvolvimento, contribuindo para uma maior participação do setor na economia; usar modelos de produção mais sustentáveis e contribuir para reduzir as desigualdades regionais.

Nos estudos de FERREIRA (1995: p.125), a produção de alimentos com base em modelos que propiciem auto-suficiência é altamente desejável, não só por motivos econômicos, mas ainda por questões de autonomia e segurança nacional.

A produção familiar pode representar o *locus* ideal para o desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável por apresentar melhores condições de operar em menores escalas e com diversificação/integração de atividades vegetais e animais, desde que seja alvo de uma política estruturada e implementada para esse fim. Assim, os agricultores familiares, com maior disponibilidade relativa de mão-de-obra, adaptam-se mais facilmente à obtenção de produtos diferenciados. Além disso, existem espaços de oportunidade para a agricultura familiar concernente aos padrões emergentes de consumo que, cada vez mais, deslocam-se dos valores energético-protéicos para os alimentos vitaminados, saudáveis e naturais.

O PRONAF é resultado do crescimento dessas novas concepções de desenvolvimento rural implementado por pressão dos movimentos sociais. Apesar de vários limites, o PRONAF deve ser considerado dentro desse processo, podendo ser um bom ensaio para a elaboração e para a implementação futura de uma nova política de desenvolvimento rural, adequada às especificidades da agricultura familiar e redirecionadora do modelo de desenvolvimento.

É preciso melhorar a assistência técnica e extensão rural voltada para a agricultura familiar, não apenas pela sua representatividade como também pelo volume de produção, eficiência, geração de empregos, enfim, uma conjugação de fatores sociais e econômicos que determinam a necessidade de uma forte atuação dirigida a esse público.

Através da agricultura familiar se aumenta a possibilidade de obtenção de melhores resultados em termos de desenvolvimento local, da exploração de atividades não-agrícolas na propriedade e de abertura de nichos de mercados específicos, o que vem exigir ações do Estado brasileiro visando a implementação de diversas políticas complementares e de ajustes ao PRONAF, podendo ser a assistência técnica uma das melhores estratégias para o sucesso dessa política pública.

Existe um perigo que a prática autoritária dos serviços de assistência técnica deveria estar voltada para atender os interesses da agricultura familiar, buscando eliminar a cultura da subalternidade e promover um outro desenvolvimento de modo mais autônomo; a partir daí os agricultores podem desenvolver seus próprios projetos de desenvolvimento.

Um dos obstáculos à afirmação de uma agricultura familiar autônoma, que tenha um papel ativo no desenvolvimento, reside num viés da assistência técnica relacionado com a cultura da subalternidade. O desafio maior é o de romper com esse sistema que mantém as desigualdades e a cultura da dependência, cuja origem deve ser buscada no período da escravidão e do coronelismo. Essa cultura baseada na troca de favores, situação em que os coronéis no passado e os patrões de hoje protegem e exploram os agricultores, sempre fez parte da realidade e da história dos camponeses no Brasil. Em troca dos "favores", os

trabalhadores se sentem obrigados a retribuir o favor na forma de apoio, ficando durante toda sua vida defendendo os interesses desses patrões exploradores que se mantêm no poder.

Nos estudos de FAORO (2001 p.712), a situação política do coronel se manifesta nos seus serviços de intermediação, onde ele pleiteia e distribui, protege e mobiliza a segurança coletiva. O papel do coronel é lidar com a polícia, com a justiça, tarefas que exigem a presença de quem possa recomendar o pobre cidadão, mal alfabetizado e sem maneiras. Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se com um consenso e uma complementaridade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente, é exercido para o bem.

FAORO (2001, p.714), nos mostra também o quanto é difícil para o agricultor pobre do sertão descobrir que sua vontade está presa à do coronel, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços.

FORMAN (1979: p.106) mostra que existe uma dinâmica na relação entre patrão-cliente, onde o acesso controlado a terra exige que os camponeses brasileiros procurem ligações com as pessoas que estão em situação mais vantajosa dentro do sistema de estratificação, sendo forçadas a se sujeitarem aos patrões que podem facilitar o acesso a recursos estratégicos e oferecer-lhes alguma segurança e proteção. Ora, na assistência técnica tradicional, o técnico é facilmente propenso a desempenhar esse papel de “coronel”, conseguindo recursos e atribuindo diversos favores provenientes de seu papel de mediador.

Portanto, a promoção de uma melhor assistência técnica não pode se dar apenas por uma questão de eficiência, de resgate do saber camponês e do respeito a sua dignidade. Trata-se de algo mais complexo, que tem importantes dimensões políticas. O papel dessa “outra” assistência deve ser de apoiar os agricultores familiares para que eles possam lutar por seus próprios projetos e não para os interesses de seus dominadores.

Um dos maiores problemas é que os técnicos da assistência técnica oficial colaboram e reforçam esse modelo de dominação, impondo projetos, tecnologias e créditos como favores e, em troca, esperam reconhecimento e agradecimento. Assim, os técnicos tradicionais, por praticarem ações assistencialistas, não contribuem para o processo de mudança social e de construção do desenvolvimento de maneira autônoma.

Capítulo 3

A EMATER-PB A SERVIÇO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO VERDE

3.1 Introdução

Na apresentação da problemática teórica do desenvolvimento, da assistência técnica e da agricultura familiar, procurei mostrar que é a partir dos modelos que se definem as estratégias, os meios e os papéis dos sistemas de assistência técnica e extensão rural. Agora, irei demonstrar que o modelo de desenvolvimento orientador da EMATER-PB está baseado no modelo da Revolução Verde. O objetivo será então analisar como este modelo vem marcando toda a instituição desde sua origem, definindo os sistemas de gestão, de diagnóstico, de planejamento, bem como a metodologia, a avaliação e a capacitação. Identificarei os problemas trazidos pela implantação deste modelo — que não é somente um modelo técnico, mas também político, econômico, social e cultural — para a agricultura familiar da Paraíba.

Desde a origem da EMATER-PB, não houve uma participação efetiva dos agricultores familiares na definição e na gestão dos serviços oferecidos pela instituição, pois, naquele período de implantação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, o Estado tinha uma configuração oligárquico-patrimonialista que penetrava nas estruturas dos órgãos públicos conforme mostrado por FAORO (1991). Assim, não existiam condições para garantir a publicização do poder do Estado. A montagem de toda a estrutura dos serviços contou com a ajuda externa dos Estados Unidos, que foram os maiores beneficiados, pois influenciaram a definição do modelo e das estratégias necessárias para a sua promoção junto aos agricultores paraibanos, atendendo aos interesses das agroindústrias externas. Os agricultores familiares não participaram da construção desse modelo de assistência técnica, que os considera apenas como receptores passivos das inovações tecnológicas.

Demonstrarei ainda que a estrutura de poder e de gestão da empresa é muito centralizada; por isso promove a exclusão política dos agricultores familiares. Ademais, evidenciarei que existe um processo de descentralização em curso dentro da empresa caracterizando-se como uma política neoliberal de afastamento do Estado das atividades econômicas e de promoção social. Essa política é aplicada, de maneira implícita, na gestão da EMATER-PB, atendendo aos interesses do poder político local na figura dos prefeitos municipais e das autoridades superiores. O modelo de gestão da empresa está portanto contribuindo para a manutenção da cultura da subalternidade que é historicamente marcante nessa região. Os conselhos e demais estruturas da empresa não tem promovido a participação dos agricultores familiares. Chegarei à conclusão que não existe uma aliança da empresa nem com os sindicatos dos trabalhadores rurais nem com as Associações nos municípios.

Vou mostrar também como os sistemas de diagnósticos e planejamento estão estruturados para atender às exigências do modelo da Revolução Verde. Esses são realizados, majoritariamente, pelos técnicos e gestores de forma centralizada e sem a participação dos agricultores familiares. Em alguns casos, os agricultores participam apenas de maneira funcional de algumas atividades desenvolvidas, porque essa forma de participação não lhes dá as condições de influenciar nas decisões. Isso ocorre porque as relações de poder são muito desequilibradas, predominando a superioridade do saber dos técnicos, que centralizam e controlam as informações. Os dados levantados são exclusivamente quantitativos e se concentram apenas nos problemas técnicos dos sistemas de produção. No planejamento da EMATER não são incluídas informações de ordem qualitativa que poderiam expressar os desejos dos agricultores familiares. Será mostrado que são as macro-diretrizes das políticas públicas do Estado que orientam o processo de planejamento de cima para baixo, influenciando os técnicos na definição das atividades prioritárias. O planejamento é elaborado e direcionado por produtos e criações, a partir dos quais, são definidas as metas visando aumentar a produção e a produtividade das cadeias produtivas.

Analisando as metodologias utilizadas pela EMATER-PB (as Unidades de Teste Demonstrativas — UTD's, os Dia de Campo, as palestras, os cursos, as campanhas e as visitas de intercâmbio), será mostrado como os enfoques metodológicos da empresa ainda carregam as mesmas características do início de sua história, quando o conhecimento devia partir do técnico para os produtores, estes sendo apenas os receptores das novas tecnologias. Esses enfoques caracterizam-se por um tipo de trabalho que busca apenas a adesão dos produtores às novas tecnologias. Não existe uma participação efetiva das comunidades e o processo de difusão de inovações tecnológicas é realizado sem considerar a realidade e os projetos dos agricultores familiares. Mostrarei que um dos problemas desse mecanismo é que ele não parte das reais necessidades dos agricultores, mas sim das informações já contidas nos manuais técnicos que foram construídos dentro de sistemas artificiais produzidos através de experiências de laboratório. Essas pesquisas não têm levado em consideração as racionalidades e as lógicas específicas da agricultura familiar que é centrada na família, mas levam somente em consideração as racionalidades dos mercados e dos próprios sistemas de produção, segundo a visão dos próprios cientistas. Portanto, essa metodologia de transferência de tecnologia é inadequada à agricultura familiar, porque na lógica da agricultura familiar, interesse econômico e interesses pessoais coincidem, distinguindo da agricultura empresarial.

Será mostrado que os mecanismos de avaliação utilizados pela EMATER-PB são organizados de maneira centralizada somente pelos técnicos e gestores. Além disso, o processo de avaliação se baseia apenas numa análise estatística relacionando atividades programadas e executadas, e não existe nenhum trabalho de supervisão. Assim, se avalia somente o cumprimento ou não das atividades em vez dos verdadeiros resultados alcançados, pois as informações qualitativas não são levantadas. Quanto aos mecanismos de capacitação, demonstrarei que eles são concentrados na área técnica em função das necessidades e deficiências das cadeias produtivas de cada produto. Ademais, será visto que existem deficiências no processo de formação dos profissionais de ciências agrárias voltados à agricultura familiar.

Por fim, apresentarei uma série de possibilidades para se construir uma outra assistência técnica na EMATER-PB. Não se trata de simples recomendações, mas de alternativas possíveis de serem implementadas dentro da empresa. Concluirei que os gestores terão de enfrentar os problemas, pois caso contrário à empresa continuará tendo baixa credibilidade e integração junto aos agricultores familiares e a sociedade. Mostrarei também que a construção de uma nova Política de Assistência Técnica poderá se constituir numa oportunidade de reestruturação da instituição, mas o futuro da empresa dependerá fundamentalmente, da vontade política do Estado da Paraíba e também da pressão dos movimentos dos agricultores familiares e dos técnicos.

OS PROBLEMAS DO MODELO E DA ASSISTÊNCIA PRESTADA PELA EMATER-PB

3.2 - Os problemas na origem da EMATER-PB

O serviço de extensão rural embora seja público, não nasceu como serviço estatal, mas sim através de uma associação criada a partir da parceria entre o governo do Estado de Minas Gerais e um órgão não estatal norte-americano denominado *American International Association for Economic and Social Development* — AIA, de caráter missionário, criado nos Estados Unidos e comandado pelo Sr. Nelson A. Rockefeller, na segunda metade dos anos 30. Esse serviço foi implantado pela Associação de Crédito e Assistência Rural — ACAR/MG em 1949, com o objetivo de desenvolver as atividades da agricultura, da organização e da economia doméstica, através de técnicas modernas. O instrumento principal utilizado foi o Crédito Rural Supervisionado, que financiava novas técnicas de produção e melhorias nas instalações do domicílio rural; os financiamentos eram concedidos através da Caixa Econômica Federal. (RIBEIRO, 2000, p.14)

Durante a década de 50, a experiência da ACAR de Minas Gerais serviu de modelo em vários outros Estados Brasileiros: ANCAR (PE, BA, CE) em 1954; ASCAR (RS), ACARPA (PR) e ASCARES (SC) em 1956; ACARES (ES) em 1957; ACAR (RJ, GO, MA, PA, AM e DF) respectivamente em 1958, 1959, 1963, 1965, 1966 e 1967; ANCAR

(SE, AL, PB, PI) respectivamente em 1962, 1963, 1964 e 1966; ARCAMAT (MT) em 1965. A ACAR/MG também deu origem à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR em 1956.

Em vários momentos, o serviço de extensão rural brasileiro teve o apoio dos representantes dos grupos econômicos dos Estados Unidos na sua concepção, implantação e avaliação. Uma forte intervenção ocorreu durante a Missão da USAID no Brasil, em 1962, oportunidade em que se formalizou o convênio da “Aliança para o Progresso”, firmado entre o Ministério da Agricultura, a ABCAR e a USAID, visando disponibilizar recursos financeiros para “aperfeiçoar” e ampliar os serviços no Brasil. Além disso, durante o período de 1951 a 1964, através da USAID, a ACAR-MG enviou aos Estados Unidos 25 extensionistas para treinamento. Também foram fornecidos pela USAID meios de transporte (jeep’s), de impressão e de informação, audiovisuais e materiais para as demonstrações; também foram disponibilizadas e transferidas diversas tecnologias para o recém criado Serviço Brasileiro de Extensão Rural (RIBEIRO, 2000, p.121).

Como foi mostrado no Capítulo anterior, o objetivo das políticas governamentais para a agricultura durante os anos 60 e 70 foi o aumento da produção e da produtividade dos produtos exportáveis. Nesse sentido, os serviços de extensão estabeleceram seus compromissos com esse modelo de desenvolvimento baseado na revolução verde assumindo a responsabilidade de sua promoção junto aos médios e grandes agricultores brasileiros. Assim, mesmo não sendo criado como um serviço estatal, ao passar do tempo, os serviços de assistência técnica e extensão rural foram fortemente influenciados pelas políticas governamentais, tanto do governo federal como dos governos estaduais, e tais serviços passaram também a montar suas estratégias em função dos interesses do Estado.

No Brasil não foram os agricultores os protagonistas da introdução dos serviços de assistência técnica, mas sim os agentes externos, representados pela AIA e pela USAID, com o apoio do Estado de Minas Gerais e, posteriormente, com o apoio do Estado Nacional. Portanto, a história de implantação dos serviços de extensão rural mostra que os problemas estão presentes desde sua origem.

No Estado da Paraíba, as atividades de assistência técnica e extensão rural tiveram início em 1955, com o funcionamento de 5 (cinco) escritórios locais e um regional da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural — ANCAR-PE, com sede em Recife, de onde surgiram as demais organizações extensionistas dos Estados do Nordeste.

Em 1958, a ANCAR-PE, verificando a necessidade de expandir a área de ação e de obter um maior apoio do Governo Estadual, decidiu criar os Programas Estaduais de Extensão. Assim, o Escritório Regional da Paraíba foi elevado à categoria de Programa autônomo, embora sendo auxiliado pelo escritório regional de Recife. Seis anos depois, em 1964, o Programa Estadual de Extensão da Paraíba transformou-se em Associação de Crédito e Assistência Rural — ANCAR-PB afiliada da ABCAR, com sede no Rio de Janeiro-RJ.

Em 1975, o Serviço de Extensão Rural da Paraíba foi transformado em uma nova entidade, denominada de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PB, criada como empresa pública de direito privado. Esta prerrogativa jurídica atendia à política de descentralização do Governo Federal que criou, nesse mesmo ano, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural — SIBRATER —, tendo a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER — como coordenadora do Sistema em âmbito nacional.

Evidentemente, a EMATER-PB incorporou em sua filosofia de trabalho os princípios, as metodologias e os problemas advindos da sua antecessora ANCAR-PB. Entretanto, desde o início da introdução dos serviços no Estado da Paraíba eles foram subordinados às diretrizes e estratégias traçadas pela ABCAR, atendendo também aos interesses dos patrocinadores de origem externa representados, nesse caso, pela AIA e pela USAID.

Atualmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER-PB, faz parte do setor público agrícola estadual, e é vinculada à Secretaria da Agricultura,

Irrigação e Abastecimento — SAIA-PB. Portanto, o Estado define a política, os objetivos e as grandes diretrizes, cabendo à empresa apenas elaborar as suas estratégias de ação visando cumprir as metas de trabalho. Assim, os agricultores familiares paraibanos não foram os criadores da EMATER, apenas eles recebem a assistência técnica prestada pela empresa.

3.3 – Os problemas no modelo e nos princípios que orientam as estratégias da EMATER

O modelo promovido é o da revolução verde, ou seja um modelo de desenvolvimento voltado para o uso intensivo de insumos e tecnologias, na maioria dos casos, inadequado à realidade da agricultura familiar. Para tanto, a empresa se coloca como “*uma agência de desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o agronegócio paraibano*”. O uso de insumos químicos e agrotóxicos é incentivado via crédito rural, mesmo no caso do PRONAF, e os projetos ainda são elaborados de maneira padronizada, em função das recomendações técnicas para cada cultura e dentro da lógica dos “pacotes tecnológicos”.

Na Paraíba a EMATER tem como foco principal o apoio às principais cadeias produtivas do Estado e sua missão é “*contribuir para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva rural, através da transferência de tecnologia agropecuária, ambiental, organizacional e gerencial, buscando a melhoria da qualidade de vida da sociedade paraibana*”⁸. Assim, na ótica da instituição, as tecnologias são geradas e disponibilizadas pelos centros de pesquisa, e a partir daí, a empresa faz a sua difusão promovendo a mobilização e organização dos produtores para receber as devidas orientações de como melhor aplicar essas tecnologias.

O princípio é que a EMATER-PB é uma empresa do governo estadual responsável pela implementação de políticas de desenvolvimento rural planejadas por ele. Assim, existe dentro da empresa um certo consenso entre os gestores e os técnicos de que ela é

⁸ De acordo com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER /2000-2002, p. 07

“um instrumento para colocar em prática todo e qualquer Programa direcionado pelo Governo, em qualquer nível, ao homem do campo. Assim foi com o POLONORDESTE, com o Projeto SERTANEJO, com o PERCART, com o PRONASA, com o PROVÁRZEAS, etc., está sendo com o PAPP — atual COOPERAR —, com os diversos Projetos de Irrigação implantados e em fase de implementação, a exemplo das Várzeas de Sousa, com a realização da Reforma Agrária e com o PRONAF e, sem nenhuma dúvida, será da mesma forma com qualquer outro que venha a surgir no futuro” (EMATER, 2003. p.3).

Isto significa que as orientações vêm de cima para baixo, geralmente inseridas dentro dos projetos governamentais, cabendo à EMATER-PB apenas definir as estratégias para atingir as metas já elaboradas dentro do planejamento global das políticas do Governo do Estado.

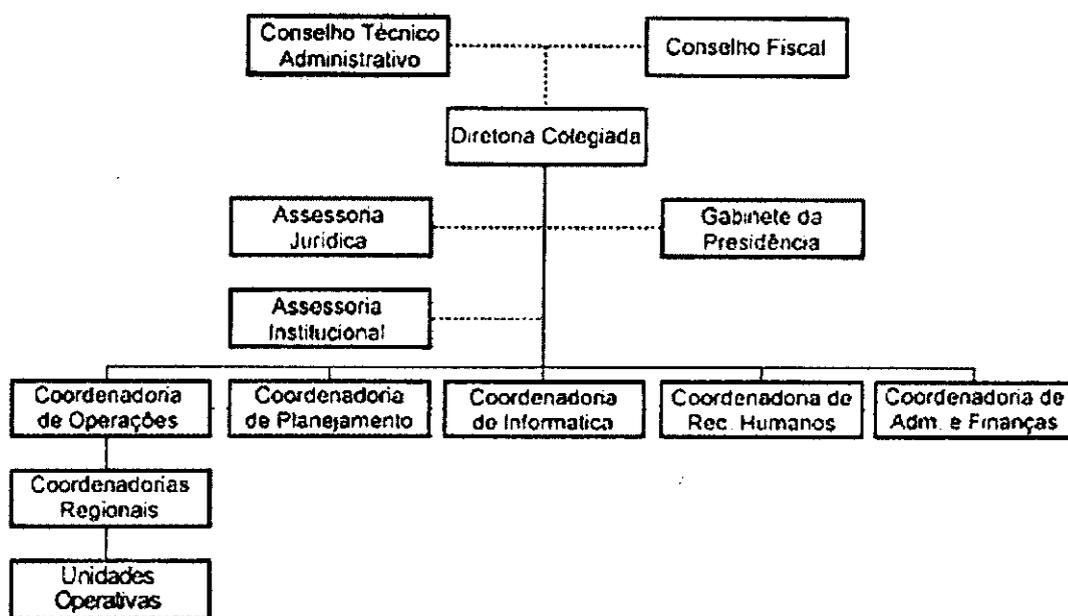
É claro que, como a própria EMATER-PB o reconhece, seguir esses princípios torna a sua missão muito difícil, primeiro porque o processo de transferência de tecnologia somente se concretiza quando o produtor passa a adotar aquela nova técnica ou ensinamento transmitido; segundo porque a decisão de usar uma determinada tecnologia somente ocorre quando o adotante se convence das conveniências e vantagens que lhe poderão advir das novas maneiras de realizar suas atividades (PROATER, 2000, p.32).

Como foi mostrado, essa origem da EMATER-PB determinou um modelo e princípios que vão marcando a entidade em todos os aspectos, tais como: na estrutura de organização e gestão, no planejamento, na metodologia, na avaliação e na capacitação. A seguir, será apresentada uma análise desses problemas provocados por esse modelo, procurando responder à pergunta: Quais foram os resultados desse modelo adotado pela EMATER-PB ?

3.3.1 – Na estrutura e na gestão da EMATER-PB

A estrutura da EMATER-PB é fortemente centralizada e os procedimentos são muito hierárquicos e verticais, baseados em chefias dos escritórios locais e regionais que detêm o maior poder de definição das estratégias, do planejamento e das metodologias para realizar os objetivos indicados nas diretrizes da empresa, inclusive a avaliação e o controle das atividades. Vejamos o organograma que mostra a estrutura da empresa:

ORGANOGRAMA 01: A Estrutura da EMATER-PB

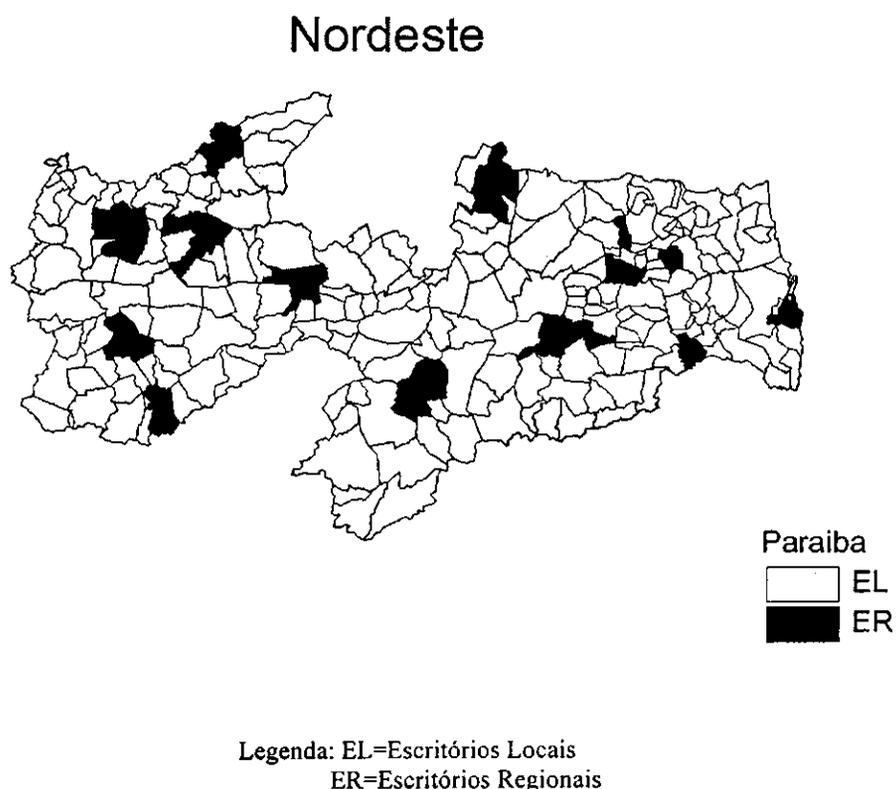


Dentro da estrutura da EMATER-PB, há um certo distanciamento da instituição em relação aos agricultores. Os Escritórios Locais são muito dependentes dos Regionais e do Central. As relações são muito burocráticas, as orientações vêm na forma de metas a atingir, e os relatórios na forma de estatísticas, sem nenhum conteúdo qualitativo que aponte para os problemas da instituição. Esse distanciamento ocorre também pela adoção de sistemas de planejamento e de avaliação baseados essencialmente em critérios quantitativos que dificultam o processo de obtenção das informações e de comunicação entre a instituição e os agricultores.

Os agricultores não participam da EMATER-PB. Não existem espaços e meios formais para promover e viabilizar a sua participação na estrutura de organização e de funcionamento da instituição. Nesse aspecto, a montagem de uma outra estrutura organizacional e de outras estratégias de comunicação com relações mais horizontais, poderia contribuir para a melhoria da assistência prestada pela EMATER-PB, conforme será mostrado posteriormente nas conclusões.

A estrutura operacional da EMATER possui um total de 829 funcionários e conta com 160 escritórios locais, procurando atender os 221 municípios do Estado da Paraíba. Vejamos a seguir o mapa 01 que mostra a abrangência geográfica da empresa.

Mapa 01: municípios com escritórios da EMATER na Paraíba



Como mostra o mapa anterior, existe um aspecto muito relevante dos serviços da EMATER-PB que é a sua capilaridade, ou seja, existe em quase todos os municípios do Estado um escritório local. Sua distribuição espacial poderia facilitar o acesso aos serviços de assistência técnica pelos agricultores familiares. Vejamos mais alguns dados sobre a amplitude da empresa na tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Indicadores da abrangência da EMATER-PB

Instituição / UF	Número de escritórios pólo ou regionais	Número de escritórios municipais e regionais	% de municípios do estado com escritório municipal ou regional*	Municípios atendidos no Estado		
				Total	%	Média por escritório
EMATER (PB)	14	163	73%	221	99	1,4

(*): % em relação ao total de municípios do estado

Fonte: dados da pesquisa de campo

Entretanto, os dados estatísticos disponíveis e as informações dos relatórios da EMATER-PB mostram que o público atendido atinge apenas 30% do público potencial da empresa. Essas informações evidenciam a existência de uma grande quantidade de agricultores familiares na Paraíba que não recebem nenhum tipo de assistência da empresa. Vejamos, a seguir, outros dados apresentados na tabela 02 e 03 que fazem uma relação entre o público atendido e o potencial dos agricultores familiares, por categoria, conforme a classificação do PRONAF.

Tabela 02: Distribuição do público potencial dos agricultores familiares na Paraíba

ESTADO	Grupo A		Grupo B		Grupo C		Grupo D		TOTAL	
	N.º	% nordeste								
PB	10.695	6%	90.403	6%	30.608	7%	2.458	7%	134.164	6%

Fonte: dados FAO/INCRA (2000) com base nos dados do censo IBGE 1996 para os grupos B, C e D e dados INCRA de 2003, dos assentados a partir de 1996 para o grupo A

Tabela 03: Relação entre público potencial e público atendido na Paraíba pela EMATER-PB

ESTADO	PÚBLICO POTENCIAL (Agricultores familiares e assentados)*		EMATER-PB	
			Agricultores familiares atendidos	% do público potencial
Paraíba	134.164	6% (Nordeste)	39.800	30%

(*): Dados FAO/INCRA (2000) com base IBGE 1996 e INCRA (2003);

A EMATER-PB adotou uma política que visa construir parcerias com as prefeituras, procurando ampliar o atendimento. Porém, a pesquisa de campo mostrou que o objetivo principal da abertura às prefeituras é de compartilhar custos salariais dos técnicos e despesas de funcionamento dos escritórios locais. Essa repartição de custos com as prefeituras não corresponde a uma política de descentralização, mas ao que denominarei de “prefeiturização” que tem provocado uma série de conseqüências negativas para a empresa. Criou-se uma parceria com as Prefeituras, mas mantendo uma estrutura de organização e gestão centralizada. Além do mais, o repasse de custos às prefeituras torna o órgão extremamente dependente do poder político local, o que influencia fortemente o desenvolvimento de suas atividades.

Os dados da pesquisa de campo revelaram que a EMATER-PB tem convênio com 98 municípios, ou seja, com 44% dos municípios do Estado, sendo que em 45 deles, a EMATER disponibiliza o técnico e os escritórios e a prefeitura paga os gastos para custear o trabalho (gasolina, água, eletricidade, telefone, etc.). Em 53 municípios, as prefeituras colocam também à disposição o técnico que recebe do Estado uma quantia de 200 R\$ complementando o salário da prefeitura. Estes técnicos recebem uma capacitação (“nivelamento”) inicial pela EMATER, mas geralmente não têm o nível nem a experiência desejáveis para trabalhar como extensionistas; além do mais, são mais vulneráveis a atuações clientelísticas do poder público local. Vejamos, a seguir, os dados da tabela 04 que mostram a participação das prefeituras no trabalho da empresa.

Tabela 04: Participação das prefeituras municipais no trabalho realizado pela EMATER-PB

UF	N.º munic.	Prefeituras com algum tipo de relação com a ATER estadual		Prefeituras fornecendo técnicos		Prefeituras fornecendo infra-estruturas
		N.º	% do total das prefeituras do estado		% do total das prefeituras do estado	% do total das prefeituras do estado
PB	223	98	44%	53	24%	20%

Fonte: dados da pesquisa de campo

Portanto, a atual política de descentralização da EMATER-PB é problemática, na medida em que, ao realizar as parcerias com os municípios visando a complementação dos recursos de custeio da empresa, ela é levada à dependência e abre oportunidades para a ingerência do poder político local na instituição. O problema é sério, pois os relatórios mostram que a empresa necessita do repasse mensal de R\$ 120.000,00 — cento e vinte mil reais —; entretanto, o Estado repassa apenas R\$ 13.400,00 — treze mil e quatrocentos reais — (EMATER, 2003, p.10).

A não inserção dos recursos necessários para a manutenção dos custeios da EMATER-PB dentro do orçamento do Estado é o resultado de uma política neoliberal de “desengajamento” do Estado, ou seja, de seu afastamento das atividades econômicas e de promoção social. O objetivo maior dessa política é que o Estado passe a funcionar como uma empresa auto-sustentável. Esta política alimentada pela visão de mercado está sendo aplicada, de forma implícita, na gestão da EMATER-PB.

Um resultado tem sido o enfraquecimento da EMATER-PB e, como vimos, o fortalecimento dos interesses políticos locais na figura dos Prefeitos. Ademais, a referida política da EMATER-PB pode estar contribuindo também para a diminuição da qualidade dos serviços oferecidos e para a dominação dos agricultores familiares, visto que os técnicos são induzidos, pela falta dos recursos de custeio, a promoverem suas ações de acordo com os interesses políticos dos prefeitos municipais.

Os relatórios da EMATER revelam que os recursos humanos estão muito concentrados nas maiores cidades do Estado, em especial na sede e nos escritórios regionais. Existem muitos obstáculos para uma melhor distribuição da força de trabalho. De

acordo com os entrevistados, os gestores não têm autonomia para redistribuir os técnicos, assim o remanejamento da força de trabalho fica condicionado aos interesses do poder político local e, quando é realizado, não atende às necessidades da empresa.

Outro fator problemático para a gestão da EMATER-PB é a idade funcional elevada da sua força de trabalho. O Estado deveria viabilizar rapidamente a renovação do quadro de pessoal através da contratação de novos técnicos. Os relatórios mostram que quase 80% dos técnicos da empresa estão com um tempo de serviço superior a 20 anos e uma grande quantidade deles estão em via de se aposentarem. (EMATER, 2003, p.5)

Atualmente, o déficit da força de trabalho vem sendo suprido pela aceitação de servidores à disposição. Porém, não existem critérios de seleção que atendam aos interesses da instituição. Além de novas contratações, a alternativa poderá ser o retorno dos profissionais qualificados da EMATER que estão à disposição de outros órgãos do Estado e a respectiva devolução dos servidores que não se enquadram no perfil dos serviços de assistência técnica. Vejamos os dados da tabela 05 abaixo que mostra a distribuição dos recursos humanos da empresa.

Tabela 05: Distribuição dos recursos humanos nas regionais da EMATER-PB

Localização	Nível Superior			Nível Médio		Administrativos	SUB-TOTAL	A disposição da Emater	TOTAL
	Agropecuária	Social	Outras áreas	Agropecuária	Social				
Regional de João Pessoa	17	04	-	14	05	07	47	06	53
Regional de Itabaiana	05	01	-	09	04	09	28	08	36
Regional de Guarabira	08	-	-	13	03	09	33	15	48
Regional de Solânea	02	-	-	18	01	11	32	08	40
Regional de Areia	08	02	-	12	02	15	39	05	44
Regional de C. Grande	10	03	01	10	06	19	49	12	61
Regional de Serra Branca	04	-	-	08	02	04	18	22	40
Regional de Patos	12	01	01	13	09	25	61	11	72
Regional de C. do Rocha	02	-	-	08	02	13	25	06	31
Regional de Souza	13	-	-	13	02	19	47	14	61
Regional de Itaporanga	02	01	-	11	05	18	37	19	56
Regional de P. Isabel	03	01	-	06	07	09	26	11	37
Regional de Pombal	06	01	-	07	02	10	26	05	31
Regional de Picuí	07	-	-	06	-	04	17	12	29
TOTAL	99	14	02	148	50	172	485	154	639
Escritório Central	72			07		91	170	19	180

Fonte : Proater 2002.

Ademais, não existem mecanismos de promoção na EMATER-PB e a ascensão é automática, em função do tempo de trabalho do servidor que, ao completar 22 anos de serviços prestados, chega ao nível máximo do seu cargo. O último Plano de Cargos e Salários foi implementado em 1976. Nesses últimos anos, a EMATER não tem no Plano de Cargos e Salários como um instrumento de motivação dos técnicos. Assim, sem uma avaliação e incentivos, a busca de um melhor desempenho fica a critério da vontade pessoal e da ética de cada técnico. (veja a tabela da faixa salarial em anexo)

3.3.2 – Da falta de autonomia da EMATER-PB

A falta de autonomia se revela um dos maiores impasses a serem resolvidos pela EMATER-PB pois a questão é: Como os técnicos poderão incentivar o protagonismo dos agricultores em seus projetos de desenvolvimento, se dentro da própria instituição, das ações e das metodologias de trabalho, não se tem valorizado nem o protagonismo nem a autonomia dos técnicos e dos gestores?

Diversos estudos vêm mostrando que a autonomia sempre foi uma estratégia valorizada pelos agricultores familiares, pois a lógica dos seus sistemas de produção está alicerçada na busca de maior segurança assegurada pela independência em relação aos fatores externos. Entretanto, as ações promovidas pelos técnicos da EMATER-PB têm contribuído para o enfraquecimento de tais lógicas e para o aumento da dependência dos agricultores em relação às empresas produtoras de agroquímicos e às políticas assistencialistas do Estado.

Um fator relevante observado nas entrevistas com os técnicos e agricultores foi a ingerência política dentro da EMATER-PB. Nessas entrevistas foram relatados vários casos de transferência de técnicos por não concordarem com as ações voltadas aos interesses políticos locais. Em relação a essa questão, foi possível verificar que a empresa possui uma reduzida autonomia, ficando permeável aos interesses da classe política. Isto explica, parcialmente, a baixa credibilidade da instituição junto aos agricultores familiares e sua falta de integração com suas organizações.

Em relação às atividades desenvolvidas pelos técnicos da EMATER-PB, foi possível constatar que, por possuírem uma longa tradição na prestação de serviços como agentes governamentais, às vezes incorporam e assumem a execução das políticas estatais de maneira acrítica, sendo induzidos a realizar as atividades de cunho assistencialista, tais como: distribuição de cestas básicas; de sementes; de realização dos cadastramentos dos

programas governamentais, etc. A realização de tais atividades favorece e alimenta a dependência, ficando difícil para os técnicos da instituição rompê-la.

3.3.3 - Da ausência de parcerias e alianças com os movimentos sociais de agricultores

Portanto, há limitações para a construção de alianças com os agricultores familiares e suas organizações, pois o modelo de desenvolvimento promovido pela empresa apresenta incompatibilidade com o modelo desejado pela maioria dos agricultores familiares, conforme foi mostrado anteriormente.

Por isso, mesmo constando nos documentos oficiais que a promoção de um outro modelo de desenvolvimento sustentável com equidade é um objetivo da EMATER-PB, os dados da pesquisa de campo mostraram que esse objetivo não está sendo atingido pelas ações da empresa.

Os depoimentos dos agricultores revelaram que há um descompasso entre a assistência prestada pela EMATER-PB e a realidade da agricultura familiar, em especial, no que se refere às características da produção familiar, onde a lógica é do conjunto do sistema e não de um produto como querem os técnicos da EMATER-PB. Portanto, os agricultores familiares desenvolvem suas estratégias buscando um máximo de segurança e autonomia, para atingir esse objetivo, adotam a estratégia da diversificação das atividades produtivas animais e vegetais, formando um sistema policultivos – que reduz os riscos – visando garantir a produção mínima para a sua subsistência.

As decisões dos agricultores não podem ser analisadas a partir de cálculos econômicos clássicos como querem os técnicos da EMATER-PB. Não se trata de simplesmente aceitar ou rejeitar uma tecnologia em função dos custos adicionais gerados e dos retornos econômicos que as mesmas poderiam propiciar, mas de considerar os objetivos das famílias, suas diferentes estratégias dentro da propriedade. Na análise dos projetos de crédito elaborados pelos técnicos, essa contradição se mostra evidente; nesses existe uma etapa que chama-se de « análise de custos e da viabilidade do projeto », onde os

técnicos não conseguem compreender as lógicas da agricultura familiar e acabam simplificando aquilo que é, por definição, complexo.

A lógica da agricultura é familiar é diferente da empresarial, pois ela não se orienta para o nível máximo de lucro e não se volta prioritariamente para o mercado, mas sua lógica contempla o esforço conjunto da força de trabalho da família, cuja intensidade tem por limite o objetivo de atingir a produção necessária para a subsistência de toda a família; a partir da conquista dessa meta de produção, a intensidade da força de trabalho é reduzida. Essa flexibilidade permite diversos arranjos no uso da mão-de-obra conforme as necessidades das diferentes atividades produtivas animais e vegetais.

Essa limitação de compreensão das lógicas específicas dos agricultores familiares tem grandes repercussões no planejamento, na metodologia, na formação e capacitação dos técnicos da EMATER-PB e, principalmente, na relação dos técnicos da empresa com os agricultores. Vejamos, a seguir, alguns resultados dessa incompreensão.

3.3.4 - No diagnóstico e no planejamento da EMATER-PB

Como o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural — PROATER — é parte integrante da estratégia do planejamento da Empresa, é através dele que a EMATER-PB faz a gestão dos programas anuais, buscando atingir os objetivos e as metas previamente traçadas. As atividades são planejadas visando o crescimento das principais cadeias produtivas locais, tais como abacaxi, algodão, fruticultura, cana de açúcar, caprinocultura, dentre outras, e os indicadores de desempenho da EMATER-PB têm como critérios o cumprimento dessas metas. (Ver o resumo do relatório de atividades de 2003, em anexo)

Portanto, é a partir do PROATER que são elaborados os respectivos Planos de Ação de cada uma das coordenadorias regionais e seus núcleos de planejamento, onde estão explicitados os objetivos, as metas e as responsabilidades de cada unidade. Posteriormente, esses respectivos planos dão origem às atividades mensais de trabalho a serem executadas

por cada escritório local integrante dessas unidades. Da mesma maneira, os Planos de Ação dos coordenadores regionais e das unidades operativas — escritórios locais — contêm também os seus objetivos, metas e responsabilidades expressas nos seus programas mensais de trabalho (Ver o modelo de um plano de ação da EMATER em anexo).

O resultado dessa concepção é que a elaboração do planejamento não se baseia num diagnóstico da realidade da agricultura familiar, como foi comprovado nas entrevistas e no acompanhamento das dinâmicas desenvolvidas pela EMATER-PB. Evidenciou-se também que os agricultores não participam da realização dos diagnósticos, o que contribui para a falta de compreensão da lógica e das demandas dos agricultores familiares.

Assim, observou-se na pesquisa a existência de um processo de dominação implícita, pois os planos de ação são elaborados de forma burocrática pelos técnicos dentro dos escritórios locais da EMATER-PB, visando, geralmente, à introdução de tecnologias baseadas nas experiências desenvolvidas nas UTD's que não se adaptam nem às necessidades nem aos recursos dos agricultores. Os técnicos interpretam, subjetivamente, as necessidades das comunidades sem a participação direta dos agricultores.

Embora seja previsto que o diagnóstico e planejamento que daí resulta sejam validados pelas lideranças da comunidade e demais outras instituições locais ligadas ao desenvolvimento rural (CMDRS, sindicatos, etc.), os depoimentos evidenciaram que, de fato, são aprovados, mas somente pelas Secretarias de Agricultura municipais, sem uma participação efetiva dos agricultores. Portanto, não existe um diagnóstico participativo nem uma maior discussão junto aos agricultores sobre as suas reais necessidades e desejos.

Desse modo, o diagnóstico, a programação e execução das atividades ficam sob forte influência da visão de mundo dos próprios técnicos, das secretarias de agricultura municipais e de alguns poucos agricultores que possuem um maior poder de influência junto à Empresa.

A conclusão é que o planejamento adotado pela EMATER-PB permite estabelecer apenas uma lista de atividades a serem realizadas de acordo com a visão dos técnicos e os desejos dos seus superiores expressando as políticas globais do Estado.

3.3.5 - Nos métodos de trabalho da EMATER-PB

Os enfoques metodológicos utilizados pela EMATER da Paraíba ainda carregam as mesmas características da assistência técnica e extensão rural do início de sua história, quando o conhecimento devia partir do técnico para os produtores, estes sendo apenas os receptores das novas tecnologias (mecanização agrícola, técnicas de irrigação e drenagem, desenvolvimento de sementes híbridas, uso de adubos sintéticos e agrotóxicos).

A metodologia da empresa caracteriza-se por um tipo de trabalho que busca apenas a adesão dos produtores, mas geralmente, não oferece possibilidades de uma integração da comunidade aos seus projetos. Trata-se de simples “difusão” ou “transferência” de tecnologias, sem considerar a realidade e os projetos dos agricultores familiares.

A orientação da empresa é que os técnicos venham a executar as suas atividades de maneira a atingir um maior número de agricultores. Para isso utiliza-se das metodologias de alcance “massal” e grupal, de preferência ao atendimento individual⁹. Destacam-se: a Unidade de Teste Demonstrativa — UTD; o dia de campo; a reunião; a campanha; a palestra; o curso; a visita técnica; a entrevista, a excursão; utilizando-se uma dessas técnicas isoladamente ou a combinação de várias delas, dependendo dos objetivos a serem alcançados.

O método considerado mais importante e muito utilizado pelos técnicos da EMATER-PB é a Unidade de Teste Demonstrativa — UTD, considerada como espaço didático pedagógico ideal para o desenvolvimento das experiências junto aos agricultores,

⁹ Massais – são aqueles que visam ao alcance de público com número indefinido, quais sejam: campanhas, programas de rádio e televisão, semanas, exposições e feiras, dentre outros. Os grupais visam atingir um grupo definido de pouco número, como é o caso da excursão, dias-de-campo, cursos, demonstração de métodos, reuniões, etc. e, finalmente, os individuais que têm por objetivo atingir com cada agricultor.

tais como: um tanque de peixe, um campo de algodão, de frutas, de batata, uma criação de caprinos, um silo trincheira, etc. Nessas unidades, os agricultores observam todas as atividades e tipos de tecnologias empregadas de acordo com as orientações dos técnicos em cada fase da experiência testada. A visita de intercâmbio e o dia de campo são também utilizados de forma combinada para a divulgação das Unidades Teste Demonstrativas — UTD's.

As palestras são realizadas com frequência pelos técnicos da EMATER; elas têm por finalidade a transferência de informações técnicas e organizacionais. Destaca-se que, na maioria das vezes, elas são de baixa eficiência, mesmo com abertura de espaços para perguntas e respostas, pois a participação fica limitada e desnivelada, do fato de relações de poder amplamente diferenciadas. Além disso, a linguagem utilizada geralmente não facilita a troca de conhecimentos entre os agricultores e os técnicos o que é, por si só, um fator que inibe a participação.

Os cursos ministrados pelos técnicos transmitem informações sobre os pacotes tecnológicos com as recomendações por produto (milho, amendoim, arroz, algodão, etc.) ou tipo de criação (bovinos, caprinos, etc.), visando ensinar as melhores maneiras de produzir, segundo as informações disponibilizadas pelos Centros de Pesquisa & Desenvolvimento, tais como a Embrapa, EMEPA e as Universidades. A EMATER-PB realiza alguns cursos mais flexíveis introduzidos pelo programa de capacitação do PRONAF que tratam das questões ligadas à organização dos agricultores, em especial para aqueles que fazem parte dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, mas a maioria dos cursos oferecidos pela empresa é, maioritariamente, concentrada na área técnica.

O dia de campo constitui um tipo de evento grupal que procura mostrar aos participantes o sucesso alcançado por um ou mais agricultores na adoção de uma determinada proposta de sistema de produção; geralmente é realizado em torno de um produto (algodão, milho, feijão, etc.) ou de um tipo de criação (caprinos, suínos, aves, etc.), na unidade de pesquisa ou numa propriedade modelo. As experiências são mostradas em forma de “estações” dispostas, seqüencialmente, de modo a representar as diversas fases do

ciclo produtivo. Em cada “estação” existe um técnico responsável para apresentar as informações e responder às questões. O dia de campo é um desses métodos que envolvem um grande número de agricultores e, segundo a empresa, contribui para a melhor racionalização do custo e do tempo dos extensionistas.

Para LUCENA (2000, p.48), o dia de campo é um método que tem por objetivo a motivação dos participantes através do efeito demonstração. Esse método valoriza a apresentação dos resultados positivos alcançados pelos agricultores assistidos pelos serviços oficiais de extensão. Porém, dado seu efeito demonstrativo, ele acaba por artificializar a complexidade da agricultura familiar, o que dificulta a adoção das inovações, contrapondo-se ao próprio objetivo do método.

Os técnicos da EMATER-PB e das Instituições oficiais de P&D realizam o dia de campo como uma forma de demonstrar a importância dos conhecimentos científicos para melhorar a produção, a produtividade e a renda dos agricultores, mas é um momento onde os “doutores” apresentam seus ensinamentos como verdades aprovadas pela ciência. Além disso, é um evento festivo onde tudo tem que ser preparado em detalhes: a recepção, os caminhos, as estações, a alimentação, etc. No Dia de Campo as autoridades, os políticos, estão sempre presentes e são, geralmente, muito prestigiados pelos organizadores. Ademais, é um momento de apresentação dos trabalhos à sociedade. Entretanto, verifica-se que esse método tem um poder disciplinador implícito, demonstrando como deve ser um “bom agricultor”, ou seja, aquele que aceita e aplica as recomendações dos técnicos, obtendo o sucesso das experiências apresentadas. É também muito comum o patrocínio das empresas que comercializam os insumos e as máquinas usadas nas demonstrações.

A campanha tem por objetivo informar e orientar os agricultores sobre determinados temas considerados relevantes, tais como: o controle sanitário dos animais; o uso dos agrotóxicos; a adoção das normas: ambientais, de saúde, de crédito, o processamento de alimentos, a comercialização, dentre outros. Observou-se durante a pesquisa de campo que a campanha é uma prática muito utilizada pela EMATER-PB. O processo de modernização da agropecuária e a globalização dos mercados vêm mostrando que o consumidor está cada

dia mais exigente quanto à qualidade dos produtos alimentares, e o Estado é o responsável pelo controle dessa qualidade através da implementação de rigorosas normas sobre a produção, o processamento e a comercialização. As campanhas promovidas pela empresa visam a divulgação dessas informações junto aos agricultores.

A visita técnica consiste num contato direto entre o técnico e as famílias dos agricultores, visando uma assistência mais individualizada. O objetivo é de trocar informações com os agricultores acerca dos problemas e, em especial, das tecnologias utilizadas nos sistemas de produção. Atualmente, esse tipo de trabalho tem sido pouco utilizado não só em função dos custos de um atendimento individualizado, mas simplesmente porque esse tipo de atendimento seria contraditório com a visão predominante dos “pacotes” impostos de cima para baixo. As visitas técnicas somente são realizadas em projetos ou situações muito particulares visando orientar e acompanhar os agricultores. As visitas individuais da EMATER concentram-se, geralmente, nos agricultores que aceitam implantar as UTD's e/ou naqueles que solicitam os projetos de crédito.

As visitas de intercâmbio são visitas organizadas com grupos de agricultores nas propriedades consideradas “modelos” dentro de uma região, onde os agricultores têm a oportunidade de conhecer os resultados das experiências trocando informações entre eles e os técnicos.

Nas entrevistas com os técnicos da EMATER-PB observou-se que, embora o discurso de metodologias participativas estivesse presente na falas de alguns técnicos, o entendimento e a operacionalização da participação se revelou bastante limitada. Os conteúdos das mensagens e informações transmitidas pelos técnicos são dominadores e carregam a idéia de que, para se obter sucesso nas atividades produtivas, é necessário ter o saber técnico-científico que, na visão dos técnicos, é superior ao saber dos agricultores. Daí que as recomendações e as metodologias promovidas se baseiam primordialmente na adoção das inovações tecnológicas testadas nas Unidades Técnicas Demonstrativas —

UTD's, na expectativa de que os agricultores possam adotá-las e, posteriormente, divulgá-las junto aos outros colegas agricultores.

Entretanto, verificou-se nas entrevistas com os agricultores que a maioria das experiências realizadas e das tecnologias incentivadas pela EMATER-PB, como no caso das UTD's da cultura da batatinha na região do Polo Sindical da Borboerema, é reducionista e artificializa a complexa lógica da agricultura familiar. Assim, as inovações promovidas acabam aumentando os custos e a dependência dos agricultores em relação aos insumos agroquímicos modernos produzidos pelas empresas transnacionais. Nesse caso da cultura da batatinha, vários agricultores reclamaram da forma e dos métodos utilizados pela EMATER-PB, como os « pacotes tecnológicos » que vêm causando danos ao meio ambiente pela excessiva aplicação de agrotóxicos. Nas visitas aos escritórios da EMATER-PB dessa região, verificou-se a existência de vários cartazes de propaganda das empresas que produziam os agrotóxicos usados na cultura da batatinha afixados nas paredes.

3.3.6 - Na avaliação e no controle dos resultados da EMATER-PB

No PROATER está previsto um processo de acompanhamento dos Planos de Trabalho que devem ser avaliados trimestralmente pelos executores — exclusivamente, os técnicos e os gestores. Estes devem emitir um relatório, identificando as evidências do cumprimento dos objetivos, metas e responsabilidades, atribuindo para cada item uma nota de 0 a 5 referente ao próprio desempenho. De acordo com as diretrizes do PROATER, os resultados trimestrais obtidos pelos Escritórios Locais deverão ser apresentados e discutidos com as respectivas comunidades (PROATER, p.30). Porém, observou-se que os agricultores entrevistados não conheciam esses relatórios; eles afirmaram que não participaram dessa avaliação programada pela empresa. Assim, a avaliação da EMATER da Paraíba é realizada de maneira centralizada e não democrática pelos técnicos e gestores.

Está previsto também que os relatórios trimestrais gerados regionalmente serão enviados à coordenação estadual, sendo posteriormente apresentados, em reunião, à Diretoria Colegiada para análise e providências necessárias a fim de se resolverem os

problemas identificados. Ademais, no final de cada semestre é prevista uma reunião entre a Diretoria Colegiada e os Coordenadores Estaduais e Regionais, para uma avaliação conjunta do PROATER, englobando os respectivos planos de ação e os resultados mensais registrados. (PROATER, p. 30).

Entretanto, segundo informações dos representantes do SINTER-PB, a referida Diretoria Colegiada é composta majoritariamente de representantes de órgãos do Governo do Estado. Portanto, há um desequilíbrio de forças que favorece a vontade hegemônica daqueles que defendem os interesses do Estado, caracterizando um processo de dominação. Além disso, os Coordenadores Regionais ficam numa situação de subordinação, pois ocupam cargos de confiança controlados pela Diretoria da empresa. Assim, quando são apresentadas questões problemáticas que afetam tais interesses, esses representantes do setor governamental votam, em bloco, apoiando as proposições da Diretoria.

Durante a pesquisa de campo, acompanhamos algumas reuniões de trabalho dos escritórios Regionais da EMATER com o objetivo de compreender a dinâmica da organização, do controle e da avaliação no interior da empresa. Nessas oportunidades, observou-se que as preocupações maiores foram com os dados quantitativos das metas atingidas por cada escritório local. Após a exposição da chefia, as reuniões concentraram-se na análise do percentual de cumprimento das metas para cada produto ou tipo de criação. Paralelamente eram repassados verbalmente pela chefia os desejos e as preocupações do Escritório Central e Regional, bem como as recomendações a serem seguidas pelos escritórios locais. Nessas reuniões, observou-se uma enorme preocupação dos chefes dos escritórios em determinar um maior empenho no sentido de atender os desejos do Governador e dos políticos locais em relação à promoção de algumas cadeias produtivas, como no caso do algodão colorido. Esse fato acabou confirmando as informações fornecidas por alguns entrevistados, em relação à falta de autonomia da empresa perante a classe política. Assim, há uma relação de subordinação dos gestores e um esforço de mostrar às autoridades superiores que a EMATER da Paraíba está cumprindo a sua missão e atingindo os seus objetivos apenas enquanto um órgão de governo.

No PROATER estava prevista também como instrumento de gestão a participação da Supervisão Estadual que, trimestralmente, deveria se fazer presente nas reuniões, com a finalidade de acompanhar a elaboração dos relatórios de avaliação, bem como orientar e agilizar providências com vistas à execução das ações planejadas, enfocando os aspectos de qualidade e quantidade. Mas durante a pesquisa, observou-se a ausência da supervisão das ações da empresa, que pode estar contribuindo para um maior distanciamento desta em relação aos desejos dos agricultores.

Também foi possível verificar que não existe na EMATER-PB um diálogo aberto entre os órgãos gestores e os técnicos que atuam nos escritórios locais, mas sim um tipo de relacionamento formal entre chefes e subordinados. As ordens são cumpridas sem uma postura crítica e questionadora. Existe, de forma velada, um medo de punição pelo não cumprimento das metas e das determinações superiores. Percebeu-se que essa forma de relacionamento resulta de uma prática autoritária que conduz a um tipo de poder disciplinador dos relacionamentos; este acaba sendo reproduzido também nas relações entre os técnicos e os agricultores familiares.

No acompanhamento das dinâmicas com os agricultores, utilizou-se dinâmicas de grupo, em especial o Diagrama de Venn¹⁰. Nessas oportunidades os agricultores mostraram que os serviços são insuficientes, pois não atendem a todos os agricultores, e são de baixa qualidade e desconectados quanto a suas demandas. Ademais, os agricultores familiares manifestaram seu descontentamento em relação à falta de atendimento individual e, quando são atendidos individualmente, reclamaram da relação de autoritarismo dos técnicos que impõem determinadas projetos e ações que os agricultores não desejam.

Ademais, os depoimentos dos agricultores e da maioria dos técnicos entrevistados revelaram que o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável — CEDRS — e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis — CMDRS — são espaços e experiências importantes, mas ainda não têm produzido meios suficientes para avaliar os resultados e a qualidade dos serviços de assistência técnica e das demais políticas

¹⁰ Conforme a nota de rodapé número 3.

públicas de agricultura familiar. Assim, mesmo que a atuação da empresa nos Conselhos Municipais faça parte de suas estratégias, na maioria dos casos, os resultados dos trabalhos desenvolvidos por ela não são avaliados de maneira adequada pelos agricultores. Porém, os entrevistados informaram que os relatórios dos trabalhos desenvolvidos pela EMATER-PB são apresentados nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural — CMDR's — de maneira muito superficial e burocrática. Na opinião dos mesmos, os referidos Conselhos ainda têm dificuldades de cumprir o seu papel e não conseguem realizar uma avaliação que consiga acompanhar e avaliar as ações da empresa.

O ciclo de diagnóstico-programação-execução-avaliação da EMATER-PB é autoritário e não vem contemplando os interesses e os desejos dos agricultores familiares. O resultado é um processo de avaliação desarticulado e de baixa qualidade. Apesar de existir um consenso entre os técnicos entrevistados que a avaliação é necessária, evidenciou-se pouca capacidade institucional em promover uma avaliação de qualidade. Os relatórios mostram também que os parâmetros utilizados são inadequados, pois são baseados em dados quantitativos que não incluem a opinião dos agricultores sobre a qualidade dos serviços prestados pela empresa.

Ao adotar uma metodologia de avaliação centrada nos aspectos quantitativos e baseada em cálculos estatísticos (percentuais entre as metas programadas e executadas), o modelo de avaliação implementado pela EMATER-PB é superficial e incompleto, pois apresenta um grande déficit nos critérios qualitativos. Durante toda a pesquisa junto à biblioteca e aos vários setores da EMATER-PB, não foi encontrado nenhum relatório ou informação de natureza qualitativa. Estas informações poderiam ser obtidas somente com um bom diálogo com os agricultores e não podem ser expressas em dados estatísticos.

Dessa maneira, podemos afirmar que a EMATER-PB não realiza uma avaliação de qualidade sobre quais os resultados atingidos, pois as informações fundamentais não são levantadas; avalia-se apenas o cumprimento ou não das atividades em lugar dos verdadeiros resultados (Ver os dados e os modelos dos relatórios em anexo).

3.3.7 - Da formação e capacitação dos técnicos

Os relatórios e as entrevistas com os técnicos da EMATER-PB revelaram uma grande deficiência na capacitação. Os treinamentos são poucos e ficam condicionados ao apoio e à liberação de recursos financeiros do PRONAF em âmbito nacional. Essa ausência de uma política de formação continuada desmotiva os técnicos e reduz a possibilidade da realização de uma assistência de melhor qualidade.

As deficiências são particularmente marcantes em relação a duas questões:

1) No que diz respeito à compreensão das lógicas da agricultura familiar:

Os gestores da EMATER-PB e o seu corpo técnico têm dificuldades de compreender a lógica específica da agricultura familiar e de atuar de acordo com ela. Além disso, a formação dos profissionais de ciências agrárias no Brasil dificulta essa compreensão, pois as universidades e escolas agrotécnicas não têm sido capazes de preparar profissionais capacitados para trabalhar essa categoria de agricultores¹¹.

As ciências agrárias consolidaram o paradigma produtivista e tecnicista no processo de produção do conhecimento, adotando os modelos de transferência de tecnologia e os métodos da Revolução Verde como estratégias de desenvolvimento. Os centros de pesquisa e de ensino foram, então, criados no quadro desse paradigma. Não é difícil compreender que cabe ao agricultor a tarefa de adotar ou rejeitar uma determinada tecnologia, mas, de fato, ele não é considerado, uma vez que as ciências agrárias se apropriaram dos métodos das ciências da natureza sem buscar dialogar com as ciências do homem. Compreende-se então porque os profissionais, assim formados, se julgam detentores do conhecimento, donos da informação e da verdade. Assim, o discurso da dominação e das relações de poder

¹¹ Conforme o estudo de SIMÕES, Aquiles & OLIVEIRA, Myriam Cyntia César. *O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar*. 23p. (mimeo)

se manifesta nas suas mais diversas formas, dando lugar a práticas autoritárias incorporadas nas ações práticas do dia-dia como resultantes do processo de socialização profissional.

2) Em relação aos métodos participativos:

Nas entrevistas e no acompanhamento das atividades desenvolvidas pela instituição, observou-se uma reduzida utilização de métodos participativos, tal como a dinâmica de grupo. A adoção e a promoção das dinâmicas de grupo poderiam facilitar e melhorar as relações entre os próprios técnicos e os agricultores, favorecendo a troca de experiências, além de melhorar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela empresa.

É importante compreender que o uso de abordagens participativas poderia aumentar a eficiência nas ações de desenvolvimento. Para considerar a participação dos agricultores, os saberes locais e facilitar os processos de comunicação e integração junto aos agricultores, é necessário trabalhar com as abordagens qualitativas, pois estas são questões que constituem objetos das ciências sociais. O desafio é o da construção interdisciplinar buscando o diálogo entre as ciências agronômicas e as ciências sociais e estas, por sua vez, dialogando com os agricultores organizados. Neste caso, as ações de desenvolvimento, ou seja, as demandas, são resultantes de um processo de construção social, fruto de uma negociação entre os diversos atores envolvidos.

3.4 - CONCLUSÕES — Uma outra Emater-PB é possível?

A conquista de sua autonomia

O Estado da Paraíba tem a oportunidade de melhorar os serviços da EMATER-PB reorganizando-a e dando-lhe condições de conquistar sua autonomia. Os serviços de assistência técnica e extensão rural poderão desenvolver um papel estratégico de apoio à agricultura familiar da Paraíba, caso a empresa venha a ser promovida pelo Estado num processo de co-gestão com os agricultores.

A abertura para a participação dos agricultores

A maior dificuldade poderá ser a abertura para a participação dos agricultores na EMATER-PB como um mecanismo de controle social, de maneira a fazer com que os serviços de ATER sejam desenvolvidos de acordo com a demanda dos agricultores familiares.

A construção de alianças com os movimentos sociais de agricultores

A EMATER-PB tem a possibilidade de promover mudanças mais profundas visando melhorar a qualidade dos serviços prestados, caso consiga estabelecer uma aliança com os agricultores familiares. A abertura à participação efetiva dos agricultores no processo do: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das atividades poderá contribuir para a formação dessa aliança e fortalecer a instituição, bem como dar sustentabilidade aos serviços de assistência técnica oficial.

O atual Conselho Técnico Administrativo — CTA da empresa que é composto exclusivamente por técnicos ligados à EMATER-PB e ao Estado poderia ser extinto. Em seu lugar, poderia ser instalada uma outra estrutura de gestão que abra os espaços para a participação formal dos agricultores junto à empresa. Essas estruturas poderão ser organizadas em forma de conselhos gestores, compostos de maneira paritária entre os representantes oficiais do Estado e os dos movimentos sociais dos agricultores. Tais conselhos poderão funcionar como um meio e uma estratégia para se construir outras políticas de gestão da EMATER-PB voltadas a atender os interesses dos agricultores.

A realização de parcerias junto às instituições não-governamentais — ONG's e aos movimentos sociais, em especial junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, visando à promoção de um outro tipo de desenvolvimento sustentável e voltado aos interesses dos agricultores familiares, poderá ser uma oportunidade para a EMATER-PB conquistar credibilidade e confiança perante os seus clientes. É importante ressaltar que já existe uma

boa relação entre alguns técnicos da EMATER-PB e das ONG's. Nesses casos, as experiências já estão sendo trocadas, inclusive com a realização de algumas atividades comuns, mas sem um envolvimento formal da empresa.

A construção de parcerias com as ONG's seria especialmente importante para promover um processo de capacitação dos técnicos, conforme algumas experiências positivas já realizadas sem o apoio formal da empresa. No Brasil já existem casos de parcerias bem sucedidas entre as instituições oficiais de ATER, as ONG's e os movimentos sociais com resultados muito promissores como nas EMATER's da região Sul e Sudeste¹².

No caso do Estado da Paraíba as atuais relações do ponto de vista institucionais, têm sido um campo de disputas tensas e conflituosas; nesse campo, as ONG's vêm obtendo maior prestígio e visibilidade junto aos agricultores familiares e à sociedade. Entretanto, a disputa de poder e espaço entre as organizações do Estado e as ONG's poderá ser uma oportunidade para a EMATER-PB, sob pressão, melhorar os seus serviços de assistência técnica dirigida à agricultura familiar.

A EMATER-PB poderá aproveitar a existência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável — CMDRS — para buscar construir uma aliança com os agricultores familiares da Paraíba. A ação principal poderá ser o apoio efetivo da EMATER-PB junto aos sindicatos de trabalhadores rurais – STR's. Assim, atuando junto com os STR's, poderão juntos fortalecer os CMDRS e transformá-los em espaços onde as políticas públicas de desenvolvimento rural venham a ser construídas de maneira participativa atendendo aos interesses e desejos dos agricultores. Entretanto, a decisão de continuar apoiando, maioritariamente, os interesses do poder executivo municipal e do governo do Estado inviabilizará qualquer aliança.

¹² Um bom exemplo é a experiência do Rio Grande do Sul apresentada no trabalho de CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. . **A agroecologia e o desenvolvimento sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER-RS, 2001. 36p. No caso de Santa Catarina, a experiência é mostrada no trabalho de MUSSOI, Eros Marion, **Integración entre investigación y extensión agrária en um contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina – Brasil**. Córdoba (España): Universidad de Córdoba, 1998. 420p. Tese de Doutorado em Agronomia – Programa de Agroecologia, Campesinato e História.

A adoção de outras metodologias, diagnósticos e planejamentos participativos

Através da adoção de estratégias metodológicas participativas, a EMATER-PB poderá aumentar o grau de integração com as organizações dos agricultores e, conseqüentemente, promover sua autonomia e melhorar a relação dos técnicos com os agricultores. Entretanto, a ausência de um processo participativo e autônomo poderá dificultar a relação com os agricultores familiares, aumentando os conflitos e a distância entre a empresa e os agricultores.

As entrevistas mostraram que há muita resistência e limitações dos técnicos que atuam na EMATER em reconhecer o direito e a capacidade dos agricultores em participarem de forma efetiva das atividades da empresa. Mesmo que a EMATER resolva implantar efetivamente estratégias participativas, ela enfrentará muitas limitações na prática, pois há uma grande deficiência no conhecimento dos técnicos da instituição em termos de apreender os instrumentos metodológicos participativos, tais como o Diagnóstico Rápido Participativo — DRP, as técnicas de dinâmicas de grupo, a construção coletiva de mapas, dentre outros.

A realização de uma outra avaliação com controle social dos agricultores

Poderá ser estratégica a introdução, na EMATER-PB, de mecanismos mais adequados de acompanhamento e avaliação voltados para os aspectos qualitativos, a partir dos quais os próprios agricultores possam se expressar sobre a qualidade dos serviços prestados em relação às suas necessidades; essa poderá ser uma alternativa para a melhoria dos serviços prestados pela empresa. Para tanto, é necessário construir indicadores e metodologia de avaliação de maneira a criar uma relação mais comprometida dos técnicos para com os interesses e as lógicas dos agricultores familiares.

A introdução de outro sistema de avaliação mais equilibrado entre os aspectos qualitativos e quantitativos poderá exigir da EMATER-PB uma mudança de atitudes e

comportamentos dos técnicos e gestores. Por um lado, a montagem de um sistema de avaliação qualitativa é uma tarefa complexa e, na maioria dos casos, ela irá gerar conflitos e provocar muita resistência dos funcionários que já estavam adaptados aos procedimentos antigos e não querem mudar. Por outro lado, os resultados dessa outra sistemática de avaliação poderão promover a melhoria da qualidade do trabalho de assistência e uma relação mais democrática entre os técnicos e os agricultores.

A existência de predisposição à mudança por parte de alguns técnicos

Foi identificado na pesquisa um conflito interno entre a maioria dos técnicos tradicionais da EMATER-PB e um pequeno número de profissionais que estão percebendo a necessidade de mudar a visão da empresa sobre o modelo de desenvolvimento a ser promovido, especialmente em relação aos aspectos das metodologias participativas e da agroecologia. Esse pequeno grupo de técnicos participa de maneira mais efetiva do Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural — Sinter-PB — e está buscando mudar os seus discursos e as suas práticas, procurando atender à realidade dos agricultores familiares da Paraíba. Portanto, existe uma certa predisposição a mudanças da parte de alguns técnicos da EMATER-PB e, ela vem crescendo na medida do enfraquecimento do modelo produtivista da revolução verde e do aumento da pressão dos movimentos de ação coletiva, que vem cobrando do poder público melhorias nas políticas voltadas à agricultura familiar.

A participação na Política Nacional de ATER do MDA

Com a extinção, em 1990, da EMBRATER, que exercia a função de coordenadora das políticas nacionais de ATER, os serviços estaduais perderam o apoio financeiro e a estrutura que elaborava as diretrizes estratégicas. Atualmente, com a implementação de uma política nacional de ATER e a organização de um departamento dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA responsável pela coordenação desses serviços, abrir-se-ão oportunidades para as empresas estaduais serem fortalecidas e orientadas nas suas respectivas mudanças.

A realização de parcerias com as atuais políticas públicas federais, como o PRONAF e o FOME ZERO, poderá induzir algumas modificações, visto que esse conjunto de políticas públicas dirigidas à agricultura familiar exigirá mudanças dos órgãos oficiais como a EMATER-PB em relação a sua tradicional prática de ação assistencialista e clientelista.

Para o fortalecimento da EMATER-PB poderá ser importante a contratação de um serviço especializado visando uma reestruturação da empresa, porque o corpo gerencial da instituição tem uma formação restrita à área de ciências agrárias e, por não ter especialistas em gestão, terá de ser orientado na elaboração de um plano e de estratégias necessárias para reduzir as pressões internas da corporação dos técnicos.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, em fase de elaboração pelo Governo brasileiro, abre oportunidade para a reestruturação da EMATER-PB, embora possa também exigir alterações mais profundas para além dos organogramas. Além disso, a referida política poderá induzir a adoção de novos princípios metodológicos e estratégias de trabalho que favoreçam a participação e o controle social dos serviços de ATER. A decisão de implementar e adotar ou não essa referida política caberá ao Estado da Paraíba, e a decisão de participar ou não caberá aos agricultores familiares e a suas organizações.

Atualmente existe uma maior pluralidade de serviços de assistência técnica que atuam na Paraíba (EMATER-PB, ONG's, Cooperativas de trabalho e prestação de serviços, empresas privadas, dentre outros), porém poderão ser necessários novos arranjos institucionais para a coordenação das ações pelo MDA visando uma melhor articulação e interação. O aspecto mais importante nesses arranjos é o fortalecimento dos mecanismos de participação dos agricultores e de suas organizações na construção desse outro modelo de desenvolvimento e de outra assessoria técnica e social.

O futuro da extensão rural pública da Paraíba dependerá das políticas públicas do Estado, da competência dos gestores em resolver as dificuldades, da capacidade e

organização dos técnicos para romper com o autoritarismo e com a cultura de submissão, da construção das alianças com os agricultores familiares e, principalmente da capacidade de mobilização e pressão dos movimentos sociais dos agricultores para a melhoria desse serviço.

Para o Incra, o desafio colocado era de dar assistência aos 1.600 projetos de assentamentos, onde viviam mais de 320.000 famílias identificadas no seu Censo Agrário em fevereiro de 1997, número que, segundo as previsões do órgão, ia atingir, até o final de 1998, cerca de 500.000 famílias. Tratava-se de *“melhorar a eficácia e integração das políticas dirigidas aos assentamentos”* (INCRA-b, 1997, p. 164), ou seja de cuidar dos diversos campos complementares e interdependentes: o acesso à terra, a infra-estrutura, o crédito e a assistência técnica.

Ao mesmo tempo aumentava a pressão dos movimentos sociais ligados aos agricultores assentados, que solicitavam melhorias de infra-estrutura, de crédito e de assistência técnica. Essas reivindicações tinham sido elaboradas durante o Grito da Terra organizado pela CONTAG, na Marcha para Brasília organizada pelo MST e também através de diversos encontros regionais e nacionais realizados pelos movimentos sociais durante os anos de 1996 e 1997.

O Ministério Extraordinário de Política Fundiária já tinha criado em 1986 o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, crédito subsidiado dirigido somente aos agricultores familiares assentados. De acordo com o INCRA, foi a implantação do PROCERA que colocou em evidência as deficiências dos serviços de assistência técnica e extensão rural. Já aparece aqui a contradição entre a visão do Incra que pretendia criar um produtor empreendedor e integrado ao mercado, e a visão dos movimentos sociais que se mostravam preocupados, antes de tudo, com a qualidade de vida dos produtores, cujo primeiro passo era assegurar condições melhores para a agricultura de subsistência.

Os documentos oficiais destacam que o Projeto LUMIAR foi implementado em caráter emergencial, visando cobrir a deficiência da extensão rural oficial junto às famílias dos agricultores assentados. Isto já deixava prever que, passada a “emergência”, o Projeto poderia ser desativado. O que caracterizava essa emergência? Observa-se que o INCRA não conseguiu explicar isso no texto da proposta do Projeto, mas existia aí uma contradição porque as informações disponíveis já mostravam que a assistência técnica oficial não teria

condições de atender com qualidade e num curto prazo essa demanda dos agricultores assentados.

Vale acrescentar que o Incra se inspirou de uma primeira experiência testada no Ceará, em Pernambuco e na Bahia. Tratava-se do Projeto CONTACAP¹⁴ — Conta Cooperativa de Capacitação — desenvolvido no período de 1994-1995, baseado no princípio da autonomia de decisão dos assentados para promover a sua organização e os seus próprios projetos de desenvolvimento. Esse projeto chegou a ter 24 equipes que atendiam, aproximadamente, 7.200 famílias.

Assim, o INCRA afirmou que a base operacional do Projeto LUMIAR repousava sobre os mecanismos utilizados na experiência do CONTACAP: *“Na sua concepção básica, o LUMIAR procura expandir por todo o País, com os devidos ajustes (?), a experiência do Programa CONTACAP de assistência técnica, iniciado no Nordeste”*(INCRA-a, 1997, p.2)¹⁵

Após a descrição das diferenças na origem, apresentar-se-á na seqüência a análise das diferenças de concepção e dos princípios preconizados pelo Projeto Lumiar.

4.3 As diferenças da concepção e dos princípios do Projeto

O LUMIAR foi concebido de forma que os serviços de assistência técnica dos assentamentos pudessem ser contratados pelas associações dos próprios assentados, junto a organizações públicas ou privadas, com técnicos devidamente credenciados. A idéia do Projeto era que os próprios agricultores assentados contratassem a assistência técnica, que somente seria paga pelo INCRA, na medida em que os assentados aprovassem, com assinatura mensal dos seus representantes, a qualidade e quantidade dos serviços prestados.

¹⁴ Convênio firmado entre o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, o INCRA e o Banco do Nordeste. Para maiores informações consultar: BRASIL. Ministério da Agricultura - MAA – Relatório de avaliação do Programa CONTACAP. Recife, ASSOCENE, Fevereiro de 1997. 67p.

¹⁵ Grifo e interrogação do autor.

A partir desse princípio, ficava claro que a assistência técnica não estaria visando a imposição de pacotes servindo interesses alheios, mas se daria obedecendo à lógica dos produtores e às suas estratégias; esse princípio essencial era manifesto no fato que o contrato de trabalho seria firmado pela organização dos assentados.

Segundo as diretrizes do Projeto LUMIAR, o objetivo geral era « *viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional* ». (INCRA-a, 1997: p.3). Para atingir esse objetivo, o LUMIAR deveria buscar:

« desenvolver estratégias de ação visando assessorar tecnicamente a gestão da organização, da produção e da comercialização nos assentamentos de Reforma Agrária, tendo em vista a implementação de um processo de aprendizagem coletiva das comunidades assentadas, na busca do desenvolvimento sustentado e da melhoria da qualidade de vida » (INCRA-a, 1997: p.4).

Assim, o INCRA esclarece que o seu desejo era integrar o sistema de crédito dos assentamentos a um modelo de assistência técnica voltado para melhorar a produção. Embora, a concepção do LUMIAR tenha sido diferente, internamente grande parcela dos técnicos da instituição continuou percebendo a assistência técnica como uma forma de racionalizar o uso dos créditos e integrar os assentamentos nos mercados através do uso de melhores técnicas produtivas.

Isso manifestou um aspecto conflituoso da concepção, pois o Incra tinha em vista “*a introdução de novas culturas e de novas técnicas de produção, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, que têm como atividade básica a agricultura de subsistência*” (INCRA-b, 1997 p.164). Por isso, as ações propostas e desenvolvidas pelo Lumiar deveriam procurar também novas alternativas de produção compatíveis com a melhoria da

produtividade e da qualidade da produção e da vida nos assentamentos; com foco na gestão da produção e da comercialização dos produtos.

Entretanto, durante o desenvolvimento das atividades realizadas pelos técnicos do Lumiar junto aos assentados, essa busca de inserção nos mercados não se mostrou como prioridade, mas sim o apoio para a produção e demais atividades de subsistência que eles já estavam desenvolvendo. Assim, apesar disso ser um conflito na proposta do Projeto, pôde de certa maneira ser minimizado pela adoção dos mecanismos de planejamento participativo que determinavam as prioridades nas ações desenvolvidas pelos técnicos; estes, nesse caso, acabavam integrando-se aos desejos e planos dos agricultores.

A assistência técnica preconizada no LUMIAR procurou fugir das formas tradicionais de extensão rural que se concentravam fundamentalmente nos aspectos técnicos-produtivos da agropecuária, pois o Projeto buscava:

« uma visão mais ampla e integrada de assistência, compreendendo a complexidade dos assentamentos e atuando no sentido de: incentivar, apoiar e respeitar a autonomia dos processos de organização dos assentados; facilitar os processos de diagnósticos e análise das decisões coletivas; sensibilizar e capacitar os assentados para novas técnicas gerenciais e de produção; estabelecer sistemáticas de avaliação da organização da produção e da produtividade; facilitar o processo de obtenção de informações e de comunicação para apoiar os processos decisórios dos assentados » (INCRA-a, 1997: p.37)¹⁶.

O primeiro passo do trabalho dos técnicos seria de realizar diagnósticos participativos: mais uma vez era frisada a importância da participação dos produtores. O programa de trabalho seria elaborado em decorrência desse diagnóstico. Esta orientação supunha a adaptação local, exatamente o contrário dos princípios implicitamente

¹⁶ Destaques do autor.

desenvolvidos pela Emater, a serviço de modelos criados externamente e implantados de forma autoritária. Os indicadores de desempenho e as metas serviriam ao monitoramento desses programas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao incentivo dado, durante o planejamento, aos processos de decisões coletivas, buscando valorizar a organização e a capacidade dos agricultores de tomarem decisões em conjunto, de maneira a facilitar o enfrentamento das dificuldades que na maioria das situações se mostravam muito próximas ou semelhantes.

O processo era envolvente e tinha por objetivo o aperfeiçoamento gradual da organização e da produção, comportando programas de treinamento e capacitação como mecanismo visando promover a aprendizagem coletiva, tanto dos agricultores assentados quanto dos técnicos do Projeto.

Os técnicos do Lumiar apoiaram as comunidades nas relações com agentes externos, governamentais ou privados. Esse trabalho de assessoria foi desenvolvido de modo a buscar as informações sobre as políticas e projetos oferecidos por esses diversos agentes externos e, rapidamente, tais informações eram disponibilizadas de maneira a subsidiar o debate e a compreensão pelos agricultores. Dessa forma, fortaleceram-se as organizações dos agricultores preparando-os para o enfrentamento das situações problemáticas.

As diretrizes do LUMIAR estabeleciam **princípios para o trabalho dos técnicos** com a adoção das seguintes posturas profissionais:

“que o técnico procurasse estabelecer uma relação de confiança com os assentados e suas organizações, resultado de uma postura pessoal de franqueza, dedicação, engajamento e compromisso com o trabalho; que o técnico fosse um facilitador através dos instrumentos pedagógicos de aprendizagem, que viabilizassem a apropriação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da organização e da

capacidade produtiva dos assentados a fim de evitar criar dependência em relação a sua pessoa; o técnico deveria também investir na auto-gestão e na capacitação dos assentados, como meta final da assistência técnica, estimulando, apoiando e respeitando a cultura, os desejos, os processos de análise e, sobretudo, as decisões dos assentados e de suas organizações” (INCRA-a, 1997: p.38).

Ademais, o Projeto estabelecia outras orientações básicas:

“a integração com os núcleos mais avançados das instituições universitárias e de pesquisa; a implantação de uma sistemática transparente de informações que permitisse aos assentados tomar decisões; a garantia das prerrogativas governamentais na gestão do Projeto; a articulação com outros projetos e instituições governamentais e não governamentais, visando a descentralização das ações, a sinergia dos esforços e o estímulo à recuperação das instituições de extensão rural no País, de maneira a reduzir gradualmente a necessidade da ação do INCRA em funções típicas de política agrícola, como a assistência técnica”(INCRA-a, 1997: p.6-7)

4.4 As diferenças na organização do Projeto

Começando pela base: para cada assentamento a ser atendido pelo Projeto, tinha uma **Equipe Local** composta de 4 a 8 técnicos, responsável pela execução do trabalho de assistência técnica e social junto às famílias dos agricultores. Essa equipe era de formação interdisciplinar, constituindo-se de técnicos da área de ciências agrárias e outros da área de ciências humanas, tais como: economia, pedagogia, história, sociologia, serviço social, dentre outras. Essa montagem teve por objetivo buscar uma maior interação e equilíbrio entre as ações dos técnicos que, por trabalharem com questões complexas, exigiam olhares diferenciados.

Outro aspecto interessante embutido na organização do Lumiar foi dele ter exigido que os técnicos viessem a morar, preferencialmente, nas proximidades dos assentamentos. Essa exigência do local de residência teve reflexos positivos importantes no trabalho desenvolvido pelo Lumiar, pois os técnicos ficaram mais próximos das comunidades facilitando um melhor e mais freqüente acesso aos assentamentos. Por conseqüência, aumentaram-se os laços de proximidade entre eles e a comunidade. Ademais, eles puderam conhecer de perto os problemas que os agricultores viviam, e compreende-los melhor.

Essa questão da moradia sempre foi uma dificuldade para os funcionários do Incra, porque, na maioria dos casos, eles moram nas maiores cidades e ficam muito tempo envolvidos com as questões burocráticas do órgão; isto contribui para que eles não tenham condições de acompanhar a dinâmica dos assentamentos.

A proposta do Projeto LUMIAR previa também a **Equipe de Especialistas**, que participariam temporariamente, reforçando as Equipes Locais em algumas áreas consideradas importantes para o trabalho junto aos assentamentos. Dessa maneira, quando alguma equipe local tivesse grandes dificuldades, ela poderia solicitar apoio de outros profissionais dentro de alguma área específica, tais como: mercado, solos, irrigação, patologia, etc.. Nesses casos, havia a possibilidade de contratação temporária em forma de consultoria para solucionar esses problemas. Para tanto, o INCRA estabeleceu o percentual de 5% para a contratação de especialistas segundo a demanda de cada Estado.

O trabalho era acompanhado, apoiado e avaliado por **Equipes de Supervisão**: instrumentos de gerenciamento da qualidade do trabalho.

O Lumiar tinha dois tipos de supervisores:

- Os Supervisores Externos, indicados pelas universidades e pelas organizações dos trabalhadores rurais; eram, geralmente, professores universitários ou assessores técnicos dos movimentos sociais ou das organizações não-governamentais. Na maioria dos casos, possuíam experiência no trabalho com

agricultores familiares. Seu papel junto às equipes locais era importante, pois estas, por serem compostas em maioria de jovens, exigiam um apoio freqüente e de qualidade. Cada supervisor externo era responsável por 2 Equipes Locais;

- Os Supervisores Internos eram funcionários indicados pelo INCRA, que já tinham as suas atividades rotineiras de trabalho; cada um era responsável por 4 equipes.

Serão mostrados, no item seguinte — das dificuldades —, os problemas levantados pela junção desses dois tipos tão diferentes de supervisores que, em princípio, tinham que trabalhar juntos.

A missão das equipes de supervisão — interna e externa — era de

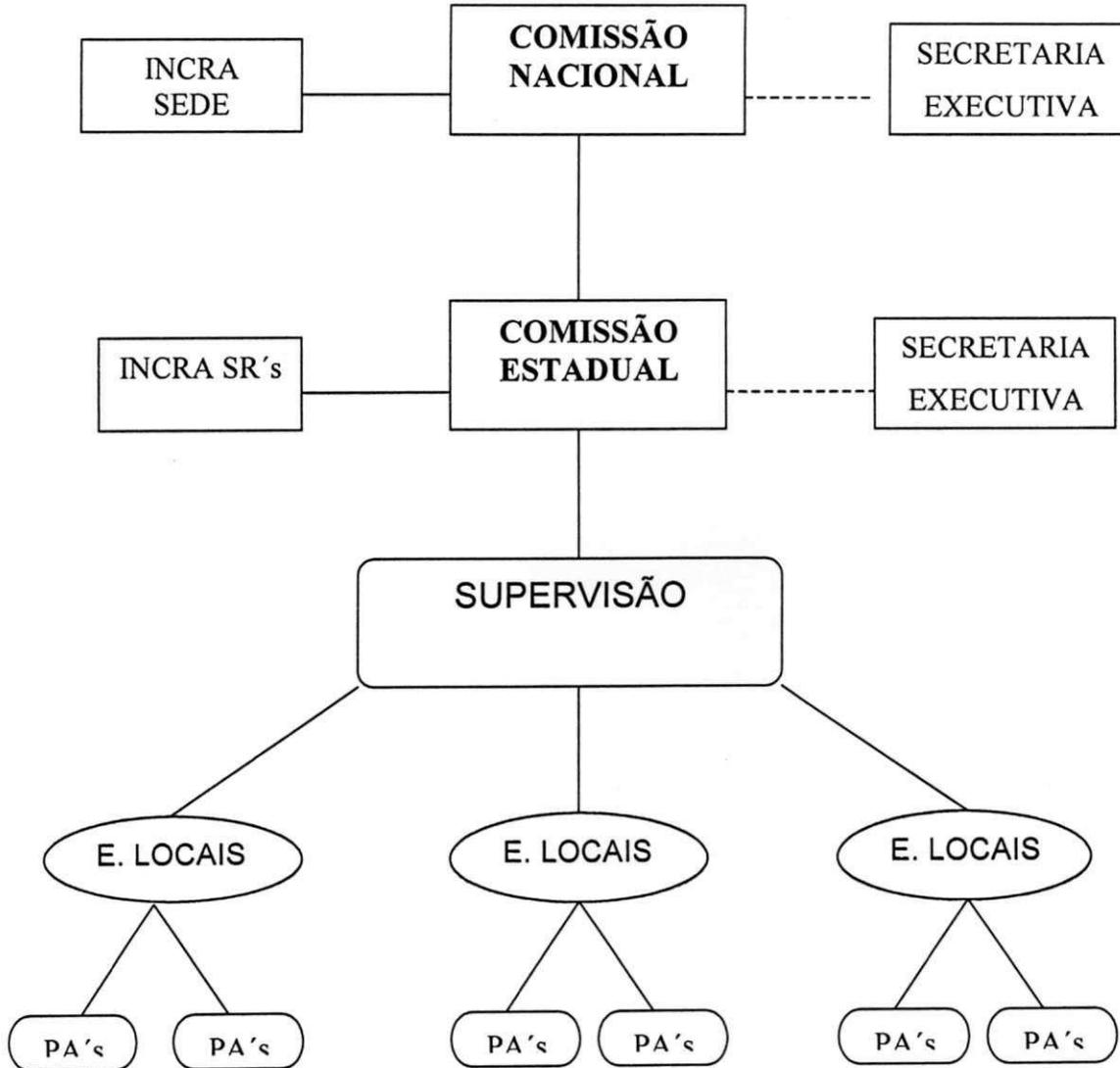
“acompanhar, apoiar e avaliar o processo de elaboração e execução dos planos de desenvolvimento e de trabalho das Equipes Locais; participar da construção dos indicadores de desempenho, selecionar candidatos e oferecer parecer técnico à Comissão Estadual, visando ao credenciamento de profissionais para as Equipes Locais e especialistas; supervisionar o desempenho (oferecendo) parecer técnico à Comissão Estadual, (para a) avaliação das Equipes Locais e dos especialistas; promover programas de treinamento e formação para as Equipes Locais, visando ao aperfeiçoamento da assistência técnica e da capacitação dos assentados” (INCRA-a, 1997: p.10)¹⁷.

Foram também organizadas as **Comissões Estaduais do PROCERA-LUMIAR**: em cada Superintendência Estadual, sob a responsabilidade da Divisão de Assentamento do INCRA (Estadual), uma **Secretaria Executiva** estava encarregada da gestão do LUMIAR. Nesse caso, como já existiam as Comissões Estaduais criadas para atender o PROCERA, decidiu-se apenas por sua reorganização ampliando as suas competências para atender às necessidades do Lumiar.

¹⁷ Destaques, correções gramaticais e ortográficas realizadas pelo autor.

Finalmente, na cabeça dessa hierarquia, uma **Comissão Nacional do PROCERA-LUMIAR** ficando sob a responsabilidade da Diretoria de Assentamentos do INCRA Nacional assegurava a gestão do Programa de acordo com as deliberações da referida comissão. Tratava-se, portanto, de uma organização fortemente hierarquizada, em que as bases — equipes locais e agricultores — tinham, assegurado pelos princípios do Projeto, um largo espaço de autonomia. Logicamente, era de se esperar dificuldades e diversos tipos de conflitos para o funcionamento conforme estava preconizado nas diretrizes. Veja-se a figura abaixo que mostra um resumo dessa estrutura.

Resumo da estrutura de organização do PROJETO LUMIAR



4.5 - As diferenças da participação dos agricultores no Projeto

As organizações locais que atuavam como entidades contratantes dos serviços de assistência eram as associações ou cooperativas dos agricultores assentados; o grau de envolvimento das entidades contratantes com o LUMIAR era variável, e em geral, refletia o próprio nível de organização dos assentados. Havia casos em que o envolvimento se limitava aos procedimentos formais e burocráticos das assinaturas das faturas, o que levava a uma menor participação dos agricultores no acompanhamento do Projeto.

Algumas organizações tiveram dificuldades de acompanhar e participar da gestão do Projeto em todos os níveis, conforme era preconizado pelas diretrizes. Isso ocorreu, sobretudo, pela deficiência de articulação das diferentes instâncias do Projeto, havendo, conseqüentemente, um comprometimento no fluxo de informações, o que desequilibrava as relações de poder entre os diferentes atores envolvidos.

A tendência geral foi o fortalecimento das organizações dos assentados em decorrência do trabalho de assessoria prestada pelos técnicos do LUMIAR, os quais apoiaram de forma efetiva a realização das atividades das associações e cooperativas. O trabalho descentralizado dos técnicos propiciou o apoio às reuniões dos agricultores, contribuindo para a formação de grupos de discussões que estimulavam o diálogo no interior das comunidades atendidas.

4.6 As diferenças das metodologias do Projeto

Os métodos de trabalho do LUMIAR buscavam estabelecer uma dinâmica que pudesse levar à elaboração coletiva de diagnósticos, planos e programas de ação, visando ao desenvolvimento dos assentamentos e das organizações de agricultores.

De acordo com MOREIRA (1997: p.170), as metodologias utilizadas foram:

“A metodologia de Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários desenvolvida pela FAO; a metodologia de Capacitação Imersa do Sistema de Desenvolvimento Empresarial chamada de Investimento, Tecnologia, Organização e Gestão – ITOG – implementada pelo PNUD; a metodologia da Organização do Negócio Agrícola da CONCRAB desenvolvida pelo MST; a metodologia da UNIJUÍ, utilizada pela respectiva Universidade e a metodologia empregada pela ASSOCENE – Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste”.

Além dessas metodologias, outras técnicas combinadas de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, Diagrama de Venn, Construção Coletiva de Mapas e Croquis¹⁸, Árvore de Problemas e Soluções, Calendários, dentre outras, foram também muito utilizadas dentro do trabalho das Equipes Locais do LUMIAR.

Embora tenham sido utilizadas diversas metodologias no LUMIAR, isso não comprometeu a qualidade do Projeto; pelo contrário, as diferentes realidades e experiências foram consideradas na formulação metodológica, não criando uma “camisa de força”, como algo padronizado a ser aplicado em todo o País. Todavia, alguns princípios metodológicos foram definidos e utilizados nacionalmente com o caráter participativo, mobilizador e capacitador das metodologias, o que favoreceu a abordagem do meio rural como um processo dinâmico e em constante transformação.

A estratégia metodológica do Projeto LUMIAR foi de implantar um sistema construtivista, buscando a formação de um senso crítico, onde o papel do técnico era o de apoiar os agricultores assentados de forma que os mesmos desenvolvessem sua capacidade de autonomia.

¹⁸ Uma técnica aplicada por algumas equipes do Lumiar foi a elaboração de um desenho de toposseqüências (*Transcets*), onde se ilustravam as características agroecológicas e de ocupação do solo da propriedade segundo a posição da paisagem. Esses diagramas são obtidos através de caminhadas, com o agricultor, partindo-se de um ponto mais alto (espigão) até o ponto mais baixo (Rio ou córrego) da área de estudo. Através dessas toposseqüências, é possível investigar também o uso do solo em função do tempo.

A importância atribuída pelo Projeto a essa questão tinha por princípio que as opções metodológicas em programas de assistência técnica são formadoras e condicionam as possibilidades futuras dos agricultores assentados.

Foi acreditando nessa premissa que as estratégias metodológicas do LUMIAR procuraram romper com as formas tradicionais de assistência técnica baseadas no difusionismo e que supervalorizam o conhecimento especializado, no qual o técnico pensa que possui um saber superior, fato que, freqüentemente, o conduz a uma prática de ação autoritária junto ao agricultor.

Por outro lado, observou-se que no interior do próprio LUMIAR criou-se, entre diversas organizações envolvidas no Projeto, um campo de disputa pelos espaços de formulação e aplicação das metodologias dirigidas a atender à demanda do Projeto. As próprias instituições internacionais, especialmente a FAO, o PNUD e o IICA, que auxiliavam os gestores do LUMIAR no credenciamento das metodologias, também defendiam os seus métodos e seus interesses. Todo o programa de capacitação inicial das Equipes Locais e de Supervisão foi executado sob o monopólio desses três organismos internacionais.

4.7 - As diferenças no diagnóstico e no planejamento do Projeto

Os diagnósticos dos assentamentos eram realizados de maneira participativa nas diversas fases: nos levantamentos das informações, nas análises, nas conclusões e, sobretudo, nas decisões sobre as ações de desenvolvimento a serem promovidas.

O trabalho inicial dos técnicos do LUMIAR era produzir um diagnóstico participativo da realidade dos assentamentos onde o programa iria desenvolver as suas atividades. Para tanto, os técnicos recebiam os treinamentos iniciais conforme as metodologias credenciadas junto ao Projeto em âmbito Nacional. Esse era um processo de capacitação realizado de acordo com a realidade dos assentamentos onde as equipes iriam

trabalhar. Além disso, ele funcionava também como um processo de seleção de técnicos para trabalhar conforme os princípios do Programa.

Os técnicos, ao começar o trabalho dentro dos assentamentos atendidos pelo LUMIAR, realizavam várias visitas e entrevistas junto aos agricultores assentados procurando conhecer sua realidade: produção, organização, educação, saúde, etc. Procuravam envolver os agricultores e perceber suas representações, utilizando-se de diversas técnicas — dinâmicas de grupo, construção coletiva de mapas e croquis, diagnósticos participativos, entre outras — buscando favorecer a participação dos agricultores.

A última etapa do diagnóstico era a realização de uma restituição para todos os agricultores da comunidade; para facilitar sua participação, os mesmos eram geralmente divididos em grupos temáticos conforme seu interesse: educação, saúde, criações, cultivos, organização, comercialização, infra-estrutura, crédito, entre outros. A seguir, os próprios membros da comunidade apresentavam, com a ajuda dos técnicos, os resultados dos diagnósticos e as ações propostas para solucionar os problemas encontrados e os demais membros completavam as informações. Por fim, apresentava-se um quadro resumo que constituía o planejamento, contemplando os problemas, as ações, os prazos, as instituições e os atores responsáveis para a execução (O que fazer? Quando fazer? Como fazer? A quem cabe fazer?).

Assim, os agricultores assistidos pelo Projeto participavam e acompanhavam o desenvolvimento das ações da assistência técnica de acordo com os seus projetos de desenvolvimento e seus interesses.

A elaboração dos planos de créditos e seu acompanhamento eram realizados pelos técnicos do Lumiar de modo a ajudar na implantação dos projetos de acordo com os interesses dos assentados. Inicialmente, havia reuniões gerais preliminares onde se discutia o crédito, as suas regras e objetivos. Posteriormente, trabalhava-se com grupos de interesse

para definir os projetos e, finalmente, os respectivos projetos eram elaborados dentro de um contexto mais próximo da realidade e da possibilidade de cada grupo de agricultores.

4.8 As diferenças na avaliação do Projeto

A avaliação do LUMIAR era realizada através da elaboração de relatórios mensais elaborados pelas Equipes Locais. Esse relatórios eram enviados para a Secretaria Executiva e para as Equipes de Supervisão. Os relatórios das Equipes de Supervisão Externa eram elaborados trimestralmente e enviados para a FINATEC/UnB¹⁹ que mantinha em âmbito Nacional o controle dos relatórios, dos contratos e do pagamento das bolsas aos Supervisores Externos.

O LUMIAR tinha também outro mecanismo de avaliação e controle das atividades realizadas pelos técnicos, realizado pelas associações dos agricultores assentados; estes assinavam, mensalmente, a fatura atestando que os serviços tinham sido realizados conforme seus interesses e de acordo com a programação definida pelo diagnóstico e pelo planejamento.

O objetivo da avaliação era promover a capacitação, a organização e a auto-gestão dentro dos assentamentos da Reforma Agrária. O resultado da avaliação visava construir um processo de aprendizagem coletiva, onde os atores envolvidos no Projeto viessem a crescer juntos durante a execução das atividades do Programa. Apesar das dificuldades em algumas Regiões e Estados, o processo de avaliação prosseguia numa escala ascendente no sentido de atingir esse objetivo.

4.9 - A diferença no papel do técnico do Projeto

¹⁹ FINATEC é uma das fundações de apoio científico e tecnológico existentes dentro da Universidade de Brasília.

Eram os próprios agricultores assentados que elaboravam o diagnóstico, enquanto os técnicos atuavam na sistematização do processo como facilitadores do levantamento das informações, subsidiando a reflexão e análise junto aos agricultores que decidiam sobre o plano das atividades a serem desenvolvidas pelos técnicos.

4.10 - As dificuldades enfrentadas pelo Projeto LUMIAR

Para que o Lumiar fosse implementado como uma experiência sustentável, precisava resolver uma série de dificuldades, pois havia fatores condicionantes que nem sempre foram enfrentados de maneira eficiente pelos atores envolvidos.

Para analisar essas dificuldades, é necessário abordar algumas questões problemáticas dentro do Programa CONTACAP, do qual o LUMIAR foi inspirado. Porque alguns problemas, já identificados pelo Incra através dos relatórios dessa experiência anterior não foram resolvidos previamente, antes da implantação do Lumiar?

Conforme o Relatório de Avaliação *ex ante* do Projeto LUMIAR elaborado por OLIVEIRA (1997), havia questões apontadas como problemáticas na experiência piloto do CONTACAP e que o INCRA não considerou relevantes. O documento chama a atenção dos gestores para que promovam as mudanças na proposta do Lumiar, porque as dificuldades do CONTACAP poderiam ser transferidas ao LUMIAR; entre elas, podemos citar:

“o caráter do voluntarismo e do missionarismo do CONTACAP[...] os problemas de transporte das equipes técnicas; [...] a falta de perspectivas dos técnicos quanto a continuidade da assistência; [...] os aspectos internos da falta de estrutura e preparação do INCRA para implantar a proposta, particularmente em relação a baixa integração do Projeto no INCRA e a resistência dos técnicos quanto ao Programa” (OLIVEIRA, 1997, pp.26-27)

O resultado final foi que todos os problemas apontados por OLIVEIRA foram transferidos para o LUMIAR pois, na prática, o Incra desconsiderou o conteúdo do relatório. A implementação do LUMIAR com os mesmos problemas manifesta a falta de interesse dos gestores do INCRA e da representação dos funcionários — que já se tinham mostrado contra o CONTACAP - na proposta de implantação do Lumiar. Já sabiam que da forma como o Incra tinha decidido implantá-lo, ele não iria ser sustentável, pois em pouco tempo as questões problemáticas apareceriam. Isto realmente aconteceu, e esses problemas transformaram-se em fatores limitantes para o futuro do Lumiar.

Mas por outro lado, a decisão de implantar o Lumiar sem discussões nem correções também se explica pela grande pressão dos movimentos sociais. Os gestores não quiseram esperar que os múltiplos interesses e concepções envolvidos chegassem aos consensos mínimos na adequação da proposta do LUMIAR, e resolveram implantá-lo, mesmo sem uma preparação interna do órgão. É possível que os gestores do Lumiar nunca desejaram realizar os ajustes necessários ao Projeto, em especial quanto aos aspectos das avaliações que, caso tivessem sido promovidos, poderiam ter adequado o Programa.

No entanto, ao abrir a participação das organizações dos trabalhadores rurais em sua gestão, o Projeto LUMIAR inaugurou um novo tempo para as ações de política pública nesta área. Mas foi justamente em relação a esse aspecto participativo do Projeto que ocorreram as principais dificuldades de ajustes de sua concepção inicial à realidade. Assim, foi diagnosticado pelo Relatório de Avaliação Exploratória que,

“em cada Estado da Federação, ou ambiente sócio-político e institucional específico, essas dificuldades se apresentaram de diferentes formas: ora se alcançava a construção de uma parceria entre o Estado e movimentos sociais com conquistas bastante significativas, ora a disputa de poder entre as partes impedia o avanço do Projeto” (MARINHO, et al., 1998: p.15).

Para a melhoria do processo de participação, seria necessária a implementação de uma sistemática mais eficiente e transparente de troca das informações, o que não foi aplicada pelo LUMIAR, embora fosse previsto nas diretrizes do Projeto, que previam que a análise devia ser crítica, compartilhada e transparente, em todos os níveis, inclusive no desempenho das equipes técnicas, buscando ser um processo dialético de desenvolvimento dos assentados e da própria assistência técnica.

O INCRA reconhece que o seu desejo era integrar o sistema de crédito dos assentamentos a um modelo de assistência técnica voltado para melhorar a produção. Embora, a concepção do LUMIAR tenha sido diferente, internamente grande parcela dos técnicos da instituição continuou percebendo a assistência técnica como uma forma de racionalizar o uso dos créditos e integrar os assentamentos nos mercados através do uso de melhores técnicas produtivas.

Um outro ponto problemático foi que os Supervisores Internos eram os próprios funcionários do INCRA. Portanto, quando foram designados para desenvolver a função de supervisão, acabaram acumulando essas novas tarefas sem nenhum ganho adicional de salário. Ademais, o Projeto tinha princípios que não condiziam com suas rotinas de trabalho, especialmente em relação ao aspecto da participação e da valorização do saber dos agricultores assentados. A formação dos técnicos do INCRA não atendia às necessidades do LUMIAR e os cursos de capacitação não foram suficientes para suprir essas deficiências.

Assim, os conflitos entre os Supervisores Internos (funcionários do INCRA) e os Supervisores Externos ficaram evidentes, em função da falta de adequação do papel dos Internos, que poderia ter sido de promover a integração entre as ações do LUMIAR e as do próprio INCRA. Mas, infelizmente estava definido no manual que os Supervisores Internos tinham as mesmas atribuições dos Externos, embora os Internos não tivessem nem a formação e nem a competência para executá-las. Este era um dos ajustes necessários para adequar o Projeto à realidade.

O mecanismo da avaliação através dos relatórios foi muito problemático e pouco produtivo, pois os gestores do Projeto, principalmente os do INCRA, não apreciavam os documentos e não conseguiam acompanhar as dinâmicas de trabalho das equipes locais. Outro aspecto foi a visão punitiva dada pela supervisão interna quando visitava as equipes locais do LUMIAR, que por julgarem ter um grau maior de integração com os agricultores, em alguns casos, resistiam às recomendações, questionando a postura autoritária do trabalho dos supervisores internos.

Nas diretrizes do Projeto LUMIAR estava prevista também a realização de encontros em âmbito nacional, regional e estadual com o objetivo de avaliar a implementação do Projeto e proporcionar a troca de experiências entre os atores. Entretanto, os gestores do INCRA coordenadores da implementação do Programa não promoveram esses eventos conforme o previsto. Foram realizadas apenas algumas reuniões fechadas envolvendo os Supervisores Internos do INCRA para discutir o LUMIAR, mas com uma visão unilateral apenas dos servidores que não conseguiam acompanhar e avaliar os impactos do Projeto. Alguns eventos foram realizados em alguns Estados e micro-regiões por iniciativa dos próprios atores envolvidos no LUMIAR, mas sem apoio nem articulação nacional.

Havia outra dificuldade que se manifestou na composição das estruturas coordenadoras em âmbito Nacional e Estadual do PROCERA-LUMIAR, pois a participação dos agricultores assentados no Lumiar foi contrabalançada pelo poder do INCRA. Nesse caso, o órgão manteve a sua prerrogativa de governo responsável pela execução do Projeto enquanto política pública, particularmente no que se referia à aplicação dos recursos. Porém, as Comissões Estaduais e Nacional foram, predominantemente, formadas por representantes governamentais; os representantes dos movimentos sociais reivindicavam a paridade entre os representantes do governo e da sociedade civil. Porém, essa reivindicação nunca foi atendida pelo Incra e as composições permaneceram constituídas, majoritariamente, pelos representantes da área governamental, contrariando um dos princípios básicos orientadores do Projeto.

No Lumiar havia também alguns casos de incompreensão das diretrizes do Lumiar por parte de alguns atores importantes, como membros das Comissões Estaduais do PROCERA/LUMIAR, em especial, os representantes dos Bancos. Os representantes dos agentes financeiros federais têm, de modo geral, as mesmas dificuldades de compreender o funcionamento da lógica da agricultura familiar, por isso, procuravam pressionar os técnicos do Lumiar no sentido de melhor esclarecer a viabilidade econômica dos projetos de crédito dentro de um eixo de análise reducionista denominado de “análise de custo e de benefícios”. Portanto, verificou-se um constante conflito entre as lógicas dos técnicos que elaboravam os projetos de acordo com o interesse dos agricultores e as lógicas dos representantes financeiros.

A Comissão Nacional e As Comissões Estaduais do PROCERA/ LUMIAR não deram a devida atenção ao Lumiar, visto que elas já trabalhavam anteriormente apenas com o PROCERA e, na maioria dos casos, assim se mantiveram, ou seja, continuaram discutindo prioritariamente a questão do crédito, deixando os aspectos problemáticos do Projeto em segundo plano. Teria sido importante que os membros dessas referidas comissões buscassem uma maior integração ao Projeto, participando das dinâmicas promovidas, inclusive realizando juntos com demais atores os cursos de capacitação para melhor conhecer a sua dinâmica.

Mesmo possuindo uma metodologia que valorizava a participação do agricultor no trabalho de assistência, existiam alguns casos em que os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos — PDA's — eram elaborados pelas Equipes Locais do Lumiar de maneira rápida e superficial. Assim, os agricultores não se envolviam e não compreendiam que as atividades dos técnicos estavam vinculadas às ações definidas dentro dos PDA's. Teria sido necessária uma atuação consistente da Supervisão no sentido de retomar as diretrizes do Projeto e promover uma melhor capacitação dos técnicos em relação às questões metodológicas e da participação. Esses casos eram mais frequentes nos locais onde as prestadoras cadastradas eram as empresas oficiais de assistência técnica e extensão rural como as EMATER's.

Em relação à capacitação no Lumiar, houve dificuldades na terceira fase do Plano de Capacitação, que mesmo sendo prevista nas diretrizes do Projeto como um mecanismo de capacitação continuada, não foi viabilizada pelos gestores do Incra, pois era de responsabilidade de cada Estado da Federação elaborar as propostas de capacitação interna buscando complementar a formação inicial, conforme a demanda e as diferentes necessidades das Equipes Locais. Entretanto, mesmo aqueles Estados que elaboraram os programas de capacitação, tiveram problemas junto à Coordenação Nacional para viabilizar o repasse e a descentralização dos recursos via as Superintendências Estaduais do INCRA para cobrir os custos da capacitação, o que comprometia a sua qualidade.

Em algumas regiões e equipes locais, o apoio logístico dado pelas prestadoras foi restrito o que levou a um certo grau de “missionarismo” e voluntarismo característico das primeiras experiências da extensão rural no Brasil. Isto significava a manutenção precária das condições de trabalho ofertadas pelas prestadoras aos técnicos do Lumiar. Em alguns casos, os técnicos estavam retirando do seu próprio salário recursos para viabilizar a compra de materiais de escritório e combustível. O trabalho de OLIVEIRA (1997, p.44), mostra que, comparando as planilhas de custo da experiência do CONTACAP com as previstas pelo Incra para o Lumiar, havia um déficit de 43,7%. Na avaliação exploratória realizada junto ao Lumiar, essa insuficiência dos recursos apareceu em todas as prestadoras entrevistadas, inclusive, as empresas oficiais de extensão, mas até a data da extinção do Projeto o Incra não tinha atendido essa solicitação

Em relação ao aspecto organizacional, verificou-se que o modelo proposto e implementado pelo Incra via o Lumiar carregou elementos inovadores importantes na forma de o Estado relacionar-se com a Sociedade, mas, também, revelou que o modelo não foi debatido com os demandantes visando uma implantação mais madura do Projeto. E nesse caso, o Incra decidiu assumir e controlar a gestão do Programa de forma a não permitir uma maior abertura entre as diferentes instâncias envolvidas no Lumiar.

Nas diretrizes do Projeto estava previsto o estímulo à criação de um sistema de Pesquisa e Desenvolvimento voltado para os agricultores assentados. Infelizmente, as

necessidades e as demandas das Equipes Locais e dos agricultores ocuparam a maior parte do tempo, tornando ténues as relações entre o Lumiar e as instituições de pesquisa como a EMBRAPA e as OEPA's — Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária. Assim, teria sido estratégico para o Projeto estabelecimento de um relacionamento mais consistente, inclusive, envolvendo as Universidades Públicas, visto que alguns professores já atuavam no Projeto como Supervisores Externos. Acredita-se que esse foi um aspecto deficiente na experiência do Lumiar e, caso o Projeto fosse ajustado à realidade, essas articulações interinstitucionais poderiam ter significado um fortalecimento dos serviços junto aos agricultores assentados. Outra possibilidade teria sido a oferta de estágio para os estudantes universitários interessados em conhecer a realidade da agricultura familiar e dos serviços de assistência técnica.

A assistência técnica e social prestada pelo LUMIAR era variável em função de algumas outras dificuldades que condicionavam influenciando na qualidade da assistência prestada. Dentre elas destacam-se:

a) A condicionante da diferença das prestadoras de serviços

O LUMIAR abrigava distintas metodologias e forma de trabalho. Ele atraiu o interesse de múltiplas instituições que se dispuseram em apoiá-lo, executando as suas atividades conforme os seus próprios princípios e diretrizes. Porém, em alguns casos houve dificuldades e resistências, como dos técnicos ligados ao MST. Nesses casos, o Projeto teve dificuldades porque as Equipes Locais coordenadas pelo MST não participavam das atividades regulares do Programa, especialmente em relação a capacitação e a avaliação.

O problema foi que o MST promovia a sua própria capacitação, usando somente a sua metodologia que por ter sido desenvolvida ao longo da história do Movimento é considerada, por eles, como a melhor e a mais adequada. Assim, os agricultores atendidos pelas prestadoras ligadas ao MST ficavam sujeitos a receber uma assistência de acordo com ideologia e a disciplina rígida do Movimento. Embora a avaliação mostrasse que os agricultores tinham o interesse em participar do Projeto preservando sua liberdade de

expressão, no caso do MST, os assentados e os técnicos não se integravam nas atividades do LUMIAR por medo da pressão do Movimento.

Quando abriu-se a oportunidade para a inclusão de diversos tipos de prestadoras de serviços que funcionavam como empresas privadas, algumas não conseguiram absorver a filosofia proposta pelo Projeto. Elas tinham dificuldades de acompanhar o trabalho dos técnicos e às vezes criavam dificuldades, pressionando os técnicos para direcionar os trabalhos em direções que não se harmonizavam com a lógica e vontade dos produtores.

No LUMIAR algumas Equipes Locais não tinham uma infra-estrutura completa para desenvolver suas atividades. Além disso, elas não eram homogêneas, pois existiam várias naturezas de prestadoras de serviço credenciadas para trabalhar no programa, tais como: as cooperativas de trabalho e prestação de serviços, empresas privadas, ONG's, empresas públicas (EMATER's).

Do ponto de vista financeiro, certas instituições já possuíam uma melhor infra-estrutura e não precisavam adquirir a estrutura logística de transporte e equipamentos de escritório. Mas outras, como as cooperativas de trabalho e prestação de serviço, criadas pelos próprios técnicos, não possuíam a logística necessária. Assim, essas prestadoras foram obrigadas a destinar os primeiros recursos financeiros recebidos para criar as condições mínimas para o desenvolvimento das atividades do Projeto.

Os relatórios das prestadoras propunham a criação de mecanismos diferenciados para o cálculo dos custos operacionais das prestadoras de serviço em função das diferenças regionais. Por exemplo, algumas prestadoras estavam solicitando que os valores repassados para o pagamento dos custos fossem revisados considerando as condições regionais e a necessidade dos diferentes tipos de prestadoras.

Nas regiões Sul e Sudeste, a qualidade e disponibilidade de infra-estrutura, de energia, de comunicação, de saúde e educação nos assentamentos não foram fatores limitantes para o trabalho das Equipes Locais. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

apresentaram diversas dificuldades, especialmente nos aspectos do transporte, da comunicação, da saúde e da comunicação. Isso gerou nessas regiões deficiências na qualidade da assistência prestada.

c) A integração do Projeto nas Superintendências do INCRA

A implantação do LUMIAR mostrou que, em algumas Superintendências Regionais, não houve uma internalização do Projeto como um programa do INCRA, mas sim como algo externo ao órgão. Portanto, as atividades do Projeto ficavam numa escala secundária de prioridade e os funcionários do órgão não contribuíram para o bom desenvolvimento do Programa, pois havia também alguma sobrecarga de trabalho. Entretanto, em alguns Estados houve uma boa internalização nas Superintendências do Inera que absorveram o Projeto criando as condições de sua integração.

d) A capacidade de organização dos agricultores

Nos assentamentos que possuíam uma boa capacidade de organização, a assistência oferecida pelo Projeto era, geralmente, de melhor qualidade. Nos assentamentos em que os técnicos não obtiveram avanços na organização, o Projeto teve dificuldades, pois a participação e o controle das próprias atividades da assistência dependiam da capacidade de organização dos agricultores assentados.

Verificou-se que, onde os agricultores não participavam de maneira efetiva das atividades do Projeto, existia uma relação mais distante entre as bases e os seus representantes.

f) A formação das alianças entre os atores envolvidos no Projeto

Em alguns Estados onde se estabeleceu uma articulação entre os atores envolvidos no Projeto, o LUMIAR estava conseguindo desenvolver as suas atividades conforme as diretrizes e produziu melhores resultados. Porém, naqueles outros Estados onde não houve

uma compreensão e internalização da proposta do Projeto, as alianças não se formaram. Nesses casos, o LUMIAR funcionava de acordo com os interesses individuais de cada organização envolvida, provocando disputas de poder e desarticulação das suas instâncias, impedindo o avanço do Programa.

g) O desempenho do papel da Equipe de Supervisão

Nos assentamentos onde a Equipe de Supervisão, em especial a Equipe Externa, cumpria o seu papel orientando as Equipes Locais, o LUMIAR estava oferecendo uma assistência técnica e social dentro das diretrizes, obtendo resultados mais perceptíveis. Em outros assentamentos onde a Supervisão não desempenhava o seu papel, os resultados foram mais limitados. Isto evidencia a grande relevância do trabalho da Equipe de Supervisão, principalmente a Externa.

4.11 - Conclusão: o LUMIAR — uma experiência positiva e diferente

Apesar das dificuldades, a proposta era adequada nos seus princípios e instigante, embora sua implementação fosse complexa, pois exigia uma estrutura institucional mais ágil e eficiente totalmente diferente da realidade do tradicional modelo de gestão burocrática predominante no INCRA.

O Projeto LUMIAR surgiu num contexto onde o Governo Federal reconheceu, oficialmente, as deficiências do sistema público convencional de assistência técnica e extensão rural. O Projeto foi concebido como um programa emergencial, buscando suprir estas deficiências. Mas esse caráter emergencial foi problemático, em especial quanto ao futuro profissional dos técnicos envolvidos no programa.

Apesar dos conflitos, a estratégia de funcionamento foi inovadora porque em vez de criar uma estrutura hierárquica única para controlar o trabalho dos técnicos, o Projeto apostou na avaliação feita pelos supervisores, junto à Divisão de Assentamento e à

Comissão Estadual, pelo lado da oferta e, principalmente pelos agricultores assentados, pelo lado da demanda.

A proposta do LUMIAR classifica-se como contemporânea, revelando alguns princípios inovadores, que enfatizavam a participação dos clientes, a descentralização e a terceirização das atividades de assistência técnica com o controle social.

O resultado prático do Projeto foi o envolvimento de múltiplas instituições em sua implementação, tanto do setor público como do privado, além do chamado terceiro setor, tais como: cooperativas de trabalho, prestadores de serviços, organizações não-governamentais – ONG's, sindicatos, movimentos sociais e as organizações dos agricultores. A disposição das organizações de base e dos diversos movimentos sociais em participar e dar continuidade ao programa ampliava as oportunidades para incrementá-lo. Infelizmente, os gestores do INCRA não optaram por esse caminho, promovendo a extinção prematura do LUMIAR no ano de 2000.

O envolvimento dos movimentos sociais interessados em dar continuidade ao Projeto LUMIAR abria grandes oportunidades de incrementá-lo. Porém, em cada ambiente sócio-político específico, essas relações apresentaram-se de diferentes maneiras: ora se alcançou a construção de uma parceria entre o Estado e os movimentos sociais com conquistas significativas, ora a disputa de poder entre as partes impediu o avanço do Programa.

Portanto, não se pode ter uma interpretação ingênua das estratégias participativas no processo de desenvolvimento, pois tal interpretação poderia nos levar ao populismo participativo, que é a simplificação analítica dos processos complexos que decorrem de relações de poder entre os próprios assentados, os agentes de assistência técnica (detentores do conhecimento técnico) e o poder do Estado, representado no caso pelo INCRA. Como foi possível observar, atribuir poder a protagonistas sociais que têm permanecido em último

lugar nos processos de desenvolvimento rural, como no caso dos agricultores assentados, constitui uma tarefa altamente complexa.

Apesar dos problemas de instabilidade institucional do Projeto, havia entre os técnicos do LUMIAR uma elevada motivação e compromisso com o trabalho de viabilização dos assentamentos e da Reforma Agrária. Em uma análise comparativa da ação cotidiana entre o trabalho dos técnicos do INCRA e do LUMIAR, era possível perceber nitidamente uma grande diferença, especialmente na forma de tratamento e no envolvimento dos técnicos do LUMIAR com os problemas levantados pelos agricultores assentados. Já os funcionários do INCRA apresentavam, na sua maioria, dificuldades em reconhecer os valores, as lógicas, os problemas e os interesses dos agricultores familiares.

As opiniões da maioria dos agricultores e técnicos envolvidos como o LUMIAR revelou que, havia unanimidade, por parte dos agricultores quanto à importância e necessidade do Projeto, sobretudo a partir da relação de respeito e confiança que estava sendo construída entre eles e os técnicos. Os assentados tinham uma certa preferência pelo LUMIAR por confiarem mais no apoio dos técnicos e porque sua proposta de assistência era mais ampla, com ações na área da organização, da saúde, da educação, etc. Além disso, o Projeto tinha uma visão mais integrada da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

O LUMIAR estava possibilitando uma maior abertura para discussão de alternativas de produção sustentável e formas de organização dos agricultores e, conforme foi demonstrado, houve alguns elementos inovadores de assistência técnica como processo de formação permanente que considerava a importância da experiência de cada ator no contexto da aprendizagem coletiva.

Assim, se o futuro dos agricultores assentados depender dos rumos da agricultura familiar no Brasil, torna-se cada vez mais necessária a implementação de políticas públicas visando à melhoria das condições de vida dos agricultores familiares assentados. Nesse caso, o governo federal não reconheceu essa necessidade quando decidiu, sob pressão, pela

implantação do LUMIAR de modo incipiente não dando as devidas condições e apoio para os técnicos prestarem uma assistência técnica e social de qualidade aos assentamentos.

O LUMIAR provocou a retomada das discussões, renovando o ambiente institucional da extensão rural pública e contribuiu para a melhoria dos serviços de assistência prestada aos agricultores assentados.

O Projeto contribuiu também para a implementação de outras metodologias e processos de trabalho nos serviços de assistência técnica. Porém, a continuidade do LUMIAR e o seu aperfeiçoamento exigiram uma mudança na maneira de trabalhar dos funcionários e a redefinição do papel do INCRA frente ao cenário das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Um princípio fundamental da concepção do LUMIAR foi o respeito à autonomia dos agricultores assentados para decidirem sobre todas as questões que viessem a afetar seus interesses, inclusive os contratos da assistência técnica. Ao adotar essa premissa, o Projeto conseguiu ir além da assistência técnica tradicional, contribuindo para um outro modelo de gestão social participativa, porém era necessário realizar alguns importantes ajustes.

O Lumiar procurou desenvolver as ações organizativas junto aos assentados, inclusive concedendo a eles o poder de decidir sobre a contratação ou não dos serviços de assistência técnica, embora o Estado, através do INCRA, continuasse sendo o detentor do poder de distribuir os recursos e de gerir, de forma inadequada e autoritária, a implementação do Programa. Entretanto, o fortalecimento das organizações locais foi um dos resultados mais evidentes no LUMIAR, os técnicos do Projeto apoiaram as organizações dos agricultores assentados, contribuindo para uma melhoria no processo de gestão, auxiliando na solução de conflitos, trocando informações, além de melhorar os aspectos específicos de seu funcionamento (organização das reuniões, elaboração de atas, discussão dos estatutos, etc). Assim, era possível observar que existia uma relação harmônica entre os agricultores assentados, suas organizações e os técnicos do LUMIAR.

Apesar das críticas, a experiência do LUMIAR supera sobremaneira a outra experiência de assistência técnica oficial desenvolvida pelas EMATER's. Os técnicos do LUMIAR, em geral, compreenderam que as inovações tecnológicas deveriam ser precedidas por inovações organizacionais. Além das limitações apresentadas, os técnicos conseguiram estabelecer uma boa relação dialógica com os agricultores, o que resultou numa boa aceitação por parte destes. Construiu-se também uma relação de respeito e confiança mútua, o que foi extremamente favorável para a aprovação do trabalho dos técnicos do LUMIAR.

O Projeto LUMIAR estimulou a percepção crítica da realidade vivida, através da elaboração dos Diagnósticos e dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos que exigia o envolvimento contínuo das famílias na discussão de seus problemas. Assim, a proposta participativa do LUMIAR, em que a decisão do agricultor assentado era considerada na definição de suas atividades, foi um importante instrumento pedagógico na construção da cidadania.

O LUMIAR constituiu-se de uma política descentralizada, que estabelecia múltiplos e variados pontos de interação com os agricultores assentados, que abrigava distintos enfoques metodológicos, variadas estratégias de trabalho e formas de cooperação entre Governo e Sociedade Civil, com objetivo de inserção econômica e social.

Uma forma de obter poder decorre de uma ação afirmativa dos movimentos sociais em suas relações com o Estado. Essa ação pode induzir o Estado a implementar políticas voltadas aos interesses de tais movimentos. Além disso, considera-se que, em uma sociedade aberta e democrática, a ação das forças sociais fortalece também a cidadania. Outra alternativa pode decorrer do aperfeiçoamento das próprias políticas públicas que, em um Estado democrático, envolve, de alguma maneira, relações complexas com a sociedade, possibilitando a inserção social a partir da ação governamental. No caso do LUMIAR, observou-se que o Estado brasileiro não teve o interesse de perceber o Programa como uma evolução de sua política, o que deixou a Reforma Agrária comprometida apenas por ações

inadequadas de políticas sociais compensatórias. O Projeto LUMIAR, caso tivesse sido ajustado, poderia ter contribuído na construção de uma Política de Reforma Agrária para além de uma política social.

O LUMIAR poderia ter sido um programa estratégico dentro do INCRA, por estabelecer múltiplos e variados pontos de inserção com os agricultores, por abrigar adequados enfoques metodológicos, estratégias de trabalho e formas de cooperação entre governo e sociedade, e, principalmente, por promover a autonomia dos agricultores em relação às questões que afetavam seus interesses, inclusive os próprios contratos e o tipo de assistência técnica. Verifica-se que ao apresentar essas características e qualidades específicas, o Projeto apresentava princípios inovadores de gestão social participativa muito além da assistência técnica tradicional.

O INCRA, não poderia ter abdicado de suas responsabilidades, pois possuía meios de implementar o programa de maneira mais adequada e de realizar as devidas avaliações, não apenas de maneira burocrática; conseqüentemente, deveria ter agido rapidamente na correção dos desvios das diretrizes, conforme recomendaram os documentos de avaliação do LUMIAR enfatizando a importância do Projeto na participação social e como um estimulador do associativismo e do sindicalismo.

Entretanto, não era adequado que movimentos sociais sectários viessem absorver e controlar de maneira total sua execução, como foi o caso do MST, desviando o LUMIAR de sua proposta de participação, pluralidade e diversidade. Da mesma forma, não foi adequado promover a sua extinção de forma unilateral e autoritária, sem consultar os assentados sobre quais os resultados efetivos dos serviços que a eles tinha sido ofertados em atendimento a suas reivindicações junto governo.

Ademais, existiam outros meios de gestão e medidas administrativas para corrigir alguns desvios de conduta isolados de algumas prestadoras de serviço e técnicos. Um deles seria a suspensão localizada daquelas prestadoras e técnicos que não estavam obedecendo às diretrizes do Projeto; em seguida, poderiam ter sido adotadas as medidas administrativas

complementares junto ao Tribunal de Contas da União buscando reparar os prejuízos financeiros por ventura causados aos cofres públicos.

Portanto, o fim do Projeto Lumiar foi prematuro, porque ele tinha demonstrado ser uma proposta diferente que atendia aos interesses dos agricultores assentados que, através do projeto, estavam ganhando mais poder e força. Mas, as elites que detêm o poder político no interior do País, por não ter interesse na viabilidade dos assentamentos de Reforma Agrária pressionaram, junto com as forças corporativas dos funcionários do Incra, para que o Governo extinguisse o Lumiar em âmbito Nacional sem motivos — técnicos — evidentes que pudessem mostrar a sua inadequação²⁰.

²⁰ Em 2003, o INCRA decidiu pela implantação de um novo programa de assistência técnica para os projetos de assentamentos (Lumiar II). A idéia era aproveitar toda a experiência e os princípios do Lumiar, corrigindo as deficiências. A proposta era atender até 2007 todos os assentamentos no Brasil com cerca de 4000 técnicos. As equipes técnicas foram selecionadas, treinadas e iniciaram suas atividades no segundo semestre de 2003. Infelizmente, após a saída do presidente do INCRA toda equipe inicial, inclusive técnicos que trabalharam no Lumiar, que coordenava a implantação foi demitida. A agenda de construção do novo programa foi interrompida, pois o INCRA passou tudo para a SAF “coordenar”, mas as diretrizes da proposta da SAF são diferentes do Lumiar e os coordenadores do grupo de trabalho têm resistências a nova proposta por serem todos vinculados ao sistema oficial de ATER. Portanto, hoje as equipes locais estão trabalhando sem uma diretriz nacional e sem uma estrutura de coordenação para apoiar e implantar a proposta.

Capítulo 5

AS EXPERIÊNCIAS DO PATAC E DA AS-PTA: Um serviço de assessoria técnica e social

5.1 - Introdução

Neste Capítulo 5 serão expostas as experiências do PATAC e da AS-PTA. Inicialmente, imaginava encontrar duas experiências diferentes, mas durante a pesquisa descobri que são semelhantes. Porque na origem elas tinham propósitos totalmente diferentes e atuaram em regiões distintas: a AS-PTA na região do Brejo e o PATAC na região do Cariri, cada uma com características físicas e sócio-econômicas específicas.

A pesquisa mostrará que essa concordância nos princípios e estratégias pode ser explicada pelo fato que as duas ONG's delas realizam diversas atividades juntas; ademais elas fazem parte da Articulação do Semi-Árido da Paraíba — ASA/PB, onde são discutidas, e realizadas ações em forma de parceria. Outro fato interessante observado foi que existe uma grande proximidade entre os técnicos e, por isso, há uma maior flexibilidade nas relações estabelecidas, facilitando a troca de experiências. Verificou-se também que existem muitos momentos de integração entre as pessoas dessas ONG's, um fortalecimento dentro da ASA-PB, e que se realizam programas de capacitação envolvendo as duas equipes técnicas. Entretanto, cada uma delas apresenta total autonomia e independência em relação às questões institucionais, embora suas formas de trabalhos sejam semelhantes, cada um delas possui seu projeto institucional, seu próprio planejamento e avaliação caracterizando-se como organizações distintas.

Será apresentado, inicialmente, um breve histórico mostrando que cada uma dessas duas ONG's teve uma origem diferente e, com o passar do tempo, seus princípios e suas estratégias foram sendo construídas de forma a buscar uma maior integração com as lógicas e os interesses dos agricultores familiares, de modo que as estruturas de organização e estratégias de trabalho foram sendo definidas em função de um processo de aprendizagem

coletiva entre os técnicos e os agricultores. Como será mostrado, os erros iniciais foram importantes e acabaram sendo transformados em aprendizagem constituindo-se nos princípios dessas organizações.

Mostrarei que as metodologias empregadas pelas duas ONG's procuram estimular os agricultores a formularem e executarem seus próprios projetos de desenvolvimento. Para tanto, elas utilizam um conjunto de metodologias participativas em diversas etapas de sua intervenção, desde os diagnósticos iniciais das comunidades até as próprias atividades a serem realizadas juntamente entre técnicos e agricultores. Demonstrarei que os trabalhos desenvolvidos, utilizando as abordagens participativas, têm também o objetivo do fortalecimento dos agricultores familiares e de suas organizações, no sentido de impulsionarem ações em prol do seu próprio desenvolvimento.

Será apresentada a estratégia metodológica utilizada pelas duas entidades, o produtor sendo um pesquisador e difusor de seus conhecimentos. A construção das soluções técnicas é um processo coletivo. Para realizar as experiências, organizam-se os grupos de agricultores experimentadores que mantêm com apoio de técnicos um processo de intercâmbio, gerando reflexões sobre as práticas e seus resultados. Os agricultores experimentadores se articulam em torno de temas e problemáticas nas quais se identificam com o interesse de participar ou acompanhar as experimentações discutidas pelo grupo. Mostrarei que esta dinâmica vem sendo estruturada com forte interdependência com os processos de diagnóstico, planejamento, avaliação e capacitação²¹.

Um dos maiores desafios das ONG's estudadas tem sido o de trabalhar com os agricultores procurando alterar estas relações autoritárias e criar outras relações mais democráticas e participativas. Evidenciarei que a estratégia desenvolvida tem sido a criação de uma cultura da participação que permita valorizar as experiências e os projetos dos próprios agricultores: não são as técnicas que ocupam o centro das experiências, mas o agricultor, a fim de fortalecer o seu poder e a sua própria capacidade de promover ações de

²¹ Veja o estudo de SIDERSKY, P. R. & SILVEIRA, L. M. da. **Experimentar junto com os agricultores: a experiência da AS-PTA na Paraíba**. Esperança, AS-PTA. 2000. (mimeo)

desenvolvimento. Para tanto, os trabalhos desenvolvidos pelos técnicos das duas ONG's não estão buscando apenas uma abordagem instrumental da participação, onde se utilizam as técnicas e dinâmicas de grupo para facilitar o diálogo, mas objetivam incorporar a participação como princípio e meio para a promoção do desenvolvimento.

Por fim, será mostrado que se trata de um processo altamente complexo, com dificuldades e limitações do uso desses princípios metodológicos participativos, principalmente numa região como a do semi-árido do Nordeste, onde predomina historicamente uma cultura política da dominação e onde se desenvolveram inúmeras ações que levaram à dependência e à subordinação dos agricultores familiares. Apesar disso, verifica-se que as práticas participativas utilizadas pelas duas ONG's estão produzindo resultados importantes e estão sendo construídas alternativas que vão no sentido contrário das tradicionais ações desenvolvidas pelas instituições do Estado, que sempre promoveram ações assistencialistas junto aos agricultores familiares.

5.2 – Origem, estratégias, princípios e área de ação da AS-PTA

A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa — AS-PTA originou-se de um Projeto da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — FASE, através do Projeto de Tecnologias Alternativas — PTA. Este Projeto foi concebido em 1980/81 e iniciado em 1983. A FASE é uma das mais antigas ONG's brasileiras, fundada em 1962, dedicada à educação popular. O PTA foi implementado como parte da FASE até 1990, mas com grande autonomia em relação à ONG guarda-chuva. Foram montadas sete equipes de campo no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e Paraíba. Esse conjunto tornou-se conhecido como Rede PTA. Em 1989 algumas dessas equipes de campo, juntamente com a antiga coordenação nacional e os serviços de comunicação e difusão que trabalhavam no PTA-

FASE, resolveram ter o seu projeto e abandonaram a ONG guarda-chuva, fundando a AS-PTA²².

A questão colocada nos anos 80 era a da dificuldade de produzir propostas tecnológicas que oferecessem baixos custos, minimizassem os riscos e garantissem aumentos sustentados de produtividade e de produção. Estes novos sistemas de produção, combinados com um esforço comum para enfrentar as condições dos mercados poderiam proporcionar o aumento da renda, a melhoria da alimentação, da segurança alimentar e das condições de vida em geral e seriam capazes de criar esperanças para a população rural. O marco inicial do programa que hoje é adotado pela AS-PTA era, portanto, nitidamente de cunho sócio-econômico e suas implicações ambientais eram pouco percebidas. Foi somente mais tarde durante a implementação do programa que a componente ambiental tornou-se mais clara para definir a busca de novos paradigmas tecnológicos e novos modelos de desenvolvimento.

Segundo ALMEIDA (1999: p.86), no conjunto de suas proposições o Projeto de Tecnologias Alternativas — PTA surgiu criticando e questionando o padrão moderno de agricultura, por ser um modelo que faz pouco uso de mão-de-obra, exige muito capital, é muito dependente das indústrias de insumos agrícolas, da pesquisa, da utilização de variedades híbridas de alto rendimento e que é consumidor excessivo de energia. O PTA questionava também o futuro das formas de organização da produção no meio rural e das relações de produção que acentuam o empobrecimento progressivo de certas camadas rurais, deixando de lado a diversidade das situações existentes no contexto do meio rural.

ALMEIDA (1999: p.86) defende que é assim que avançará um projeto de agricultura que se propõe a ser uma forma de resistência da agricultura familiar; um projeto político negando o domínio do capital e buscando conferir ao agricultor uma maior independência; dando o controle da agricultura aos pequenos agricultores, cujos

²² Somente após uma longa discussão durante o ano de 1990 e uma reflexão crítica do trabalho do PTA, o projeto separa-se da organização-mãe para seguir o seu próprio caminho, assumindo, daí para frente, a denominação de AS-PTA, embora, conservando algumas ligações com a FASE.

estabelecimentos constituem a maior parte do sistema produtivo, e pensar as bases de uma outra agricultura²³.

No início do PTA, cometeu-se um erro,

“pois o Projeto poderia ter concentrado a busca de soluções para os problemas específicos de sistemas específicos, mas a ambição de enfrentar a problemática nacional da pequena produção levou a buscar soluções mais globais. Implicitamente buscava-se um “pacote tecnológico alternativo”. O vácuo de experiências e propostas “alternativas” levou o PTA a orientar o esforço para busca do que oferecer para depois buscar a quem oferecer. Assim, consciente ou não, o centro da abordagem do PTA era a oferta tecnológica” (WEID,1997: p.11)

Portanto, foi somente durante o desenvolvimento do Projeto de Tecnologias Alternativas — PTA/FASE que foi adotado a proposta de sistematizar soluções já experimentadas pelos próprios agricultores, sensibilizar as organizações do meio rural a fim de provocar o nascimento de uma consciência crítica em relação aos modelos convencionais e também motivá-los para a pesquisa e a divulgação de soluções alternativas capazes de substituir esses padrões. O Projeto diagnosticava os principais problemas dos pequenos produtores de uma determinada região, procurando identificar as soluções viáveis através de pesquisas e experiências feitas pelos próprios agricultores²⁴.

Dessa forma, a experiência desenvolvida dentro do PTA foi um aprendizado importante para a construção das metodologias e formas de ação da AS-PTA, durante o qual se verificou a importância do conhecimento da realidade dos agricultores, tanto do

²³ Conforme a tese defendida por ALMEIDA, J. **A reconstrução social de uma nova agricultura**. Porto Alegre, UFRGS, 1999. 214p.

²⁴ Até 1990 falava-se em tecnologias alternativas e agricultura alternativa e isto marcou a denominação de várias ONG's fundadas no período, tais como: CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares do Rio Grande do Sul; APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas do Espírito Santo; CTA – ZM Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata; CAA – NM – Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas Gerais e a própria AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

ponto de vista dos seus agroecossistemas como de suas condições econômicas, sociais e culturais. Durante essa experiência, a AS-PTA superou a visão dos projetos baseados nas noções dos conhecimentos prévios dos técnicos para centrar-se na combinação de conhecimentos de agricultores e técnicos, mas partindo dos acúmulos dos primeiros. No entanto, a descoberta não fosse nova, pois os agricultores sempre tiveram a última palavra naquilo que fazem ou não fazem nas suas propriedades, mas esta noção não tinha sido levada aos programas de desenvolvimento das ONG's que mantinham a iniciativa no campo dos técnicos.

De acordo com ALMEIDA (1999: p.88), a AS-PTA passou a atuar dentro de três eixos de orientação: o reforço das organizações dos pequenos agricultores, o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e científicos da agroecologia e a participação popular. Entretanto, segundo o autor, a AS-PTA vai perder um pouco sua utopia inicial (construção do socialismo), parecendo aceitar nas suas ações um certo pragmatismo em vista das experiências e das realizações concretas acumuladas. Não parece existir mais a fórmula mágica ou salvadora, aquela que poderia conduzir os pequenos agricultores a romper com o padrão agrícola dominante.

Assim, a AS-PTA preferiu voltar-se para as experiências pontuais, propondo soluções caso a caso. Na visão de ALMEIDA (1999), o modelo agroecológico proposto pela AS-PTA não resulta (ou depende), necessariamente, da propriedade coletiva dos meios de produção; ele exige, em troca, um nível elevado de planificação coletiva para o uso dos recursos do meio natural, através da adesão voluntária das pessoas e após a demonstração das vantagens do novo modelo. Para essa organização, os princípios da agroecologia são a base de inúmeras civilizações camponesas e fundamentais para a implantação de um outro padrão de agricultura, pois são revalorizados os saberes acumulados no passado, para serem desenvolvidos e adaptados às condições atuais.

De acordo com WEID (1997: p.5), *“a AS-PTA passou a operar inicialmente como entidade de apoio técnico, metodológico e conceitual para o conjunto da Rede PTA, mas em 1992 decidiu-se que fossem criados outros projetos de desenvolvimento local”*.

Atualmente, a AS-PTA tem dois programas de desenvolvimento local, sendo um na Paraíba e outro no Paraná. Ademais ela possui também um programa de desenvolvimento de métodos, quatro programas de apoio técnico (Biodiversidade, Agroflorestação, Solos e Recursos hídricos) e um programa de cooperação com Universidades (UFRRJ/CPDA, UFCG e UFPE) e Centros de Pesquisa & Desenvolvimento (EMBRAPA. e CIRAD/FR).

Como foi mostrado, a proposta de atuação da AS-PTA encontra suas origens no antigo Projeto de Tecnologias Alternativas — PTA, que tinha por objetivo a busca de outras soluções menos custosas, mobilizando os recursos disponíveis na propriedade, para que fossem mais seguras, que recuperassem os solos e que fossem de fácil difusão e aceitação pelo agricultor familiar. O conceito de agroecologia, adotado pela AS-PTA, reúne um conjunto de idéias relativas à agricultura ligada ao meio ambiente e que vêm a ser mais sensíveis do ponto de vista social, ou seja, preconizando uma agricultura não centrada unicamente na produção e produtividade, mas também no suporte ecológico para os sistemas de produção agrícola.

A experiência do Projeto Paraíba foi iniciada em 1993 nos municípios de Solânea e Remígio e, a partir de 1996, passou a atuar também, por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Lagoa Seca. A região de atuação da AS-PTA apresenta forte diversidade de ambientes, alta densidade populacional e presença marcante da agricultura familiar. Esta situação é muito comum na região do Agreste e Brejo da Paraíba onde se tem uma intensa pressão sobre a base de recursos naturais chegando até ao desaparecimento de importantes culturas de renda. Assim, a forte diversidade ambiental faz com que estes problemas tenham manifestações e soluções diferenciadas. Além disso, a organização dos agricultores apresenta-se de forma bastante fragmentada e fragilizada, ou seja, a participação tem que ser construída num ambiente onde a promoção da ação coletiva é uma tarefa difícil.

A participação dos agricultores na estratégia de atuação da AS-PTA é vista como

“elemento chave e fator condicionante para a efetivação do processo de desenvolvimento local. Para tanto, a organização dos produtores constitui-se no motor de todo o processo e o principal meio para viabilizar a participação plena e real do conjunto de agricultores, mas apreender o conceito e aplicá-lo corretamente é muito mais complicado do que parece à primeira vista” (WEID, 1997: p.31)²⁵.

Na estratégia da AS-PTA, a base organizacional rural pode não somente fazer pressão sobre os centros de poder, mas também viabilizar o novo padrão de desenvolvimento, de modo que as atuais estruturas de organização sindical terão de alterar, em profundidade, seu papel e seu modo de funcionamento, para responderem às questões colocadas pelo novo modelo em proposição, como, por exemplo, aquelas que dizem respeito aos diagnósticos dos agroecossistemas, à elaboração de planejamentos coletivos de desenvolvimento agroecológico, à participação no processo de geração de conhecimentos técnicos e sua adaptação e difusão entre os agricultores, ou, ainda, à gestão das unidades agroindustriais ou de comercialização.

A fim de estimular o processo voltado para o desenvolvimento e a disseminação dos conhecimentos sobre inovações na área de manejo sustentável dos agroecossistemas, a AS-PTA adota uma estratégia onde a abordagem participativa e o enfoque agroecológico interagem entre si numa relação de complementaridade e retroalimentação. Isso porque a primeira fornece as bases metodológicas para a revalorização dos conhecimentos locais a respeito do uso e do manejo produtivo dos recursos locais, e o segundo se vale desses conhecimentos para adaptá-los e desenvolvê-los a partir de sua articulação com os conceitos e métodos de origem acadêmica. (SILVEIRA, et al.2002: p. 29)

Nesse sentido, os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios foram escolhidos como parceiros prioritários e privilegiados no trabalho, em função de apresentarem uma trajetória de construção mais democrática, de terem um poder de interlocução com a esfera pública relativamente maior, além de terem maior capacidade

²⁵ Destaque do autor

potencial de irradiar o trabalho para outros sindicatos e organizações do próprio poder público (SILVEIRA, 1999: p.113).

5.3 - Origem, estratégias, princípios e área de ação do PATAC

O PATAC é uma organização não-governamental – ONG, criada em 1971 pela Congregação Redentorista, em especial, através das idéias de um homem conhecido como “Irmão Urbano”. Inicialmente, este não trabalhava com as questões ligadas ao mundo rural, mas a sua preocupação central era com as pessoas que não tinham casa para morar na cidade de Campina Grande; desde aquela época, o volume dessas pessoas já crescia de maneira muito rápida — por causa do grande número de migrações de pequenos agricultores expulsos pela seca. Nesse período, o Irmão Urbano desenvolveu uma máquina de fazer tijolos que era baseada na tecnologia de solo-cimento. Essa inovação se popularizou rapidamente, transformando-se numa alternativa barata para a construção de casas em Campina Grande e, posteriormente, em outras regiões do Nordeste e mesmo de outros Países da América Latina.

Ao passar dos anos, o Irmão Urbano e a equipe do PATAC desenvolveram uma reflexão crítica sobre quais eram as verdadeiras raízes dos problemas daquelas pessoas sem teto habitantes da cidade. Problemas esses que estavam diretamente relacionados às dificuldades de sobrevivência dos habitantes do meio rural, principalmente aquelas provocadas pelas constantes secas características da região do semi-árido. Logicamente, essa situação aumentava a fome e a pobreza gerando as migrações. Assim, foi através dessas reflexões que a equipe do PATAC percebeu que as constantes migrações do campo para as cidades ocorriam por causa da falta de alternativas de convivência com o semi-árido.

As primeiras iniciativas foram desenvolvidas na década de 80, na região do Curimataú (município de Barra de Santa Rosa) e na região do Cariri (assentamento Paus Brancos), lugares que se caracterizam como desfavoráveis no tocante aos aspectos da natureza. A primeira idéia foi o uso da cobertura morta e a construção de valetas e de

curvas de nível. O objetivo era armazenar as águas das chuvas nas valetas e evitar os problemas de erosão. A cobertura morta, restolho das plantações, visava também contribuir para a recuperação dos solos. Os resultados dessas experiências foram boas safras de milho e feijão, mas a experiência não foi reproduzida em larga escala pelos produtores. Porque?

De acordo com os relatórios do PATAC, existem várias explicações.

“A construção das valetas em curvas de nível representava um trabalho pesado para os produtores, em sua maioria idosos e já sobrecarregados de trabalho no seu dia a dia. Além do mais, a comunidade não tinha consciência da desertificação; não se dava conta de que a erosão e a degradação ambiental ameaçavam diretamente seu futuro. E, sobretudo, a vegetação utilizada para a cobertura morta era valorizada pelos produtores para a alimentação do rebanho. O pessoal não podia prejudicar a criação — atividade de renda e poupança que permitia atravessar as crises de produção — para valorizar a agricultura. As duas atividades eram complementares no seu sistema de produção” (PATAC, 2000: p.4)

Foi a partir de reflexões sobre essa experiência que o PATAC procurou reestruturar a sua estratégia de ação, visando à construção de alternativas de convivência com a seca na região do semi-árido. Portanto, mesmo com inúmeras dificuldades de comercialização e organização da produção, essas experiências serviram de base para um processo de aprendizagem e consolidação do trabalho do PATAC²⁶.

A primeira experiência que se propagou mais facilmente foi a cisterna redonda feita de placas de cimento. Provavelmente a convivência com os agricultores influenciou sensibilizando a equipe do PATAC. A visão mudou da busca de um projeto ideal (a luta

²⁶ O PATAC se tornou associação em 25 de setembro de 1992, quando seu fundador, Irmão Urbano, atingiu a idade da aposentadoria e que os membros da equipe decidiram assumir a continuação do trabalho. A primeira cisterna construída na comunidade de Caiçara, município de Soledade, no Cariri Paraibano, em 1993.

contra a desertificação) para a vida das famílias e suas reais necessidades, dentre elas destacava-se a falta de água. Esta era — e continua sendo — a necessidade mais imediata sentida pela população da região semi-árida: água de qualidade para: beber; cozinhar; tomar banho; lavar roupa; limpar a casa e aguar a horta, etc. As mulheres eram obrigadas a fazer várias viagens para apanhar água suja num açude às vezes distante e trazê-la num balde na cabeça, ou, nos melhores casos, numa carroça puxada por um animal.

Como vimos, foi na contra-corrente da tradicional política de combate à seca no semi-árido que promovia a construção de grandes açudes e a distribuição de água por carros-pipa, soluções geralmente dispendiosas e assistencialistas, que as experiências desenvolvidas pelo PATAC se propagaram rapidamente, em especial as cisternas de placas, como fruto de um trabalho dos agricultores que buscam a convivência com o semi-árido e lutam contra a falta de água²⁷.

Para se ter uma idéia da importância dessa experiência, o PATAC vem mostrando que:

“Uma família de agricultores com uma cisterna de aproximadamente 16.000 litros, recolhendo a água de chuva que cai nos telhados, a família consegue ter, ao lado de casa, água suficiente para beber e cozinhar durante seis meses. A água é de boa qualidade, pois são dados treinamentos sobre tratamento e gestão da água. As experiências vêm demonstrando que com a cisterna se reduzem as doenças causadas pelos patógenos da água, cuja manifestação mais comum é a diarreia das crianças e, além disso, as mulheres dispõem de tempo para fazer coisas mais produtivas e interessantes” (PATAC, 2003, p.5).

²⁷ A cisterna de placas é uma inovação desenvolvida por um agricultor/pedreiro sergipano do Município de São Simão Dias conhecido como Nel. Baseando-se nos princípios empregados nas cisternas tradicionais, ele modificou o processo de construção ao empregar a tecnologia do ferro/cimento. Assim, ele conseguiu aprimorar o equipamento ao concebê-lo num formato cilindro, tornando-o mais resistente e eliminando as quinas nas paredes verticais, que se constituíam em pontos frágeis por onde se iniciavam as freqüentes rachaduras e infiltrações.

A construção das cisternas de placas leva à dinamização das comunidades pela exigência da organização e da constituição de um Fundo Rotativo Solidário. No caso da experiência desenvolvida pelo PATAC,

“forma-se um grupo de 5 agricultores vizinhos. Após um sorteio da ordem dos beneficiários, a ONG compra o material e os agricultores entram com a mão-de-obra, construindo a primeira cisterna; depois de um certo tempo, cada membro paga 20% do material comprado, o que permite construir a segunda cisterna; e da mesma forma e seqüência as outras são construídas, até a quinta. No final o dinheiro arrecadado permite a formação de um novo fundo. Esse sistema resgata a dignidade e reforça a organização do grupo, além de ter um efeito político mais profundo; pois os agricultores descobrem a sua capacidade de construir seus projetos por conta própria, ganhando autonomia e auto-confiança para outras iniciativas mais ousadas²⁸” (DUQUE & OLIVEIRA, 2003)

A experiência dos Fundos Rotativos Solidários — FRS, realizada pela Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA/PB) passou a ser adotada no Estado para o Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC). Assim, a primeira vantagem é que o sistema permite aos agricultores organizados em associações de obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para as comunidades, sem ter que passar pela burocracia habituais do crédito bancário e assegurando que os recursos devolvidos vão ser utilizados por outras famílias ou comunidades. Por isso, esses tipos de financiamento resgatam a dignidade dos produtores, que não são considerados como “esmoleiros” mas como cidadãos capazes de conduzir o seu próprio destino.

²⁸ Para maiores detalhes ver o estudo desenvolvido por DUQUE & OLIVEIRA , *A experiência da ASA/PB com os fundos rotativos solidários*. Mimeo, 2003.

A última reunião de avaliação do PATAC resgatou a evolução de seus objetivos q gerais. O primeiro era de *“resgatar, experimentar, aperfeiçoar e divulgar todo tipo de tecnologia socialmente apropriada para propiciar a melhor convivência com o semi-árido, criando referências a serem debatidas e adotadas nas redes de parceiros e propostas políticas”*. O segundo e atual diz que o objetivo é de *“fortalecer os processos de experimentação e difusão de inovações técnicas e sociais desenvolvidos pelos agricultores familiares e suas organizações a fim de construir uma proposta de desenvolvimento rural sustentável para o semi-árido paraibano”* (PATAC, 2004: 2).

Esses dois objetivos marcaram a evolução dos fins da ONG. No primeiro o PATAC é considerado o ator principal dos processos e, no segundo, ele apenas contribui para o fortalecimento da agricultura familiar ajudando os agricultores. Como foi mostrado anteriormente, essas diferenças são frutos da origem do PATAC que no início estava voltado para o desenvolvimento de tecnologias visando a convivência com o semi-árido, mas atualmente se vê essencialmente na função de assessoria e apoio. Vejamos um trecho extraído do último relatório que ilustra bem essa evolução.

“Se antes as visitas eram feitas pelos técnicos, que adaptavam e irradiavam a tecnologias (assim foi com as cisternas de placas), hoje são os próprios agricultores que vão fazer as visitas, valorizando sua capacidade de desenvolvimento de tecnologia. O próprio sistema de fundos rotativos e da gestão coletiva dos projetos significa isso, ou seja, inicialmente o PATAC era conhecido pelo aspecto tecnológico, atualmente ele também é reconhecido pelo apoio aos produtores familiares, por suas formas de assessoria e pelo processo educativo, onde as duas dimensões — tecnológica e social — estão articuladas” (PATAC, 2004).

A missão do PATAC vem sendo construída nesses últimos anos, mas atualmente ela é *“de trabalhar para a viabilidade da agricultura familiar no Nordeste brasileiro, especialmente na região do semi-árido paraibano, difundindo tecnologias a partir de uma*

abordagem agroecológica e na perspectiva da construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável” (PATAC, 2003: p.1). Nesse processo de construção, os elementos estão sendo agregados pouco a pouco, como é o caso da abordagem agroecológica e da preocupação com a promoção do desenvolvimento sustentável.

O PATAC vem procurando desenvolver, aprimorar e enriquecer o seu trabalho, buscando consolidar as suas metodologias, os seus princípios e estratégias de ação. O PATAC adotou como prioridade duas temáticas relacionadas que são os recursos hídricos e a criação animal associada ao manejo da biodiversidade por serem, segundo os diagnósticos dos agricultores, as questões mais estratégicas para a promoção da sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido.

Quanto aos princípios, o PATAC adotou o da participação e da organização dos agricultores, em que a estratégia de ação visa à valorização do saber dos agricultores e suas experiências no que diz respeito às atividades mais adaptadas à realidade do semi-árido. Para desenvolver suas atividades, o PATAC parte do pressuposto de que essas experiências, ao serem resgatadas junto aos agricultores, discutidas, confrontadas com o conhecimento técnico e socializadas pelas dinâmicas da organização de seus parceiros, se transformam em referências para outros agricultores.

Do ponto de vista da dimensão, o trabalho do PATAC está atualmente concentrado em 2 municípios, dentro das comunidades de referência, sendo um no município de Soledade (comunidade de Caiçara, Arruda e Lajedo de Timbaúba) e o outro no município de Puxinanã (comunidade do Espinheiro). Os trabalhos são desenvolvidos em três etapas: 1) da pesquisa e experimentação, 2) da construção e 3) consolidação das referências e da socialização em larga escala dos trabalhos aprovados pelos agricultores. Para esta última etapa, o PATAC procura o estabelecimento de parcerias junto às organizações de agricultores, sindicatos e outras ONG's atingindo dessa forma uma centena de municípios. A relação estabelecida nessas parcerias é de uma colaboração mútua de igualdade na qual

todos possam crescer juntos; um bom exemplo são as parcerias estabelecidas dentro da Articulação do Semi-árido – ASA/ PB²⁹.

A intenção do PATAC e demais componentes da Articulação do Semi-árido - ASA/PB é de que a ação organizada dentro das comunidades de referência possa contribuir para a discussão, elaboração e implementação das políticas públicas, pressionando as autoridades do Estado para que adotem as experiências positivas de modo mais generalizado para os demais agricultores familiares. O objetivo é

“Pensar a convivência com o semi-árido segundo padrões que se opõem ao tradicional modelo de clientelismo podendo levar os agricultores familiares a atingir uma maior autonomia cujos frutos serão conhecidos no futuro” (PATAC, 2000, p.4).

Para entender melhor as ações do PATAC, é preciso compreender também quais são os principais desafios da agricultura familiar no semi-árido. Os estudos revelam que as características desse ecossistema não se caracterizam tanto pela falta de chuvas, mas pelas seguintes irregularidades:

“a) no espaço, onde a pluviometria pode variar de um local ao outro numa distância de poucos km; b) no tempo dentro do mesmo ano, onde o volume anual é reduzido em algumas poucas precipitações violentas no decorrer do período chuvoso, chamado de “inverno”; nesses casos, a vegetação começa a se desenvolver, mas o ciclo produtivo não se completa, provocando a chamada “seca verde”; c) no tempo de um ano ao outro, onde há anos ditos “bons” que se sucedem a anos ditos “ruins”, sendo que os anos “bons” correspondem a uma média de 2 ou 3 anos em cada 10 e cada década

²⁹ A Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA/PB) foi criada em 1993, na oportunidade de um Seminário sobre o Semi-Árido Paraibano, promovido pelo CENTRAC, PATAC, CEPFS, PROPAC e DETR/CUT

conhece em média uma seca prolongada de mais de um ano, às vezes de 3 ou 4 anos seguidos; sendo a seca uma sucessão de anos ruins. Ademais, a região se caracteriza pela elevada intensidade da evapotranspiração, bem superior às precipitações, provocando um forte déficit hídrico agravando ainda mais a situação”(DUQUÉ & ARAÚJO 2003: p.2).

Além disso, as autoras ressaltam que outros fatores também podem agravar o quadro anteriormente descrito. Dentre eles, destacam-se:

“A presença dos solos superficiais, em cima de um subsolo rochoso que aflora freqüentemente em lajedos, não permitindo o enraizamento profundo das plantas que logo sofrem quando a superfície seca; daí porque a vegetação é de porte baixo e as folhas caem desde que se instala o verão; a vegetação que melhor resiste é a de cactáceas. Esses solos sofrem facilmente erosão provocada pela violência das enxurradas, deixando a rocha descoberta. Além disso, o fator mais restritivo diz respeito a uma estrutura fundiária extremamente desigual, em que grandes latifúndios predominam no espaço, com pecuária extensiva, enquanto as pequenas propriedades estão espremidas em áreas insuficientes para a sobrevivência das famílias” (DUQUÉ & ARAÚJO 2003: p.3).

Os técnicos do PATAC consideram que, para ser viável, a agricultura familiar do semi-árido não basta ter terras para produzir uma safra suficiente às necessidades de um ano. É necessário produzir mais para armazenar reservas que possibilitem alimentar a família e o rebanho, caso venham a ocorrer um, ou dois, ou mais anos de seca. Além do mais, a exploração intensiva das parcelas, sem um período de repouso do solo, provoca um processo de desertificação. A fertilidade vai baixando e o sistema de produção, freqüentemente, se torna inviável, mesmo num ano considerado bom de chuva. Apesar dos problemas

enfrentados, a região semi-árida possui potencialidades naturais e culturais que permitem pensar o desenvolvimento sustentável. A partir dessa concepção, a ONG procura atuar desenvolvendo ações que possam assegurar a qualidade de vida e resgatar a dignidade dos agricultores familiares. Para isso as atividades produtivas devem garantir a segurança alimentar e a renda às famílias.

Conforme as necessidades dos agricultores familiares, os técnicos do PATAC priorizam as ações alicerçadas nos princípios da agroecologia que, ao serem colocados em prática pelos agricultores, podem, além de aumentar a capacidade produtiva, recuperar e manter a base de recursos naturais. Tais ações buscam uma relação mais equilibrada entre os homens e a natureza. Assim como a AS-PTA, o PATAC adota também a agroecologia como base técnico-científica de suas atividades que contribuem para a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e da mão-de-obra.

De acordo com o PATAC, para a sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido, é necessário o desenvolvimento de tecnologias sociais e de um financiamento para as atividades — este se dá através dos Fundos Rotativos Solidários. Na concepção do PATAC, as tecnologias sociais são aquelas que, além de serem apropriadas às condições da região, devem ser também absorvidas pelas próprias famílias de agricultores, reforçando as suas lógicas e ajudando-as na construção da cidadania.

5.4 - O métodos de trabalho da AS-PTA e do PATAC

As metodologias empregadas pelas duas ONG's procuram estimular os agricultores a formularem e executarem seus próprios projetos de desenvolvimento. Para tanto, elas utilizam um conjunto de metodologias participativas em diversas etapas de sua intervenção, desde os diagnósticos iniciais das comunidades até as próprias atividades a serem realizadas juntamente entre os técnicos e agricultores.

As ações e intervenções dos técnicos das duas organizações têm por finalidade a melhoria dos sistemas de produção, da renda, da organização e da preservação dos recursos naturais para as futuras gerações; mas é extremamente relevante destacar que os trabalhos desenvolvidos, utilizando as abordagens participativas, têm também o objetivo do fortalecimento dos agricultores familiares e de suas organizações no sentido de impulsionarem ações em prol do seu próprio desenvolvimento.

As duas ONG's partem do princípio de que as soluções agroecológicas são específicas para cada ecossistema e adaptadas segundo as características de cada família de agricultor. Assim, não existem pacotes tecnológicos generalizáveis para amplos conjuntos de agricultores, tal como se dá na visão produtivista dos sistemas agroquímicos convencionais. Essas soluções específicas não podem ser encontradas somente pelos técnicos e difundidas para o conjunto dos produtores, pois este processo seria economicamente inviável, mesmo supondo que fosse possível resolver as questões técnicas sem o produtor. As diferentes experiências (Barragens, plantios de palma, etc) são divulgadas segundo o planejamento da propriedade realizado pelas famílias de agricultores com apoio dos técnicos.

As duas ONG's estudadas consideram a agricultura familiar como sendo aquela realizada, geralmente em pequena escala, utilizando-se da mão-de-obra familiar e sob a direção do chefe da família, com objetivo de prover a necessidade da família, já que a lógica predominante não é a do lucro, mas a reprodução social da família. É o caráter familiar e solidário que assegura a sua reprodução e preserva os valores sociais e culturais.

5.4.1 - Os agricultores experimentadores

Na estratégia metodológica utilizada pelas duas entidades, o produtor é um pesquisador e difusor de seus conhecimentos. A construção das soluções técnicas é um processo coletivo, envolvendo todos os agricultores interessados em determinado tema e os técnicos de apoio. Portanto, é através das trocas de experiências que agricultores e técnicos vão selecionando quais os tipos de propostas a serem testadas, avaliando os resultados,

redesenhando novos testes, comparando situações, etc. O objetivo não é construir uma proposta única para todos, mas construir propostas adaptáveis de forma coletiva e compartilhada. Assim, a proposta agroecológica de cada propriedade e os caminhos da conversão de cada agroecossistema são definidos por cada agricultor individualmente ou por cada família de agricultores, já que, na família, cada um tem seu papel no sistema produtivo.

Para realizar as experiências, organizam-se os grupos de agricultores experimentadores que mantêm com o apoio de técnicos um processo de intercâmbio, gerando reflexões sobre as práticas e seus resultados. Ao passar do tempo, essas práticas vão se consolidando e os agricultores ampliam as áreas das experiências bem sucedidas nas propriedades, na medida e no ritmo em que seus recursos estejam disponíveis. São inovações técnicas e sociais constituídas por: cisternas de placas, barragens subterrâneas, cercas de tela, Bancos de Sementes Comunitários (feijão, inhame, batatinha, amendoim, palma forrageira, dentre outros); Fundos Rotativos Solidários; Banco de Esterco etc, todas desenvolvidas e apoio nas relações solidárias junto com as organizações comunitárias.

Os agricultores experimentadores se articulam em torno de temas e problemáticas nas quais se identificam com o interesse de participar ou acompanhar as experimentações discutidas pelo grupo. Como exemplo de grupos formados no decorrer do trabalho cita-se os Grupos: de Criação Animal; de Cultivos Ecológicos, de Agroflorestação, de Recursos hídricos e de Solos (Terra Forte), de Estudo da Vegetação Nativa. Estes grupos articulam os agricultores experimentadores dentro de um âmbito regionalizado. Esta dinâmica vem sendo estruturada com forte interdependência com os processos de diagnóstico, planejamento, avaliação e capacitação³⁰.

Como os agricultores experimentadores são uma minoria nas comunidades assistidas, as duas ONG's buscam organizar processos de disseminação das experiências junto aos outros agricultores. Essa disseminação funciona, sobretudo, através do convite

³⁰ Veja o estudo de SIDERSKY, P. R. & SILVEIRA, L. M. da. **Experimentar junto com os agricultores: a experiência da AS-PTA na Paraíba**. Esperança, AS-PTA. 2000. (mimeo)

aos agricultores da comunidade para participarem das visitas de intercâmbio das experiências com os agricultores experimentadores. Na maioria dos casos, estes processos ocorrem espontaneamente entre vizinhos; em outros casos, eles são provocados em eventos sensibilizadores. Antes das visitas os técnicos promovem reuniões com as famílias dos agricultores da comunidade interessada, oportunidade em que cada uma delas desenha um mapa de sua propriedade. Após essas visitas de intercâmbio, outras reuniões são promovidas para que elas possam apresentar um outro mapa mostrando aquilo que elas desejam fazer em sua propriedade. Posteriormente, os novos interessados em realizarem as experiências buscam orientação com os técnicos e com agricultores experimentadores mais experientes, formando uma rede de construção coletiva de conhecimento³¹.

As metodologias participativas estão sendo muito utilizadas pelo PATAC e pela AS-PTA, mas também por diversas outras organizações não-governamentais reunidas na ASA-PB, pois existe um certo consenso entre elas de que esta é a alternativa metodológica mais apropriada para promover o desenvolvimento rural. Porém, evidencia-se que a preocupação maior dessas organizações não está apenas no aspecto técnico das abordagens participativas, onde são valorizadas as questões do domínio de conteúdo e dos métodos de desenvolver as ações, mas, sobretudo, nos objetivos pedagógicos e políticos das ações de desenvolvimento que buscam valorizar a autonomia dos agricultores familiares.

5.4.2 – O diagnóstico, o planejamento

Os mecanismos de diagnóstico, planejamento e avaliação das atividades das duas ONG's estudadas são complexos, mas têm por objetivo central introduzir a participação direta das comunidades de agricultores na construção dos seus próprios projetos de desenvolvimento.

O diagnóstico e o planejamento que orientam as ações da equipe de técnicos do PATAC são semelhantes aos da AS-PTA; se baseiam na valorização das experiências que

³¹ Para maiores detalhes ver o estudo de SABOURIN, E. *Organização dos agricultores familiares para a produção e difusão de inovação no Agreste da Paraíba*, Relatório de atividade. Campina Grande: UFPB-CH, CNPq, 1998, 80p.

já estão sendo desenvolvidas pelos agricultores familiares, pois são elas que orientam todo o trabalho, transformando-se em ações a serem realizadas pelos agricultores com o apoio dos técnicos. Portanto, a lógica do trabalho fica invertida, se comparada com as estratégias de ação desenvolvidas pela EMATER-PB, pois nesse caso das ONG's são as próprias dinâmicas experimentadas pelos agricultores que indicam os planos de trabalho dos assessores técnicos. Na realidade, há interação nos dois sentidos.

A qualidade do diálogo e da participação dos agricultores nos processos de diagnóstico tem se constituído num fator decisivo para o sucesso desta ação e de seus desdobramentos. As duas ONG's buscam instalar um processo coletivo de construção onde a leitura da realidade, a análise dos problemas e as potencialidades são produtos coletivos e partilhados entre agricultores e técnicos. Através dos Diagnósticos Rápidos Participativos – DRP's, procura-se compreender a lógica dos agricultores e de suas estratégias de ação constituindo-se em elementos eficazes no envolvimento das organizações nas futuras intervenções decorrentes deles.

Nesse processo existem diversas estratégias que servem para planejar as ações a serem promovidas. Uma maneira é através das reuniões semanais das equipes técnicas, nesta oportunidade são apresentadas e discutidas as ações demandas, por exemplo, pelos Diagnósticos Rápidos Participativos realizados com os grupos de agricultores, nelas são definidas quais são as atividades, as estratégias e os meios necessários para realizá-los. Existem também várias outras reuniões específicas conforme a programação dos grupos de interesse temáticos, envolvendo técnicos e agricultores (recursos hídricos, cultivos ecológicos, agrobiodiversidade, criação animal, banco de sementes, dentre outros).

Ademais, são realizados anualmente pelas duas ONG's um encontro de uma semana com objetivo de avaliar e planejar os trabalhos desenvolvidos. Nesse encontro estão presentes também alguns representantes de agricultores e outras pessoas parceiras convidadas que vêm ajudando as organizações no seu desenvolvimento. Nessa oportunidade são elaborados relatórios detalhados contendo as questões problemáticas

discutidas e as atividades desenvolvidas durante o período. Esses relatórios são apresentados na assembléia dos Conselhos Diretores das ONG's.

Os métodos de trabalho adotados pelas duas ONG's também contribuem para a criação de boas relações entre os técnicos e os agricultores — os agricultores são os protagonistas tanto nos diagnósticos quanto do planejamento e das ações a serem promovidas. Portanto, alguns instrumentos metodológicos podem estar facilitando a formação de alianças, como no caso da construção coletiva de mapas das comunidades e das propriedades que exigem muito diálogo sobre os desejos e os projetos de desenvolvimento a serem promovidos em cada propriedade. Ademais, o uso de outros instrumentos metodológicos participativos, como no caso do Diagnóstico Rápido Participativo — DRP, dos Agricultores Experimentadores, dos Fundos Rotativos Solidários — FRS e dos Bancos de Sementes Comunitários — BSC, elevam a auto-estima e funcionam como um processo pedagógico de formação que estimula a autonomia das comunidades.

5.4.3 – A avaliação das atividades

É um processo dinâmico em que a avaliação funciona também como um mecanismo de formação e de aprendizagem coletiva, tanto de agricultores quanto de técnicos, pois através dela busca-se discutir as questões problemáticas, permitindo que os atores possam socializar suas experiências dentro do grupo. Nesse processo, os assessores das ONG's junto com as organizações de agricultores desempenham um papel fundamental, apoiando e viabilizando os encontros que tratam dos problemas relacionados ao desenvolvimento local.

Em vários momentos, são discutidas, definidas e avaliadas coletivamente quais são as ações que estão efetivamente integradas às dinâmicas locais, onde os agricultores familiares envolvidos têm a oportunidade de realizarem a avaliação e o controle das atividades desenvolvidas pelas duas organizações. Os exemplos são os encontros em âmbito estadual e nacional de Agroecologia; neles são apresentados os resultados dos

trabalhos pelos próprios agricultores que além de socializar as suas experiências fazem uma avaliação dos trabalhos das ONG's³².

São promovidos também os encontros regionais que debatem os problemas e os projetos das comunidades de agricultores. A realização de eventos periódicos de âmbito local em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Associações de Agricultores tem por objetivo avaliar e definir quais são as atividades prioritárias e as respectivas estratégias de sua implementação. Numa abrangência estadual tem-se apoiado na Articulação do Semi-Árido / ASA-PB que, mesmo sendo apenas uma rede sem personalidade jurídica, desempenha concretamente um papel de avaliação das ações, dos atores e das instituições dela pertencentes, dentre elas a AS-PTA e o PATAC.

Portanto, é localmente e através de um diálogo aberto que agricultores e técnicos procuram o aprimoramento das suas atividades, uma vez que, na estratégia utilizada pela AS-PTA e pelo PATAC, não existe uma separação entre as atividades dos técnicos e dos agricultores, pois elas são integradas e interdependentes. A realização dessas reuniões envolvendo as comunidades de agricultores tem sido fundamental, pois é nesse nível que o processo de diagnóstico, planejamento e avaliação tem se mostrado mais dinâmico, produzindo melhores resultados.

O uso de estratégias metodológicas participativas que facilitam o diálogo vem se mostrando um instrumento eficaz para planejar e avaliar, conjuntamente com as famílias de agricultores, quais são os resultados concretos das ações desenvolvidas, oportunidade em que os agricultores expõem livremente os seus projetos e desejos. A partir do estabelecimento dessa relação de compromisso, tanto os técnicos quanto os agricultores mostram-se mais dispostos em trabalhar de maneira mais integrada e harmônica.

³² A AS-PTA junto com a UFPE está criando um programa chamado *AGROECOLOGIA EM REDE* com o objetivo de dar maior credibilidade às experiências de inovação agroecológica da agricultura familiar e fortalecer as relações entre elas. A idéia é oferecer informações sobre um conjunto de organizações do Nordeste que atuam no campo agroecológico.

O processo de avaliação desenvolvido pelas duas instituições envolve técnicos, gestores e agricultores dentro de um aprendizado mútuo, principalmente no campo das estratégias metodológicas utilizadas na promoção da agricultura familiar. Tem-se buscado realizar a avaliação de acordo com a temática, tentando conciliar a cobrança de dados quantitativos mais precisos, com elementos mais qualitativos e que atendam à demanda como parte de uma dinâmica local de cada comunidade.

A avaliação vem se caracterizando por uma conjugação de diferentes metodologias, de forma a fazer face às demandas dos diferentes atores e dos processos em curso. O objetivo é produzir informações suficientes para alimentar tanto o processo de avaliação quanto o planejamento das ações junto com os agricultores.

5.4.4 – A participação dos agricultores

Promover o desenvolvimento sustentável de maneira participativa não é uma tarefa fácil. A simples presença física dos agricultores não garante a participação e nem o deslocamento do poder de decisão para eles, especialmente, no caso do meio rural brasileiro, sobretudo nas regiões mais distantes e pobres onde, historicamente, tem predominado ações assistencialistas e a troca de favores entre os grupos dominantes e dominados. A igreja, os políticos, os coronéis e os latifundiários criaram ao longo do tempo uma cultura da dependência que vem perpetuando as desigualdades econômicas, sociais e políticas. Os agricultores familiares e suas representações sempre viveram nessa cultura da subalternidade, interagindo com esses mediadores, buscando obter apoio para viabilizar a sua sobrevivência.

Um dos maiores desafios das ONG's estudadas tem sido o de trabalhar com os agricultores procurando alterar estas relações autoritárias e criar outras relações mais democráticas e participativas. Assim, a estratégia desenvolvida tem sido a criação de uma cultura da participação que permite valorizar as experiências e os projetos dos próprios agricultores; nesta perspectiva, não são as técnicas que ocupam o centro das experiências,

mas o agricultor, a fim de fortalecer o seu poder e a sua própria capacidade de promover ações de desenvolvimento.

Entretanto, para se ter uma participação efetiva, faz-se necessário promover a descentralização das decisões para permitir o exercício do poder entre os diferentes atores envolvidos nos processos de desenvolvimento. Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos pelos técnicos das duas ONG's não buscam apenas uma abordagem instrumental da participação, onde se utilizam as técnicas e dinâmicas de grupo para facilitar o diálogo, mas objetiva-se incorporar a participação como princípio e meio para a promoção do desenvolvimento.

A ausência da prática democrática é uma realidade tanto no mundo urbano quanto no rural brasileiro. A dificuldade de promover o desenvolvimento verdadeiramente participativo é uma realidade concreta na região do Semi-Árido, pois não existe uma cultura política que valorize o desenvolvimento participativo. Daí que as estratégias desenvolvidas pelas duas organizações têm por objetivo o fortalecimento das capacidades dos agricultores e de suas organizações em promoverem ações mais autônomas, buscando a valorização dos atores e resgatando a sua auto-estima.

A participação é uma necessidade dos agricultores, embora esta necessidade não garanta o "saber participar". A participação é uma habilidade que se aprende e se aprimora. Por exemplo, nas visitas de intercâmbio, são os produtores que dão as explicações. Nesse sentido, as duas ONG's procuram desenvolver suas ações de maneira participativa, utilizando-se do diálogo e da socialização das informações.

A maior força da participação é o diálogo, que se torna mais verdadeiro quando as pessoas envolvidas, mesmo não sendo idênticas, desejam igualar-se. No caso dessas duas ONG's verificou-se que existe esse desejo de nivelamento entre os técnicos e os agricultores; mesmo conscientes das dificuldades de aproximação desses dois mundos, existe uma disposição de ambos para socializar as experiências e as informações sem maiores cobranças.

5.5 – As dificuldades das experiências

As experiências da AS-PTA e do PATAC na região da Paraíba mostram que a participação dos agricultores é a questão chave para o sucesso dos projetos de desenvolvimento sustentável, mas o desafio maior é adotar a participação enquanto princípio e direito dos agricultores.

As relações entre os técnicos e os agricultores atendidos pelas ONG's não são totalmente tranqüilas — mas existem tensões e conflitos que exigem muito diálogo. Uma primeira dificuldade observada foi que alguns dos agricultores experimentadores acabam formando uma certa “elite” que distancia dos outros agricultores. Tal fato ocorre porque, ao adquirirem uma boa capacitação, eles passam a serem chamados como instrutores inclusive fora do município e mesmo do Estado. Isto poderia causar uma certa fratura na comunidade em vez de fortalecê-la, o que seria o objetivo. A solução encaminhada na última reunião de avaliação foi de passar a ter uma atenção especial buscando resolver esse problema. Uma outra dificuldade observada é que alguns deles estão ficando muito dependentes das atividades promovidas pelas ONG's, quando isso ocorre, eles começam a deixarem as suas atividades de agricultores numa escala secundária de prioridade, afetando negativamente o seu desempenho. Isso ocorre principalmente com aqueles agricultores que não têm nenhum outro membro na família que possa substituí-lo em suas ausências.

As experiências também evidenciam que as relações de poder dentro de um processo de desenvolvimento não são estáveis e se alteram em função do jogo de interesses dos atores envolvidos. A imersão dos técnicos das ONG's dentro de uma comunidade normalmente altera essas relações e cria um campo de conflito, como no caso da EMATER-PB, mas dentro da perspectiva de Simmel (1983), o conflito tem uma significação sociológica não apenas para as partes entre si, mas também para a estrutura interna de cada uma. Para Simmel o conflito tem a sua positividade e, por isso, gera mudanças e adaptações internas nas relações entre as pessoas.

Um outro limite observado foi uma deficiência na capacitação dos técnicos das ONG's. Falta uma definição mais consistente de quais as demandas e os programas para a capacitação. As atividades desenvolvidas pelas organizações exigem muito tempo dos técnicos dificultando o processo de reflexão. Embora se reconheça que o próprio trabalho de assessoria é um processo de capacitação em trabalho, faltam condições para os técnicos buscarem um aprofundamento das questões consideradas ainda limitantes, como é o caso das teorias e experiências da agroecologia. Os técnicos das duas organizações reconhecem que, mesmo obtendo muito sucesso no trabalho, é necessário avançar mais no sentido da reflexão de suas próprias ações.

Outra dificuldade dentro dessas experiências das ONG's tem sido a falta de apoio institucional das Universidades. Elas não vêm reconhecendo e valorizando o trabalho de extensão desenvolvido por uma minoria de professores que assessoram os processos de desenvolvimento local. Um exemplo da ausência de apoio manifesta-se através da Gratificação Estímulo a Docência — GED, que não estabelece pontuação para essas atividades, mas que tem priorizado outras atividades de caráter mais acadêmico que, na maioria das vezes, não contribuem na solução dos problemas do desenvolvimento local. É um diálogo difícil com as instituições devido à natureza do trabalho. Os compromissos são mais pessoais que institucionais. Além disso, existem os vícios institucionais que dificultam o diálogo. Um reflexo disso é o caso da Universidade Federal em Areia (Centro de Ciências Agrárias). Embora, situada no meio do Brejo onde trabalha a AS-PTA, dificilmente se consegue uma contribuição mais significativa. Os sindicatos do Pólo deveriam cobrar politicamente uma interação para que a Universidade contribuísse com os processos locais, respondendo a necessidades e bandeiras dos agricultores. Daí o desafio de se avançar na reflexão metodológica para colocar a pesquisa dentro da dinâmica dos agricultores.

A falta de parceria entre as ONG's e as agências oficiais de ATER para a promoção do desenvolvimento rural na Paraíba, tem influenciado na redução da capacidade de socialização das experiências bem sucedidas, pois uma melhor relação entre a empresa de assistência técnica e extensão rural — EMATER-PB e as ONG's estudadas, poderia

facilitar a divulgação tanto das metodologias quanto das próprias experiências desenvolvidas pelos agricultores.

Um dos limites do trabalho das ONG's foi apontado por alguns técnicos do serviço de assistência técnica da EMATER-PB. Para eles, o PATAC e a AS-PTA obtêm melhores resultados porque eles atuam desenvolvendo ações de forma muito localizada em pequenas comunidades e micro-regiões. Além disso, esses técnicos vêem as respectivas ONG's numa posição privilegiada, pois elas não respondem pelas ações dos governos e, por isso tem maior credibilidade junto aos agricultores. Entretanto, essa observação chama a atenção também para que reconheçamos o grande peso para esses técnicos, no sentido de serem responsabilizados pelas ações de governo, que na maioria dos casos, estão em descompassos com os desejos e interesses dos agricultores familiares da Paraíba.

O desafio será constante para as duas ONG's estudadas no sentido de promoverem suas ações visando atingir a autonomia dos agricultores conforme é preconizado em seus objetivos. A atuação dos técnicos junto às comunidades durante muito tempo também pode causar dependência como no caso dos agricultores experimentadores do PATAC em Soledade e da AS-PTA em Lagoa Seca, Solânea e Remígio.

Outro problema também enfrentado pelas ONG's estudadas é a falta de perspectiva de longo prazo para seus técnicos, visto que os contratos de trabalho dependem do apoio dos financiadores aos projetos, mas esta insegurança tem também um aspecto positivo que exige uma busca constante para um melhor desempenho e qualificação, ao contrário de alguns técnicos da EMATER-PB que, por terem a estabilidade de emprego, estão a mais de 20 anos sem melhorar o seu desempenho e sem participar de nenhuma forma consistente de capacitação.

A pesquisa mostrou que a AS-PTA tem se mantida numa certa desconfiança em relação à entrada de novos agentes externos junto às comunidades de agricultores por elas assessoradas, o que pode impedir a criação de outros relacionamentos externos dos agricultores. A precaução se justifica pelo longo tempo de investimentos realizados pela

organização na viabilização das dinâmicas e mobilização das comunidades, visto que a entrada de outros agentes mal preparados, de maneira não planejada, pode desestruturar e prejudicar o andamento dos trabalhos.

Outro limite verificado na pesquisa é a forma como vem sendo implementada a abordagem agroecológica como uma alternativa única para a promoção da agricultura familiar pelo PATAC e, em especial pela AS-PTA. Isto implica que, mesmo reconhecendo a importância da agroecologia como uma corrente teórica importante que se contrapõe ao modelo produtivista da revolução verde, talvez venha ser necessária a adoção de uma postura mais crítica conforme nos recomenda SANTOS, (1989). Devemos lembrar também que a agricultura familiar traz consigo a diversidade e a pluralidade, conforme nos mostra LAMARCHE (1993). Nesse caso, poderá ser importante uma atitude de maior prudência das ONG,s abrindo mais espaços para os questionamentos — internos e externos — do modelo teórico-metodológico centrado na agroecologia.

5.6 - Conclusão: os resultados das experiências

Os agricultores pesquisados reconhecem o trabalho desenvolvido pela AS-PTA e pelo PATAC como sendo de boa qualidade e voltado aos seus interesses. Eles manifestam a sua satisfação em desenvolver as atividades em conjunto com as referidas ONG's, em especial as experiências com os agricultores experimentadores e o apoio às suas dinâmicas locais de organização, que nos ajuda na aquisição de uma maior consciência e capacidade de ação política.

Na pesquisa de campo os agricultores elogiaram a postura dos técnicos no sentido de valorizar os seus saberes tradicionais, os quais procuram aprender também com as experiências desenvolvidas por eles. Desse modo, observou-se que os técnicos das duas ONG's não utilizam a prática de impor o seu saber de forma hierárquica e vertical, pois seria totalmente contraditório com seus princípios e os desejos dos agricultores por eles atendidos. Os trabalhos são desenvolvidos pelos técnicos de forma democrática, respeitando os projetos e as lógicas dos agricultores; com isso se construiu uma relação

recíproca de confiança e de compromisso entre agricultores e técnicos, fazendo com que os resultados das ações sejam reconhecidos, pois atendem aos interesses dos primeiros. Conforme foi mostrado, existe uma enorme diferença entre as formas e os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelas duas ONG's em comparação com os da EMATER-PB.

As duas ONG's estudadas procuram promover o desenvolvimento sustentável, concentrando estrategicamente suas ações em áreas temáticas específicas, tais como: recursos hídricos, produção animal, banco de sementes, cultivos ecológicos, sistemas agroflorestais, dentre outros, objetivando aglutinar os agricultores dentro desses grupos temáticos. Os técnicos demonstram satisfação e envolvimento com a promoção de ações não somente na área técnica, mas, concomitantemente, na área social, reforçando a organização dos agricultores nas associações, nos sindicatos da região do Pólo da Borborema e nos Conselhos de Desenvolvimento Rural.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que os assessores das ONG's são identificados pelos agricultores como parceiros, fazendo com que se eleve o grau de confiança e de respeito entre eles. As relações estabelecidas são horizontais e o papel do técnico é o de apoiar para que as ações que já estão sendo desenvolvidas pelos agricultores aconteçam de maneira aprimorada e satisfatória. A postura dos técnicos nesse tipo de trabalho de assessoria tem sido no sentido de relativizar a importância do saber científico, buscando uma interação mais estreita com o conhecimento dos agricultores.

O trabalho é desenvolvido valorizando a organização dos agricultores e criando uma maior articulação entre as demais organizações promotoras do desenvolvimento local. Essa estratégia de ação vem contribuindo para a estruturação e consolidação da rede Articulação do Semi-árido da Paraíba / ASA-PB.

Durante o acompanhamento das dinâmicas, verificou-se que a estratégia de trabalho adotada pelas ONG's aqui estudadas tem sido a de promover ações a partir daquilo que já esteja sendo realizado pelos agricultores, valorizando e socializando as experiências bem sucedidas. No caso dos agricultores experimentadores, os técnicos planejam junto com eles

o que será promovido em termos de novas experiências e visitas de intercâmbio procurando sempre envolver novos agricultores. Assim, pelo fato do protagonista da ação ser um agricultor, a socialização das inovações tecnológicas tem sido facilitada, dentro de um processo mais adaptado à realidade da agricultura familiar, inclusive do ponto de vista da linguagem simples usada pelos agricultores no processo de comunicação.

Embora existam dificuldades e limitações do uso desses princípios metodológicos participativos, principalmente numa região como a do semi-árido do Nordeste, onde houve historicamente um predomínio de uma cultura política da dominação e onde se desenvolveram inúmeras ações que levaram à dependência e à subordinação dos agricultores familiares, os casos aqui estudados, verifica-se que as práticas participativas utilizadas pelas duas ONG's vão no sentido contrário das tradicionais ações desenvolvidas pelas instituições do Estado, que sempre promoveram ações assistencialistas junto aos agricultores familiares.

Promover um desenvolvimento cujos agricultores sejam os sujeitos é uma tarefa muito trabalhosa e complexa, e as experiências do PATAC e da AS-PTA são as testemunhas dessas dificuldades. Apesar disso, as referidas experiências são também provas concretas dessa possibilidade de transformar os atuais serviços de assistência técnica num outro tipo de assessoria que atenda efetivamente aos interesses dos agricultores familiares.

As estratégias de trabalho desenvolvidas pelas duas ONG's baseadas no princípio da participação, exigem mais dedicação e compromisso dos técnicos, inclusive em muitos finais de semana. Assim, há uma maior flexibilidade em termos de cronograma e horário de trabalho, que dificilmente se consegue em instituições públicas de ATER. Observa-se que devido ao fato de essas ONG's poderem adotar estratégias e regimes flexíveis, elas acabam atendendo melhor aos interesses dos agricultores familiares que, normalmente, têm mais disponibilidade de tempo para reuniões de trabalho em fins de semana.

A busca da participação dos agricultores em suas comunidades tem sido um instrumento de formação importante na região do Pólo sindical da Borborema. A

valorização desse exercício de participação nos sindicatos e associações tem mostrado resultados concretos em termos de criação de uma aliança confiável entre os técnicos das ONG's e os agricultores. O exemplo dos agricultores experimentadores mostra que, além de produzir conhecimentos úteis para solucionar os problemas das comunidades, há também uma formação em termos da prática da participação que fortalece os sindicatos e a democracia participativa. A partir daí os agricultores estão se mostrando mais preparados e ousados para interagir, procurando influenciar nas políticas públicas.

Se a participação é um aprendizado, no caso das ações da AS-PTA e do PATAC junto aos agricultores o aprendizado tem sido muito relevante, pois através da promoção dessas ações os agricultores estão construindo o seu próprio futuro, rompendo com a passividade em acreditar que os mediadores ou o Estado solucionarão os seus problemas. Essas duas experiências mostram também que, quando a sociedade civil está atuante, ela pode propor alternativas para o desenvolvimento local, contribuindo para a melhoria das políticas públicas e para o aprimoramento das ações do Estado. Nesse caso, se busca não a substituição do Estado, mas apenas exercer um maior controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Capítulo 6

CONCLUSÕES

Condições para uma assistência técnica a serviço da agricultura familiar

Para a implantação de um outro serviço de assistência técnica para a agricultura familiar, existem algumas condições. Dentre elas podemos citar: a realização dos serviços com a participação dos agricultores e o uso de metodologias participativas, a construção de tecnologias adaptadas à realidade, o apoio à organização, a avaliação como um processo de aprendizagem coletiva.

a) A participação dos agricultores e o uso de metodologias participativas

Na implementação de um outro serviço de assistência técnica e social, faz-se necessária a adoção do princípio de que os destinatários dos subsídios públicos que pagam e recebem esses serviços são os próprios agricultores e suas organizações. Os agricultores familiares têm o direito de ter suas necessidades atendidas, e para isso eles poderão participar, assumindo o compromisso e a responsabilidade de colaborar ativamente com o serviço, de modo a empregar corretamente esses recursos. São recursos de natureza pública e sua gestão tem de ser transparente, devendo envolver todos os parceiros: quem outorga (Estado), quem usa (os agricultores) e quem contribui com suas capacidades operacionais e técnicas (as organizações de profissionais, empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, etc.).

Ao contrário dos modelos tradicionais de assistência técnica e extensão rural, em que os serviços públicos oficiais definem, unilateralmente, seu planejamento, suas metodologias, metas e estratégias de ação, um outro serviço de assistência técnica e social terá por princípio que os agricultores são os protagonistas dos projetos de desenvolvimento; assim, eles participarão diretamente, através de suas representações, de todas as etapas dos serviços de assistência. Por isso, os agricultores precisam ajudar na elaboração dos diagnósticos e, concomitantemente, participar da definição das ações necessárias para definir, junto com os

técnicos, as atividades a serem realizadas dentro de um determinado período; participar da construção das tecnologias a serem utilizadas e da promoção das atividades necessárias; aprovar os relatórios e as metodologias de trabalhos utilizadas e, principalmente, participar do processo de avaliação dos resultados obtidos em cada etapa.

A adoção de metodologias participativas favorece a criação de uma boa relação entre o técnico e o agricultor, em que o técnico reconhece o potencial e o saber dos agricultores familiares para construir seus próprios projetos de desenvolvimento. O papel do técnico é o de ser um facilitador, fazendo com que os agricultores desenvolvam sua capacidade de autonomia para enfrentar a realidade de forma crítica e como sujeitos ativos.

Entre os princípios metodológicos participativos devem ser destacados: o caráter mobilizador das metodologias, a abordagem do meio rural como algo dinâmico e em constante transformação, o enfoque sistêmico, a busca de compreender as lógicas e as estratégias da agricultura familiar.

Portanto, será necessário alterar o perfil da formação dos técnicos nas universidades brasileiras e nas escolas técnicas, pois a agricultura familiar exige profissionais com uma formação mais sistêmica, que saibam exercer a interdisciplinaridade e tenham sólido conhecimento dos modelos de desenvolvimento sustentável, bem como um grande domínio das técnicas dos processos educacionais construtivistas que promovam a participação efetiva dos agricultores.

Terminaremos este item citando José Graziano da Silva (2001:25):

“Na minha opinião, é na participação das populações locais que reside uma das questões fundamentais das políticas públicas hoje no Brasil. Essa questão é geralmente negligenciada nos diagnósticos governamentais (...). É preciso (...) reconhecer que, depois de séculos de regimes autoritários, nem a sociedade, nem os governos federal, estadual e municipal estão acostumados à “prática da consertação”, ou seja, de processos participativos que tenham por objetivo formar consensos – condição

necessária (mas não suficiente) para que as políticas públicas sejam bem sucedidas.”

“É justamente nesse processo de participação que reside, a nosso juízo, a alternativa que nos parece mais interessante do ponto de vista de se ampliar a democratização da gestão pública, ou seja, ações político-institucionais que permitam a renovação do processo decisório, de forma a combinar mecanismos tradicionais da democracia representativa com novas formas de participação direta.” (ibid: 37)

b) A construção social de tecnologias adaptadas à realidade

Outro ponto de ruptura entre os modelos tradicionais de extensão e o outro serviço de assistência técnica e social se refere ao tipo de tecnologia a ser promovida. O modelo tradicional mantém uma relação vertical do técnico com o agricultor, usando os pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, que vêm revelando efeitos devastadores nos aspectos tecnológico, social, econômico e cultural. Um outro modelo de assistência poderá privilegiar o uso de tecnologias adaptadas a cada região, buscando a construção social de alternativas tecnológicas locais apropriadas à realidade dos agricultores familiares. Dessa maneira, os serviços de assistência técnica e social passarão a ser um poderoso instrumento pedagógico de formação que exige uma relação horizontal democrática entre o técnico e o agricultor, facilitando a troca de saberes.

No modelo alicerçado na agroecologia, as tecnologias estarão a serviço dos agricultores e da sociedade, com perspectiva social, econômica e ambiental. É importante ressaltar que só haverá uma agricultura eficiente se for orientada para o desenvolvimento sustentável. Além da sustentabilidade econômica, o meio ambiente precisa ser considerado como um componente chave da sustentabilidade numa visão mais ampla, daí porque a agroecologia produz uma importante matriz de análise e de intervenção nos agroecossistemas.

Nessa concepção da assistência técnica, faz-se necessário que se desenvolvam pesquisas multidisciplinares e que se implantem programas “*de baixo para cima*”, nos quais o agricultor não seja apenas um parceiro na produção de inovações, mas o piloto de um sistema técnico-econômico centrado na lógica da agricultura familiar, que tenha a família como centro das decisões.

c) O apoio à organização

Neste outro serviço de assistência técnica e social a ser promovido, faz-se necessário um forte apoio à organização dos agricultores, principalmente dentro do atual contexto de globalização da economia. Este incentivo é importante para ajudar a reduzir as restrições da economia de escala que tende, normalmente, a excluir os agricultores familiares, que não atingem o volume e a frequência requeridos para participar de forma competitiva nas disputas por políticas públicas e nos mercados de produtos e insumos.

Através da organização, esse outro serviço de assistência buscará produzir, junto com os agricultores, um diagnóstico das oportunidades de mercado dos produtos e, posteriormente, definir as alternativas técnicas e os produtos mais adequados à realidade dos agricultores familiares. Assim, o serviço de assistência poderá ajudar no diagnóstico das informações sobre os mercados dos produtos de origem familiar e planejar suas ações futuras junto com os agricultores, com base na demanda desses produtos pela sociedade.

As informações sobre os mercados não estão prontamente disponíveis nos escritórios dos serviços de assistência. Elas se encontram em cada local, sendo descobertas através da articulação entre os agentes locais. Por isso, exigirá uma interação cultural dos diversos atores do mercado com os agricultores e os técnicos, que normalmente tendem a concentrar sua atenção nos problemas exclusivos da produção.

Para isso se faz necessário introduzir outras áreas de formação nos serviços de assistência técnica e social. Além dos profissionais das ciências agrárias, precisa-se de: engenheiros, advogados, cientistas sociais, contadores, administradores, economistas, entre

outros, que possam ajudar na consolidação das organizações de produtores, para que estas passem a contar com serviços especializados em ajudar os agricultores na gestão de seus próprios empreendimentos.

d) A avaliação como um processo de aprendizagem coletiva

Os modelos tradicionais de assistência técnica eram avaliados por indicadores de desempenho quantitativo, tais como número: de visitas por agricultor ao ano; de reuniões e palestras realizadas; de atendimentos aos grupos de agricultores; de projetos elaborados, de Unidades Demonstrativas; Dias de Campo; novas variedades e raças introduzidas, etc.

Um outro serviço de assistência técnica e social poderá ser avaliado em função de seus resultados. A avaliação funcionará como um processo de aprendizagem coletiva e envolverá todos os atores, sendo importante para corrigir o que não está funcionando bem, e para estimular aquilo que se está realizando adequadamente. Além disso, avaliar é um procedimento fundamental para que os serviços de assistência técnica e social se comuniquem com a sociedade de maneira a buscar legitimidade; isto posteriormente pode vir a se traduzir em aumento de recursos financeiros e apoio político.

Entretanto, avaliar serviços de assistência técnica e social não é uma tarefa fácil, pois frequentemente os resultados da produção da agricultura familiar são determinados por fatores aleatórios (clima, preços, dinâmicas sociais e biológicas, dentre outros) que não podem ser controlados pelos técnicos nem pelos agricultores; além disso, existem diversas outras dificuldades metodológicas, de escolhas dos indicadores e processos, que precisam ser enfrentadas.

Os agricultores nem sempre possuem uma organização estruturada; nem sempre têm uma proposta bem definida de quais resultados eles querem alcançar em termos do desenvolvimento social. A redução do valor da avaliação quantitativa e a implementação de uma outra avaliação qualitativa poderão ser importantes para desburocratizar e simplificar as relações entre todos os atores envolvidos, evitando os complexos processos de obtenção de

informações que, na maioria das vezes, têm apenas um valor burocrático e nunca são realmente utilizadas como instrumentos de gestão.

Em conclusão, considerando os estudos de caso aqui apresentados, verifica-se que a assistência técnica e social desenvolvida pelo PATAC e pela AS-PTA está alicerçada na agroecologia, visando promover o desenvolvimento endógeno, potencializando o uso de meios disponíveis localmente e baseando-se sobre as características econômicas, culturais, sociais e políticas das comunidades. Para atingir seus objetivos, as estratégias de desenvolvimento do PATAC e da AS-PTA possuem uma orientação “pluridimensional” que inclui os desejos e necessidades de mudanças econômicas, ao mesmo tempo em que procura elevar as condições de segurança alimentar (inclusive água), melhores níveis de educação, de saúde, de bem-estar, contribuindo para a introdução de uma maior equidade social e sustentabilidade ambiental da agricultura familiar.

Portanto, se conclui que, ao contrário da alternativa baseada na “Revolução Duplamente Verde”, parece mais adequado à realidade da agricultura familiar que os serviços de assistência técnica e extensão rural passem a adotar a perspectiva da agroecologia. As experiências do PATAC e da AS-PTA mostram que o trabalho pode ser realizado em conjunto com os agricultores, fazendo uso dos conhecimentos já disponíveis entre eles.

A assistência técnica e extensão rural agroecológica poderá ser adotada como uma importante forma de ação do Estado em estratégias de desenvolvimento rural. Entretanto, esse outro modelo exigirá mudanças nas práticas atuais dos serviços oficiais, tais como: uma maior imersão dos técnicos na realidade local; o resgate do conhecimento tradicional dos agricultores; a prática da participação como direito dos atores envolvidos; um processo de avaliação como uma aprendizagem coletiva; um mecanismo de sistematização e troca de experiências entre os atores; o controle descentralizado de gestão social, envolvendo os agricultores e o Estado. Tal modelo deve estimular o diálogo e a cooperação entre o setor público, os movimentos sociais e as ONGs, a realização de um planejamento e avaliação comum entre técnicos e agricultores, considerando as características locais e adotando a

perspectiva de médio e longo prazo, através de uma participação efetiva e promoção da integração de metas de produção agrícola com os aspectos sociais, ambientais, culturais e políticos do desenvolvimento sustentável.

Em relação às metodologias, o modelo da extensão rural agroecológica procura apoiar as próprias iniciativas dos agricultores e estimular a participação como um direito em relação ao controle social sobre a ação da extensão rural e de suas estruturas. Assim, neste outro modelo, a agricultura sustentável é entendida como uma construção social e os papéis dos técnicos são alterados, no sentido de serem mais facilitadores e mobilizadores do que transmissores do saber técnico-científico. Na agroecologia a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo — DRP — é uma adequada ferramenta que pode ser usada para valorizar o papel dos agricultores envolvidos, além de permitir uma apropriação do modelo analítico e das informações pelas próprias comunidades.

Por um lado, verifica-se que, atualmente, já existe uma intensa produção acadêmica sobre agroecologia e que as orientações daí resultantes têm sido muito positivas, porque a referência à agroecologia fornece a idéia e a expectativa de uma outra agricultura, capaz de fazer bem aos homens, afastando-os da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica. Por outro lado, deve também se desenvolver uma postura muito crítica e questionadora no que diz respeito ao uso da agroecologia como o único meio de solucionar todos os problemas dos agricultores familiares. As alternativas, quando tratadas como únicas e unidirecionais, podem causar redução analítica dos verdadeiros problemas que, às vezes, podem ser mais complexos, como é o caso da realidade da agricultura familiar brasileira. Neste sentido, questionam-se as instituições e os atores que trabalham promovendo a experiência da agroecologia de maneira dogmática e salvadora.

A implantação de um outro serviço de assistência técnica e social poderá ter como um princípio geral o de apoiar as iniciativas locais que já estão sendo desenvolvidas ou em construção pelos agricultores familiares, incentivando e aperfeiçoando seus projetos. A

construção dessa outra proposta deverá ser integrada e articulada com as demais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, atualmente em elaboração pelo Estado brasileiro. Porém, a definição de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Social exigirá uma reflexão sobre o atual modelo de “desenvolvimento” agrícola brasileiro, no qual a agricultura familiar está inserida. Além disso, será necessária também a implementação de outras políticas públicas voltadas para as lógicas e interesses dos agricultores familiares, tais como as políticas de crédito, pesquisa, infra-estrutura, comercialização.

É altamente complexa a implementação de um programa de assistência técnica e social como uma tarefa incorporada às ações de desenvolvimento do Estado, e não a algo externo. Devido ao tamanho do Brasil e à complexidade das propostas atualmente em elaboração, serão exigidos grandes esforços de organização do Ministério do Desenvolvimento Agrário para levar à frente uma política consistente, visando à eliminação do caráter emergencial, como foi o caso da experiência do Projeto LUMIAR.

Será estratégica a adoção de uma política de qualificação dos recursos humanos do serviço de extensão rural oficial, com especial atenção para as metodologias participativas, pois existe uma grande deficiência desses técnicos no domínio desses métodos. Os programas de capacitação poderão conter diversos tipos de metodologias de dinâmica de grupo, construção coletiva de mapas, Diagnóstico Rápido Participativo, Diagrama de Venn e demais técnicas que favoreçam os processos participativos. Será importante a participação dos agricultores nos cursos de capacitação dirigidos aos serviços de assistência técnica e social, conforme as experiências positivas desenvolvidas nos programas de capacitação do LUMIAR, da AS-PTA e do PATAC.

A implementação de uma outra assistência técnica e social poderá se dar de maneira descentralizada e terceirizada integrando, entretanto, a manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social. A realização de encontros para a socialização das experiências poderá ser realizada com a participação efetiva dos atores envolvidos no programa de assistência técnica e social, visando envolver técnicos e agricultores

familiares. Os mecanismos de controle social são importantes, pois nenhum programa será totalmente perfeito, mas um sistema de avaliação eficiente poderá contribuir para o aperfeiçoamento permanente dos programas dirigidos à agricultura familiar³³.

A avaliação deverá ser periódica, como um processo de aprendizagem, buscando valorizar o diálogo e a troca de experiências entre os atores. Uma estratégia que tem demonstrado bons resultados é a promoção de visitas de intercâmbio, a realização de seminários, reuniões e fóruns envolvendo vários setores da sociedade civil. Essa avaliação tem que ser baseada na participação e no diálogo e não somente em mecanismos burocráticos de relatórios, como no caso da experiência do LUMIAR. O objetivo é a criação de um processo de aprendizagem coletiva, baseado em indicadores de processo.

O maior desafio será o de garantir as parcerias entre as múltiplas instituições nos diversos Estados e municípios para a implementação de um outro tipo de assistência técnica e social, em especial nas parcerias que envolvam os agentes e instituições governamentais que historicamente têm desempenhado um papel assistencialista. Desde o início, terá de ser despendido um esforço para buscar a participação efetiva dos diferentes segmentos representantes do Estado e dos agricultores. Os conflitos a respeito da participação dos agricultores como co-gestores foram o principal motivo da extinção da experiência do LUMIAR. Portanto, será necessária uma atenção dos gestores quanto ao processo de participação dos agricultores, pois é justamente nesse aspecto que deverão ocorrer as maiores dificuldades.

Será fundamental a redefinição das atribuições dos serviços de assistência técnica e social em relação a programas de financiamento da agricultura familiar. Poderá ser suprimido o papel de fiscalização dos créditos concedidos pelas agências financeiras como atividades dos técnicos, pois os agricultores familiares são capazes de participar de ações de

³³ Verifica-se que uma das principais deficiências das políticas públicas para a agricultura familiar reside na ausência de mecanismos mais adequados de avaliação. Os relatórios de avaliação geralmente são muito burocráticos, de baixa eficiência, além de não apontarem soluções dos problemas identificados. Um sistema voltado para o controle social pelo público beneficiário poderá ser implementado resultando em maior eficiência e controle. Um sistema de avaliação tem que oferecer elementos confiáveis para que os gestores e os atores promovam os ajustes necessários durante a realização das atividades.

desenvolvimento e de realizá-las, dentre elas a gestão dos empréstimos. Além disso, financiamentos para os agricultores familiares têm de ser desvinculados de propostas dispendiosas em termos de insumos agrícolas. A criação e implementação de outro tipo de apoio financeiro dirigido para a matriz tecnológica da agroecologia poderão produzir respostas mais adequadas às condições da agricultura familiar, pois através da agroecologia, busca-se valorizar o diálogo horizontal, procurando aumentar e incentivar a capacidade dos agricultores para que venham a construir seus próprios planos de desenvolvimento.

A implementação de programa de pesquisa e desenvolvimento poderá ser promovida, através da construção de parcerias entre os programas oficiais, as ONG's (como a AS-PTA e o PATAC, etc.) e outras instituições de pesquisa (EMBRAPA, empresas estaduais de pesquisa, Universidades), visando desenvolver alternativas tecnológicas adaptadas às condições dos agricultores familiares. Nesse sentido, a estratégia metodológica dos agricultores experimentadores é inovadora e se mostra compatível com os desejos dos agricultores familiares.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília, IICA, Relatório de Consultoria, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Desenvolvimento rural territorial e capital social*. In: SABOURIN, E. P.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: AMPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Uma nova extensão para a agricultura familiar* IN: - **anais do seminário nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: PNUD, 1997. 222p.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis, Brasília: CNPq, 1986, 156p.
- ALBALADEJO, Chistophe. *O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária*. In: HÉBETTE, J. & NAVEGANTES, Raul da Silva (org). **CAT- Ano Décimo: etnografia de uma utopia**. Belém-PA: UFPA, 2001. pp. 173-214.
- ALMEIDA, Jalcione. **A reconstrução social de uma nova agricultura**. Porto Alegre, UFRGS, 1999. 214p.
- ALMEIDA, Jalcione. NAVARRO, Zander, (Org.) **Reconstruindo a Agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, UFRGS, p. 123-143.
- ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, A. **Semente da paixão: estratégia comunitária para conservação de variedades locais**. Esperança: AS-PTA/ASA-PB, 2002.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. 110p.

- ASBRAER, CONTAG, et al. **Seminário Nacional de assistência técnica e extensão rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. Brasília: PNUD, 1997.
- ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS / AS-PTA. **Estratégia e natureza da AS-PTA**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1990, mimeo.
- ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS / AS-PTA. **Projeto Paraíba. Relatório de Atividades do ano de 1998**. Esperança: AS-PTA, 1999.
- ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS / AS-PTA. **Agricultores familiares do Agreste paraibano: o caso dos municípios de Solânea e Remígio**, Solânea-PB, 1997.
- AXINN, G.H. **Guía de los distintos enfoques de la extension**. Roma: FAO, 1993.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 145p.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para a psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BANCO MUNDIAL. *Capacitación para el desarrollo* In: **Informe sobre el desarrollo mundial**. Washington: Banco Mundial, 1995.
- BECKER, Howads S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2ª ed., São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994.
- BERGAMASSO, Sônia. M. P. P.; NORDER, Luiz Carlos Cabello. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, coleção primeiros passos, 1996. 87p.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1990.
- BIANCHINI, Walter. et al *Estratégias para o desenvolvimento rural*. In: **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. MDA/NEAD/CNDRS, Brasília: NEAD, 2001. pp. 71 – 107.
- BONNY, S. A. *Padronização tecnológica na agricultura: formas, origem e perspectivas a partir do caso francês*. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. vol. 10, nº 1/3, 1993.

- BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. 3ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**, ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- BOVÉ, José; FRANÇOIS, D. **O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra comida ruim**. São Paulo: Editora UNESP, 2001, 257p.
- BRANDENBURG, Aflio. **Agricultura familiar: ONG's e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999. 325p.
- BRASIL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO MAA. **Relatório de avaliação do Programa CONTACAP**. Recife, ASSOCENE, Fevereiro de 1997. 67p.
- BUTTEL, F. H. *Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar*. In: **Agricultura y Sociedad**, n. 74, marco, 1994, p. 9-37.
- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (org.) **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente e UNICAMP, 2000. (Volume 4).
- CAPORAL, F. R. **uma aproximação histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante**. Tese de doutorado, ISEC- Instituto de Sociología y Estudios Campesinos / Universidad de Córdoba – Espanha, 1998, 517p.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural*. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002. mimeo 5p.
- CAPORAL, R. F. **Sobre Extensão, Desenvolvimento Rural Sustentável e os riscos de (des)integração interinstitucional: aportes para o debate sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1996.

- CARNEIRO, Maria José Teixeira. *Ruralidade: novas identidades em construção*. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro (11): 53-75, out. 1998.
- CARVALHO, Maria Cecília (org) - **Construindo o saber: fundamentos e técnicas**; Ed. Papyrus, 1991.
- CASTORIADIS, Cornélius. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CHAMBERS, R. e et al. **Agricultores experimentadores e Pesquisa**. (Série agricultores na pesquisa, 1). Rio de Janeiro: PTA, 1989.
- CHAMBERS, R. **Rural development: Putting the last first**. Essex: Longman House, 1983.
- CHAMBERS, R. **Whose reality count? Putting the first last**. Londres: Intermediate Technology, 1997.
- CHAMBERS, R.; PACEY, A.; TRRUPP, L. A. **Farmer Fist: Farmer innovation and agricultural research**. London: Intermediate Technology Publicatinos, 1993.
- CHAYANOV, Alexander. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas*. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 133- 164.
- CIHEAM - Centre International de Hautes Etudes Agronomiques et Mediterranée. **La vulgarisation, composante du développement agricole et rural**. In: Revista CAHIERS, Paris: ed. Plaza, número especial - 04, vol. 2, 1994.
- CONCRAB. **Organização do negócio agrícola: uma metodologia para elevar a renda dos assentamentos**. Impresso, 5p. Fev. 1997.
- CRISTOVÃO, A. *Mudam-se os tempos, ... Mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de integração entre investigadores, extensionistas e agricultores*. In: **Vida Rural**, Portugal, 1997.
- D'INCAO, Maria da Conceição; ROY, Gerard. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- DUFUMIER, M.; COUTO, V. A. *Neoprodutivismo* In: **Caderno CRH**, Salvador, nº 28, jan./jun. 1998, p.81-111.
- DUQUE, Ghislaine; ARAUJO, Maria da G. B. **Fome Zero, Sede Zero: um velho desafio para a agricultura familiar do semi-árido**. Relatório do testemunho do PATAC, Mimeo, 2003, 14p.
- DUQUE, Ghislaine; CIRNE, M. N. Ramalho. *Pobreza rural no Nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social*. In: Ferreira e Brandeburg (org.) **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p.131-146.
- DUQUE, Ghislaine; OLIVERIA, M.S. L. **A experiência da ASA/PB com os fundos rotativos solidários**. 2003. 7p. (mimeo)
- DUROUSSET, Eric. **A qui profitent les actions de développement?: La parole confisquée des petits paysans**. Paris: L'Harmattar; collection recherches et documents / Amérique Latine, 2001.
- ECHENIQUE. O. S. **Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica agrícola no Brasil: Uma análise do Projeto LUMIAR e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Relatório de consultoria. Brasília, Convênio FAO/INCRA, 1998. mimeo.
- EMATER / EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA PARAÍBA. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER/2000-2002**. Cabedelo-PB, 2000.
- EMATER / EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **EMATER: perfil atual e sugestões para uma nova forma de atuação no Estado da Paraíba**. Cabedelo: SINTER/DIRETORIA, Maio 2003, 12p. (mimeo).
- EMBRATER. **O Governo Federal e a assistência técnica e a extensão rural na década de 90: uma proposta de atuação**. Brasília-DF: EMBRATER, 1990.
- FAO – **Educación Agrícola Superior: La urgência el cambio**. (Série Desarrollo Rural) Santiago/Chile: Oficina Regional de la FAO para América Latina Y el Caribe. 1993.

- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Globo, 2001. 913p.
- FERREIRA, Angela. D. Damaceno. *Agricultores Agroindústrias: Estratégias, Adaptações e Conflitos*. IN: **Agricultura Familiar**. Revista ABRA, nº 25, Mai./Dez., 1995, p. 86-127.
- FERREIRA, Ângela; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. 275p.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo, Edições Loyola, 1985, 192p.
- FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 339p.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**, 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FREITAS, M. L. **Conceito de extensão rural e perfil do extensionista para o Estado do Rio Grande do Norte – um estudo Dêlfico**. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria –RS, 1990. 119p.
- GIDDENS, Anthony - **Conseqüências da modernidade**. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

- GONÇALO, José Evaldo. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Ed. Plano, 2001.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/ SDR/ EMATER-CE. **Novo Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores do Estado do Ceará**. Fortaleza: Outubro de 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982,
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2ª ed. Ver. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção Pesquisa -1)
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?* In: **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/NEAD/CNDRS, 2001, pp. 5-54.
- GRIFFON, Michel. **A Revolução Duplamente Verde: modelos e realidades**, 1999 (mimeo)
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos**. Mimeo. s/d
- GUANZIROLLI, Carlos E.; CARDIN, Silvia. E. C. S. (Orgs.) **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000, 74p.
- GUIVANT, J. *Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável*. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. EMBRAPA, vol. 14, nº 3, setembro/dezembro, 1997.
- HABERMAS, Jurgen. *Técnica e ciência como ideologia*. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- HAYAMI, Y. & RUTTAM, V. W. - **Desenvolvimento Agrícola: teoria e Experiências Internacionais**. Brasília, EMBRAPA, 1988.

- HERVIEU, Bertrand. **Lês champs du futur**. Paris: Editions Julliard, 1994.
- HOCDE, H. **A lógica dos agricultores experimentadores: o caso da América Central**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999, (Série Metodologias Participativas - 2). 36p.
- INCRA/FAO. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento sustentável para a Pequena Produção Familiar**, Brasília, 1994.
- INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.
- INCRAa - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes do Projeto LUMIAR**. Diretoria de Assentamentos. Impresso, Brasília, Jan. 1997.
- INCRAb - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **A assistência técnica e extensão rural pública do Projeto LUMIAR, 1997**, Brasília. **Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar**. Brasília: PNUD, 1997, p.164-165.
- JOUVE, P. **A experimentação no meio camponês**. Tradução L. M. Grzybowski. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 29p.
- KAJEYAMA, Ângela et. al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. In: DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAMARCHE, Hugues. (coord.) **A agricultura familiar I: Comparação Internacional**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993, 348p.
- LEITE, Sergio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- LOPES PENA, Reinaldo. *Política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário*. In: Lima,

- Dalmo M. de Albuquerque e Wilkinson, John (organizadores). 2002. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq-Paralelo, 400p.
- LOPES, R. S. **Evolução Conceitual da Extensão Rural no Brasil**. Belo Horizonte/MG: ACAR, 1971.
- LUCENA, Roberto Marden. **Difusão de inovações na agricultura: o caso do dia de campo no Estado da Paraíba**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba/ UFPB, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Campina Grande, 2000. 141p.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e saber. A trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.
- MARINHO, D. Nolasco; PEREIRA, Elvio Quirino et al. **Avaliação Exploratória do Projeto LUMIAR**. Brasília: FINATEC/UnB, 1998.
- MARTINE, George. *Fases e faces da modernização agrícola*. In: **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, nº 3, Ago. 1990.
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Caetés, 1987. 271 p.
- MARTINS, José de Souza. **A modernização dolorosa**, Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- MARTINS, José de Souza. **A questão agrária no Brasil e as condições e possibilidades da reforma agrária**. Brasília: Ed. INCRA, Março/ 2000.
- MASCAREÑO, Raquel Mendes Pinto. **A adoção de inovações tecnológicas entre os pequenos agricultores: uma análise psicossocial da extensão agrária na Paraíba**. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 1999. 192p.
- MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998, 165p.
- MAZOYER, M. L. **Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas**. Tradução Patrice Willaume. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 18p.

- MEDEIROS, Leonilde S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1990.
- MENDRAS, Henri. **La fin des paysan**. Paris: Badel, 1992.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – MMA. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar / PRONAF**, Brasília, Maio, 1996.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Política de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares**. Brasília: MDA/CNDRS 2000. 9p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar no Brasil – O Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000. 74p.
- MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA / INCRA **Projeto LUMIAR: Sistematizando uma avaliação conjuntural**. III Fórum de Reforma Agrária - GTRA/CRUB. Rio de Janeiro, Novembro de 1997.
- MOORE JR, Barrington. **Injustiça: as Bases Sociais da Obediência e da Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MOREIRA, J. Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, UFRRJ/CPDA, 1999, 204p.
- MOREIRA, J. Roberto; COSTA, L. Flávio de Carvalho (orgs). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, 316p.
- MOREIRA, José Roberto. **Cultura, política e extensão rural na contemporaneidade**. 2003, 20p. (mimeo)
- MOREIRA, Roberto José. *As metodologias da reforma agrária: o Censo e O Projeto LUMIAR*. IN: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, número: 08, Abril 1997, p.164-167.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1996.
- MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

- MUSSOI, Eros Marion. **Integración entre investigación y extensión agraria en un contexto da descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina – Brasil.** Córdoba (Espanha): Universidade de Córdoba, 1998. 420p. Tese de doutorado em agronomia – Programa de Agroecologia, Campesinato e História.
- NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** In: Revista de Estudos Avançados, São Paulo: USP, Vol. 16, nº 43, dez. 2001.
- NEVES, Delma Pessanha. *A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional.* IN: **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, Belém, 2001, 19p. (mimeo)
- NORGAARD, R. B. *A base epistemológica da Agroecologia.* In: ALTIERI, M. A. (Ed.) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura sustentável.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p. 42-48
- OLINGER, G. **Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil.** Florianópolis: Epagri, 1996.
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Avaliação ex ante do Projeto LUMIAR.** PCT INCRA/IICA. Brasília, 1997. 56p. mimeografado
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso.** Campinas: Pontes, 2000.
- OSBORNE, David. **Reinventando o Governo.** Editorial MH, 1995.
- PATAC- PROGRAMA DE APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS ÀS COMUNIDADES. **Relatório de Atividades ano 2000.** Puxinanã, PB, 21p. (mimeo)
- PETERSEN, P. & SILVEIRA, L. *Construção do conhecimento agroecológico: reflexões a partir da experiência da AS-PTA no Agreste da Paraíba.* In: SILVEIRA, Luciano; (Org.) **Agricultura familiar e agroecologia no Semi-árido: avanços a partir do agreste da Paraíba.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002, 353p.
- PETERSEN, Paulo; ROMANO, Jorge O. (Org.) **Abordagens participativas para o desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999, 144p.

- PROATER — PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.
Planejamento da EMATER- PB 2000-2002. Cabedelo-PB, 2000.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e Desenvolvimento. A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIASCOS, L. C. C. **Extensão para extensionistas.** Itabuna, CEPLAC, 1973, 69p.
- RIBEIRO, Jose Paulo. **A saga da extensão rural em Minas Gerais.** São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CCP/ EMATER, 2000, 270p.
- ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations: Fourth Edition,** New York: The Free Press, 1995.
- ROGERS, E. M. *Elementos da difusão de Inovações.* In: WHITING, G. E GUIMARÃES, L. L. **comunicação de novas idéias: pesquisas aplicáveis ao Brasil.** Rio de Janeiro/Guanabara: Ed. Financeiras S. A., 1969, p. 23-38.
- RÖLING, N. **Extension Science: information systems in agricultural development.** Cambridge, Cambridge University Press, 1988. 233p.
- RÖLING, N. & ENGEL. P. G. H. *The Development of the Concept of Agricultural knowledge Systems (AKIS): Implications for Extension.* IN: RIVERA, W. M. & GUSTAFSON, D. J. **Agricultural Extension: worldwide institutional evolution and forces for change.** New York: Elseiver. 1991, pp.125-137.
- ROMEIRO, A. R. *Agricultura e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos.* In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia,** Brasília: EMBRAPA, Vol. 7, nº 1/3, jan./dez., 1990, p. 149-158.
- SABOURIN, Eric. *Manejo da inovação na agricultura familiar do Agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento.* In: SILVEIRA, Luciano; (Org.) **Agricultura familiar e agroecologia no Semi-árido: avanços a partir do agreste da Paraíba.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002, p 177-200.
- SABOURIN, Eric. *Meio ambiente e sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido nordestino.* In: **Raízes – Revista de ciências sociais e econômicas.** Campina Grande-PB, UFPB/ Campus II, Ano XVIII, nº 20, novembro/99, pp. 132-143.

- SANCHEZ DE PUERTA, F. T. **Extensión Agraria e Desarrollo rural. Sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas.** Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, serie estudios, 1996. 551p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra do desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SCHERER-WARREN, Ilze. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999. 95p.
- SCHMIDT, Benício, MARINHO, Danilo N C e ROSA, Sueli L. Couto (Org). **Os assentamentos da reforma agrária no Brasil.** Brasília: Editora da UnB, 1998.
- SCHMITZ, H. *Projeto LUMIAR: alternativa de assistência técnica frente à proposta do Novo Mundo Rural.* In: **As Ciências Sociais: desafios do milênio.** (Organizadores) GICO, V. V., LINDOSO, J. A. S. & SOBRINHO, P. V. Natal, RN: EDUFRRN, 2001 pp. 337-371.
- SCHMITZ, H. *Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura.* In: SIMÕES, A; SILVA, L.M. S.; MARTINS, P.F. da S.; CASTELLANET., C (Orgs.). **Agricultura Familiar: métodos e experiências de Pesquisa - Desenvolvimento,** Belém, NEAF/CAP/UFPA/GRET, 2001. pp.39-95.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização; pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, UFRGS, 1999. 205 p.
- SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Tradução J. C. TEIXEIRA. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1995. 2007p.
- SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.) **Sobre Agricultores y Campesinos: estudios de sociología rural de España.** Madrid: MAPA, 1984.
- SEVILLA GUZMÁN, E. *“Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável”.* In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. **Reconstruindo a Agricultura:**

- Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, pp. 19-37.
- SEVILLA GUZMAN, E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (coordenadores). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid – Barcelona – México, 2000, 535p.
- SEVILLA GUZMÁN, E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (eds.): **Ecología, Campesinado e Historia.** Madrid: La Piqueta. 1993.
- SIDERSKY, P. R. & SILVEIRA, L. M. da. **Experimentar junto com os agricultores: a experiência da AS-PTA na Paraíba.** Esperança, AS-PTA. 2000. (mimeo)
- SILVEIRA, L. M. *Do diagnóstico a experimentação: uma intervenção para o desenvolvimento local no agreste da Paraíba.* In: **Seminário Internacional “Planejamento Territorial”.** Campina Grande: UFPB/CIRAD, setembro 1999. p 111-119.
- SIMMEL, Georg. *Sociabilidade um exemplo de sociologia pura ou formal.* In: E. M. Filho (org.) **Simmel,** São Paulo: Editora Ática, coleção os grandes cientistas sociais, 1983.
- SIMÕES, Aquiles & OLIVEIRA, Myriam Cyntia César. **O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar.** 23p. (mimeo)
- SIMÕES, Aquiles (org.) **Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa – desenvolvimento.** Belém: NEAF/CAP/UFPA: GRET, 2001.
- SOUZA, J. R. F. *“Pesquisa, Extensão Rural e o Agricultor: Envolvimento, Participação ou Intervenção? O Papel do profissional.”* IN: **Rev. Econômica do Nordeste,** vol. 26, nº 2, abril/junho de 1995, p. 205-238. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1995.
- SWANSON, B. E. **La extensión agrícola.** Manual de consulta. Roma: FAO, 1996.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1986.
- THOMPSON, J. (1988): *“Participatory Approaches in Government Bureaucracies: Facilitating Institutional Change”.* IN: BLACKBURN, J. & HOLLAND, J. (1998):

- Who Changes?: Institutionalizing participation in development.** London: Intermediate Technology Publications. pp. 108–117.
- TILLMANN, H. J. y otros **Agrónomos y Campesinos: Un intento de encuentro.** Lima/Peru: SEINPA. 1989.
- TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. *Experimentação e validação de tecnologias no meio rural: alguns elementos a partir da experiência de Massaroca (Juazeiro-BA).* In: **Novas perspectivas sobre a produção social na agricultura do Nordeste.** BARROS, H. de; NOVAES, A. M. (Orgs). Recife-PE: UFRPE, pp. 210-227.
- TRIGO, E. J. y KAIMOWITZ, D.: *“Investigación Agrícola y Transferencia de Tecnología en América Latina, en los años noventa”.* In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília: EMBRAPA, vol. 11, nº 1/3, 1994, pp.99-126.
- UMALI, D. L. & SCHWARTZ, L. **Public and Private Agricultural Extension: Beyond Traditional Frontiers..** Washington: World Bank. 1994, (World Bank Discussion Papers, 236).
- UNIJUI. *“Saber da Ciência & Saber do Povo”.* In: **Rev. Contexto & Educação,** ano 1, nº 1. Ijuí:Ed. UNIJUI, 1986.
- VEIGA, J. E. *“Agricultura Familiar e Sustentabilidade”.* In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília: EMBRAPA, 1996, vol. 13, nº 3. pp. 383-404
- VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento; natureza, território e agricultura.** Porto Alegre, UFRGS, 2000. 197p.
- VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica.** São Paulo, Editora Hucitec, 1991.
- VIEIRA, L. G. **Extensão Rural: origem, evolução, conceituação, filosofia e princípios.** Recife: Ed. UFPE, 1994.
- WANDERLEY, M. N. Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular de ator coletivo.* IN: **Estudos Sociedade e Agricultura,** CPDA, Rio de Janeiro. Out/ 2000, pp.87 – 145.

- WANDERLEY, M. N. Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo, UFPR, 1999, 406p.
- WANDERLEY, M. N. Baudel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. 1995. Mimeo.
- WANDERLEY, M. N. Baudel. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2, 2000, pp29-37.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.
- WEID, Jean Marc Von der. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONG's no Brasil**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 40p.
- WEID, Jean Marc Von der. *A trajetória projeto de tecnologias alternativas*. In: **Proposta**, Rio de Janeiro: PTA/FASE, nº 36, p 2-7, 1988.
- WEID, Jean Marc Von der. *Qual estratégia para o desenvolvimento rural?* In: SILVA, J. G.; WEID, J. M. V.; WALTER, B. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/NEAD/CNDRS, 2001, (Textos para Discussão nº 2), 110p.

ANEXO - I

Síntese cronológica da assistência técnica e extensão rural no Brasil

- 1948 – Instalam-se em São Paulo e Minas Gerais as primeiras experiências de extensão rural no Brasil. A experiência mineira, inspirada no modelo da Farm Security Administration, sob o patrocínio da American International Association (AIA) obtêm êxito. Define-se como filosofia de trabalho a promoção humana integral, apoiada no crédito rural supervisionado, dirigido aos pequenos produtores, objetivando melhorar as suas condições de vida, através do financiamento de um plano global de administração da propriedade e do lar.
- 1956 – Cria-se a ABCAR, uma associação privada, sem finalidade lucrativa, para coordenar as ações de extensão que já se espalhavam por diversas unidades da federação, seguindo o exemplo de Minas Gerais. Estrutura-se o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER).
- 1960 – Uma missão de avaliação formada por especialistas norte-americanos e brasileiros sugere medidas para a consolidação do SIBER. A ABCAR reformula a sua política de crédito, instituindo a modalidade de crédito rural orientado (CRO), especifica para financiar atividades agropecuárias. Elaboram-se o Primeiro Plano Diretor Quinquenal (1961-65) que registra o compromisso e a articulação do SIBER com as macropolíticas governamentais.
- 1961 – A ABCAR e suas filiadas estaduais são reconhecidas como órgãos de cooperação com o governo federal, ficando a União obrigada a contribuir com 60% dos custos dos serviços previstos pelo Plano Quinquenal.
- 1963 – O SIBER ajusta o seu Plano Diretor ao Plano Trienal do governo Goulart. O número de contratos de crédito rural orientado supera pela primeira vez o de crédito rural supervisionado, sinalizando uma tendência irreversível que se consolidaria

com a presença cada vez maior junto a médios e grandes produtores. Este fato marca o início da orientação difusionista produtivista do SIBER.

1965 – É instituído pelo governo militar o Sistema Nacional de Crédito Rural como peça fundamental para alterar o atraso relativo a agricultura em relação a indústria, apontado pelo Plano de Ação Governamental, 1964 – 66. O SIBER ficou incorporado a essa nova estratégia, modificando a sua filosofia de ação privilegiando mais o fomento à produção, incluindo os grandes empresários rurais entre a sua clientela preferencial.

1966 – O Decreto 58.382 delegou a ABCAR o exercício em nome do Ministério da Agricultura as ações de extensão rural no Brasil, através do convênio com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA). A esta autarquia coube formalmente orientar, coordenar e avaliar o programa desenvolvido pelo SIBER.

1967 – Um encontro nacional de supervisores regionais propõe o ajustamento da extensão rural aos objetivos do planejamento global para o desenvolvimento, dando novo enfoque à filosofia e a ação extensionista e questionando a linha de trabalho de bem-estar social e de economia doméstica.

1968 – Intensificam-se as ações de crédito rural para financiar o uso de insumos modernos requeridos pelo progresso técnico da agricultura. O crédito se torna um fim em si mesmo, sobrecarregando os extensionistas, em prejuízo da qualidade da assistência técnica. O Plano anual do SIBER para aquele ano rende-se à hegemonia do econômico, ficando em segundo plano as intervenções no campo social.

1969 – Com o afastamento da AIA da Junta Governativa da ABCAR declina a influência norte-americana no SIBER. A contrapartida é a maior presença do Estado na composição dessa junta que passa a ser presidida pelo ministro da agricultura. É instituída uma taxa sobre o valor dos contratos de crédito rural, a fim de remunerar os serviços de assistência técnica.

- 1971 – O SIBER passa a ser beneficiado com recursos de 10% do Fundo de participação dos Estados, sendo-lhe exigida a presença mais forte na execução dos programas especiais do governo como o PROTERRA, PRODOESTE e outros.
- 1973 – A substituição do Ministro Cirne Lima por Moura Cavalcanti, na pasta da Agricultura provoca desestabilização do SIBER. Reduzem-se drasticamente os recursos orçamentários da ABCAR, também esvaziada com a imposição de normas de gestão financeira, que subordinam as suas associadas estaduais diretamente ao Ministério da Agricultura.
- 1974 – É instituída a Comissão Nacional de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER), um órgão de vida efêmera que não chegou a exercer de fato a sua função que seria articular e compatibilizar as programações da EMBRAPA e da EMBRATER.
- 1975 – A EMBRATER é criada em substituição à ABCAR, ao mesmo tempo em que o SIBER se transforma em SIBRATER. A nova empresa centraliza o controle da ação extensionista no País, mantendo-se descentralizada a sua execução ao nível dos estados. Elege como prioridade a difusão de tecnologia agropecuária, por produto (lavoura ou criação), atuando preferencialmente junto a grandes e médios agricultores. Aos pequenos produtores rurais restou apenas um projeto promocional de abrangência geográfica limitada.
- 1980 – A crise econômica tem um efeito devastador no projeto de tecnificação acelerada da agricultura, via crédito subsidiado. A escassez de recursos para dar maior dinamismo à acumulação impõe o retorno à orientação humanista assistencialista da extensão rural, por determinação do Ministério da Agricultura. Os pequenos agricultores voltam a constituir a clientela preferencial do SIBRATER, ficando de fora os grandes proprietários.

- 1983 – Levantou-se, pela primeira vez, uma tendência da fusão entre EMBRAPA e EMBRATER, por sugestão de uma comissão da Secretaria do Planejamento da Presidência da República.
- 1985 – Assume a presidência da EMBRATER Romeu Padilha de Figueiredo que reafirma o compromisso de colocar o SIBRATER essencialmente voltado para os pequenos e médios agricultores, em consonância com as demandas do 4º Congresso da CONTAG e com as diretrizes do I PND da Nova República que tinham como objetivo o resgate da dívida social para com os brasileiros excluídos. Era uma tentativa de exercitar uma nova prática extensionista, fundada no humanismo crítico.
- 1986 – Uma reforma ministerial sinaliza mudança na correlação de forças que sustentam a Nova República que dá uma guinada de rumo radical, em prejuízo dos compromissos reformistas. O setor agrícola retoma a estratégia produtivista, deixando de lado a questão da reforma agrária, do desenvolvimento rural e da viabilização dos agricultores familiares.
- 1988 – O ministro chefe da SEPLAN João Batista Abreu anuncia a “operação desmonte” a pretexto de enxugar a máquina estatal e reduzir o déficit público. Entre as empresas e órgãos a serem extintos constava a EMBRATER. A partir daí a empresa não teve mais condições de implantar a pretendida prática renovadora da assistência técnica e da extensão rural. Todos os recursos foram mobilizados em defesa da sobrevivência do Sistema, numa campanha que contou com o apoio de representantes classistas patronais e de trabalhadores do setor agrícola, além de outros setores da sociedade civil.
- 1989 – Em janeiro a EMBRATER é dissolvida pelo decreto 97.455. Uma irreversível pressão da sociedade civil e de muitos governos estaduais e municipais, além de deputados e vereadores, faz com que o Congresso aprove o Decreto Legislativo de autoria do senador Maurício Correia, sustando o decreto presidencial.

- 1990 – A EMBRATER é definitivamente dissolvida no dia da posse do presidente Fernando Collor de Mello, por uma medida provisória que foi posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional. Assim, através do Decreto 99.916 a coordenação do SIBRATER passou a ser exercida pela EMBRAPA, através de uma Secretaria de Extensão Rural que ficou ligada diretamente a presidência da empresa.
- 1993 – Pelo Decreto 936 de 23 de Setembro de 1993, a coordenação do SIBRATER sai da EMBRAPA, passando a ser exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural através do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER do Ministério da Agricultura.
- 1997 – O Ministério Extraordinário de Política Fundiária, através do INCRA criou o Projeto LUMIAR que tinha por objetivo oferecer assistência técnica e extensão rural aos assentamentos da Reforma Agrária. O LUMIAR tinha os princípios inovadores da descentralização, da terceirização e da participação que o diferenciava da assistência convencional, era um programa que preconizava um processo de co-gestão entre o Estado e a Sociedade, para tanto foram implantados alguns mecanismos de controle social sobre os serviços de assistência.
- 1997 – Sob a coordenação do Ministério da Agricultura realizou-se um grande seminário nacional de assistência técnica e extensão rural envolvendo todos os estados da federação. Neste evento reafirmou-se o compromisso dos serviços de ATER pública com a agricultura familiar. Além disso, retomou-se o debate sobre a questão da ATER no País.
- 2000 – O Projeto LUMIAR foi extinto por uma portaria do Presidente do INCRA, ficando os assentamentos da Reforma Agrária desprovidos dos serviços de assistência técnica. Embora, muitos técnicos e algumas Cooperativas de Trabalho e Prestação de Serviços continuaram assessorando os agricultores familiares e suas representações.

2003 – Através do Decreto 4.739 de 13 de Junho de 2003 a assistência técnica e extensão rural foi transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ficando sob a coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar.

2003 – Foram realizados 5 seminários regionais e 1 seminário nacional para discussão de propostas de assistência técnica voltadas para a agricultura familiar, sob a coordenação de um grupo de especialistas algumas proposições aprovadas no seminário nacional estão em fase de implementação pela SAF/MDA.

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA - I (Para os técnicos)

DADOS PESSOAIS

Nome: _____ Idade: _____ Origem: _____
Instituição: _____

DADOS PROFISSIONAIS

Formação: _____ Tempo de conclusão do curso: _____
Função: _____ Cargo: _____
Experiências anteriores: _____

Motivos para trabalhar com extensão:

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

- Quais os tipos e áreas dos cursos realizados (últimos anos)?
- Quais a origem da demanda dos treinamentos?
- Citar os métodos mais usados? (descrever os mais importantes)
- Como avalia a capacitação? (qualidade do conteúdo, frequência)
- Quais são suas sugestões para melhoria da capacitação?

METODOLOGIA DA ASSISTÊNCIA

- Qual o trabalho do técnico junto aos agricultores? (explicar)
- Quais os métodos usados? (descrever: visitas, reuniões, dia de campo, curso, etc.)
- Como os agricultores participam do trabalho da extensão?
- Qual sua opinião sobre a participação dos agricultores? Eles ajudam? Como?
- Conhece algum outro método para o trabalho de assistência? Descreva?
- Como se relaciona com os agricultores?

PLANEJAMENTO DO TRABALHO

- Como é elaborado o plano de trabalho dos técnicos? (favor, mostrar um modelo)
- Quem define o que, onde e como fazer?
- Como os agricultores participam do planejamento do trabalho? Descreva?
- Quais suas avaliação e sugestões para a melhoria do planejamento?

TIPO DE TECNOLOGIA TRANSFERIDA

- Quais as tecnologias incentivadas?
- Qual a origem das tecnologias?
- Existe alguma parceria para esse trabalho? Quais?
- Realiza pesquisas junto aos agricultores? Citar?

AVALIAÇÃO E CONTROLE

- Qual é o papel da assistência no contexto da agricultura familiar da região?
- Quais os principais problemas da agricultura familiar?
- Como é a avaliação do seu trabalho? Quem avalia? Quais os critérios?
- Qual é sua opinião sobre o sistema de avaliação de sua empresa? (ver o modelo)
- Quais os métodos de avaliação que conhece?
- Qual sua opinião sobre a avaliação feita pelos agricultores?
- Quais são as suas sugestões para melhoria do processo de avaliação?

INFORMAÇÕES GERAIS

- Quais são os principais problemas da assistência técnica?
- Quais são suas sugestões para resolver tais problemas?
- Qual é o seu plano para o futuro?
- Qual é o plano de sua empresa?
- Quais os principais problemas dos agricultores assistidos?
- Como a assistência técnica poderia contribuir para solucionar tais problemas?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA - II (Para os gestores)

DADOS PESSOAIS

Nome:

Idade:

Origem:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Área de formação:

Locais e Anos de conclusão:

Área/ Função:

Experiências anteriores:

Motivos para o trabalho com a gestão da assistência:

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

- Quais os tipos e áreas dos cursos realizados (últimos anos)?
- Quais a origem da demanda dos treinamentos?
- Citar os métodos mais usados? (descrever os mais importantes)
- Como avalia a capacitação? (qualidade do conteúdo, frequência)
- Quais são suas sugestões para melhoria da capacitação? (citar)

METODOLOGIA DA ASSISTÊNCIA

- Qual é o seu trabalho junto aos técnicos? (explicar)
- Qual o trabalho do técnico junto aos agricultores? (explicar)
- Quais os métodos usados? (descrever: visitas, reuniões, dia de campo, curso, etc.)
- Como os agricultores participam do trabalho da extensão?
- Qual sua opinião sobre a participação dos agricultores e dos técnicos? Eles ajudam? Como?
- Conhece algum outro método para o trabalho de assistência? Descreva?
- Como se relaciona com os agricultores e os técnicos?

PLANEJAMENTO DO TRABALHO

- Como é elaborado o plano de trabalho dos técnicos? (favor, mostrar um modelo)
- Quem define o que, onde e como fazer?
- Como os agricultores participam do planejamento do seu trabalho? Descreva?
- Qual é sua avaliação e suas sugestões para a melhoria do planejamento?

TIPO DE TECNOLOGIA TRANSFERIDA

- Quais as tecnologias incentivadas?
- Qual a origem das tecnologias?
- Existe alguma parceria para esse trabalho? Quais?
- Realiza pesquisas junto aos agricultores? Citar?

AVALIAÇÃO E CONTROLE

- Qual é o papel da assistência no contexto da agricultura familiar da região?
- Quais os principais problemas da agricultura familiar?
- Como é a avaliação do seu trabalho? Quem avalia? Quais os critérios?
- Qual é sua opinião sobre o sistema de avaliação de sua empresa? (mostrar o modelo)
- Quais os métodos de avaliação que conhece?
- Qual sua opinião sobre a avaliação feita pelos agricultores e pelos técnicos?
- Quais são as suas sugestões para melhoria do processo de avaliação?

INFORMAÇÕES GERAIS

- Quais são os principais problemas da assistência técnica?

- Quais são suas sugestões para resolver tais problemas?
- Qual é o seu plano para o futuro?
- Qual é o plano de sua empresa?
- Quais os principais problemas dos agricultores e dos técnicos?
- Como a assistência técnica poderia contribuir para solucionar tais problemas?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA - III (Agricultores)

DADOS PESSOAIS

Nome:	Idade:	Origem:
Escolaridade:	Situação familiar:	Nº de filhos:

DADOS DA PROPRIEDADE

Área Total:	Tipo de Moradia:
Área de Reserva:	Aspecto Sanitário:
Água:	Meio de Transporte:
Energia Elétrica:	
Estradas de Acesso:	
Máquina e Equipamentos:	
Organização:	

PRODUÇÃO

O que planta? Por quê?	Tamanho das lavouras:
O que cria? Por quê?	Quantidade e tipos de animais:
Quais os principais problemas da produção?	

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Você usa os serviços de Assistência Técnica? Como, quando e Por quê?

Já participou de alguma atividade desenvolvida pela ATER? (treinamentos, palestras, dia de campo)

Como foi essa participação?

Que você achou desse(s) evento(s)?

Fale sobre o conteúdo das informações? Elas foram úteis?

Foi possível tirar as dúvidas?

O que você acha dos trabalhos dos técnicos?

Houve algum momento de avaliação dos trabalhos?

Você já recebeu algum trabalho de assistência técnica em sua propriedade? Fale sobre isso?

INFORMAÇÕES GERAIS

Quais são seus principais problemas?

Você acha que os serviços de assistência técnicos podem ajudar a resolver eles? Como?

Que você acha da qualidade dos serviços de Assistência Técnica? (nota de 0 – 10) Por quê?

Quais são suas sugestões para a melhoria dos serviços de assistência?

Gostaria de participar da avaliação do trabalho da assistência?

Quais são seus planos para o futuro?

Tabela 06: Relação de técnicos, gestores e agricultores entrevistados

Nº	NOME	SEXO	MUNICÍPIO	Instituição/ Categoria
01	Odete Paulino de Souza	Feminino	Alagoa Nova	Agricultura
02	José Patrocínio Ferreira	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
03	Luiz Carlos Barbosa	Masculino	Campina Grande	Agricultor
04	Antônio Ferreira Lima	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
05	Antônio Mauricio	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
06	Maria José Souto Menezes	Feminino	Lagoa Seca	Técnica /Emater
07	Adalberto Alves de Oliveira	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
08	Ailton Souza	Masculino	Lagoa de Roça	Agricultor
09	José de Oliveira Nunes	Masculino	Alagoa Nova	Agricultor
10	Nelson Anacleto	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
11	José Gilson Silva Alves	Masculino	Campina Grande	Técnico/ Emater
12	Gilvan Salviano de Araújo	Masculino	Esperança	Técnico /Emater
13	Alice Cezariana	Feminino	Esperança	Técnica /Emater
14	Fernando Garcia	Masculino	Campina Grande	Professor/ UFCG
15	Cláudio Brasileiro	Masculino	João Pessoa/Sede	Secretario /CEDRS
16	Elias Pereira	Masculino	João Pessoa/Sede	Técnico /Emater
17	José Plácido do Nascimento	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
18	Robson Araújo	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
19	João Guimarães	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
20	João Macedo Moreira	Masculino	Esperança	Técnico/AS-PTA
21	Valdir Cordeiro	Masculino	Soledade	Técnico/PATAC
22	José Alves Leal	Masculino	Lagoa Seca	Agricultor
23	Helder G. Lira	Masculino	Remígio	Técnico/Emater
24	Vambert Silva	Masculino	Remígio	Técnico/Emater
25	Napoleão de Araújo	Masculino	Soledade	Agricultor
26	Manoel Alves da Silva	Masculino	Soledade	Agricultor
27	Manoel Antônio Lopes	Masculino	Soledade	Agricultor
28	Antônio Joaquim da Silva	Masculino	Soledade	Agricultor
29	Aldo Costa	Masculino	Soledade	Agricultor
30	João Ferreira da Costa	Masculino	Fagundes	Técnico/Emater
31	Maria Valete Brasileiro	Feminino	Queimadas	Técnica /Emater
32	José Camelo da Rocha	Masculino	Esperança	Técnico/AS-PTA
33	Ana Lúcia Dias	Feminino	Campina Grande	Técnica/ Emater
34	Antônio Carlos Pires de Melo	Masculino	Puxinanã	Técnico/PATAC
35	Tibúrcio João de Miranda	Masculino	Campina Grande	Técnico/Emater
36	Josué Vitorino da Silva	Masculino	Lagoa de Roça	Técnico/Emater
37	Juarez Rodrigues do Nascimento	Masculino	Lagoa Seca	Técnico/Emater
38	Inácio Tota Marinho	Masculino	Soledade	Agricultor/PATAC
39	Nivaldo Moreno de Magalhães	Masculino	Esperança	Técnico/Emater

Tabela 07: Relação de municípios com escritórios da EMATER na Paraíba

Escritórios Locais				Escritórios Regionais
Água Branca	Coremas	Monte Horebe	Santo André	Areia
Aguar	Cruz do Espírito Santo	Monteiro	São Bentinho	Campina Grande
Alagoa Grande	Cubati	Mulungu	São Bento	Catolé do Rocha
Alagoa Nova	Cuité	Natuba	São Domingos de Pombal	Guarabira
Alagoinha	Desterro	Nazarezinho	São João do Cariri	Itabaiana
Alhandra	Diamante	Nova Floresta	São João do Rio do Peixe	Itaporanga
Araçagi	Dona Inês	Nova Olinda	São João do Tigre	João Pessoa
Arara	Émas	Nova Palmeira	São José da Lagoa Tapada	Patos
Araruna	Esperança	Olho d'Água	São José de Caiana	Picui
Areial	Fagundes	Olivedos	São José de Espinharas	Pombal
Aroeiras	Frei Martinho	Ouro Velho	São José de Piranhas	Princesa Isabel
Bananeiras	Gurinhém	Passagem	São José do Bonfim	Serra Branca
Barra de S. Rosa	Gurjão	Paulista	São José do Sabugi	Solânea
Belém	Ibiara	Pedra Branca	São José dos Cordeiros	Sousa
Belém do Brejo do Cruz	Igaracy	Pedra Lavrada	São Mamede	
Bernardino Batista	Imaculada	Pedras de Fogo	São Miguel de Taipu	
Boa Ventura	Ingá	Piancó	São Sebastião de Lagoa de Roça	
Bom Sucesso	Itapororoca	Pilar	São Sebastião do Umbuzeiro	
Bonito de Santa Fé	Itatuba	Piões	Sapé	
Boqueirão	Jacaraú	Piõezinhos	Seridó	
Borborema	Jericó	Pirpirituba	Serra da Raiz	
Brejo do Cruz	Juarez Távora	Pocinhos	Serra Grande	
Brejo dos Santos	Juazeirinho	Poço Dantas	Serra Redonda	
Cabaceiras	Junco do Seridó	Puxinanã	Serraria	
Cachoeira dos Índios	Juripiranga	Queimadas	Soledade	
Cacimba de Areia	Juru	Quixabá	Sumé	
Cacimba de Dentro	Lagoa	Remígio	Taperoá	
Cacimbas	Lagoa de Dentro	Riacho dos Cavalos	Tavares	
Caiçara	Lagoa Seca	Rio Tinto	Teixeira	
Cajazeiras	Livramento	Salgadinho	Tenório	
Cajazeirinhas	Mãe d'Água	Salgado de S. Félix	Triunfo	
Campo de Santana	Malta	Santa Cecília	Uiraúna	
Catingueira	Mamanguape	Santa Cruz	Umbuzeiro	
Caturité	Manáira	Santa Helena	Várzea	
Conceição	Mari	Santa Luzia	Vista Serrana	
Condado	Massaranduba	Santa Teresinha		
Conde	Matinhas	Santana de Mangueira		
Congo	Mogeiro	Santana dos Garrotes		

Fonte: dados da pesquisa de campo

DADOS GERAIS DA EMATER

Tabela 08: Principais indicadores da EMATER-PB

Instituição / UF	Município com escritório (% do total estadual)	% do público potencial atendido*	Famílias por técnico		Custo por família do público potencial	Técnicos/veículo
			Público atendido	Público potencial		
EMATER (PB)	73%	30%	105	352	222	1,3

(*): O público potencial considerado é igual à somatória dos agricultores familiares dos dados da pesquisa INCRA/FAO (2000) com base no censo IBGE 1996 e dos assentados a partir de 1996 até janeiro 2003 na base dos dados INCRA.

Fonte: dados da pesquisa de campo

Tabela 09: Escritórios regionais, escritórios locais e municípios atendidos pela EMATER-PB

Instituição / UF	Escritórios Regionais	Escritórios locais	Municípios Atendidos	Média de municípios por regional	Média de escrit. local por regional
EMATER (PB)	14	163	221	15,8	11,6

(*): inclui os postos avançados.

Fonte: dados da pesquisa de campo

Tabela 10: Número de técnicos em contato com o público, famílias atendida por técnicos e técnicos por município da EMATER-PB

Instituição / UF	Técnicos em contato com o público	Famílias atendidas	Famílias / técnico	Municípios atendidos	Técnicos / Município
EMATER (PB)	379	39.800	105	221	1,7

Fonte: dados da pesquisa de campo

Tabela 11: Faixa salarial dos técnicos da EMATER-PB

Instituição / UF	Nível Médio		Nível Superior	
	Início de carreira	Final de carreira	Início de carreira	Final de carreira
EMATER (PB)	545	1347	677	2247

Fonte: dados da pesquisa de campo

Tabela 12: Orçamento da EMATER ano 2001

Instituição / UF	Valor total (R\$)	Valor para ATER (R\$)	Técnicos em contato com o público (sem apoio)		Valor para ATER por Técnico
			N.º	% do total	
EMATER (PB)	29.826.343	29.826.343	379	54%	78.697

Fonte: dados da pesquisa de campo

Tabela 13: Gastos realizados por família atendida e potencial pela EMATER-PB

Instituição / UF	Valor para ATER (R\$)	Famílias atendidas	RS / Família atendidas	Famílias do público potencial	RS / Fam. Pub. Potencial
EMATER (PB)	29.826.343	39.800	749	134.164	222



Fotografia 1. Agricultores experimentadores fazendo uma demonstração sobre confecção de feno de forma simples para a criação animal na região Soledade-PB



Fotografia 2. Mostra o trabalho dos agricultores e o material utilizado são restos de cultivos



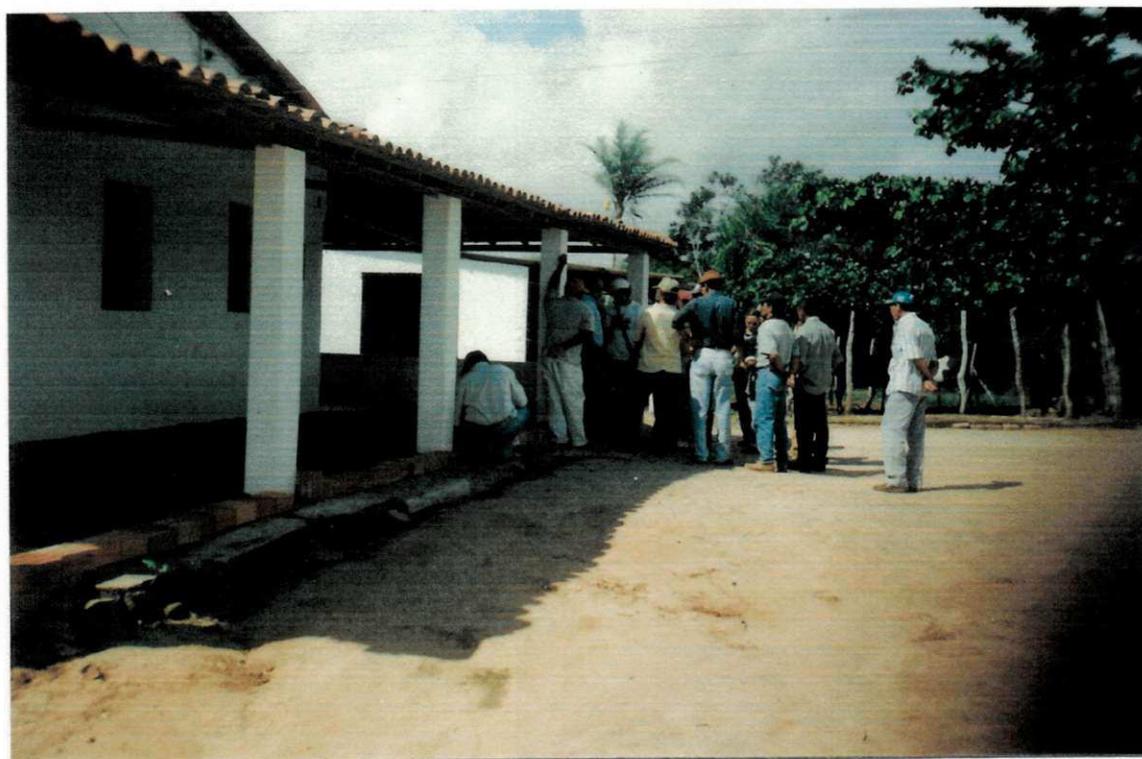
Fotografia 3. Mostra a sede da AS-PTA município de Esperança-PB



Fotografia 4. Feira Agroecológica de Lagoa Seca, organizada pelo Sindicato com apoio da AS-PTA, onde o pesquisador entrevistou vários agricultores e técnicos.



Fotografia 5. Visita de intercâmbio na propriedade de um agricultor experimentador no município de Lagoa de Roça-PB



Fotografia 6. Grupo de agricultores experimentadores discutindo os resultados observados na visita de intercâmbio



Fotografia 7. Demonstração de um agricultor experimentador sobre a queima de ossos de bovinos para ser triturado e usado na fabricação do sal mineral para alimentação animal



Fotografia 8. Agricultores misturando os ingredientes para a fabricação do sal mineral



Fotografia 9. Barragem subterrânea utilizada para a produção de diversos cultivos, uma alternativa simples e adaptada a realidade dos agricultores familiares do semi-árido



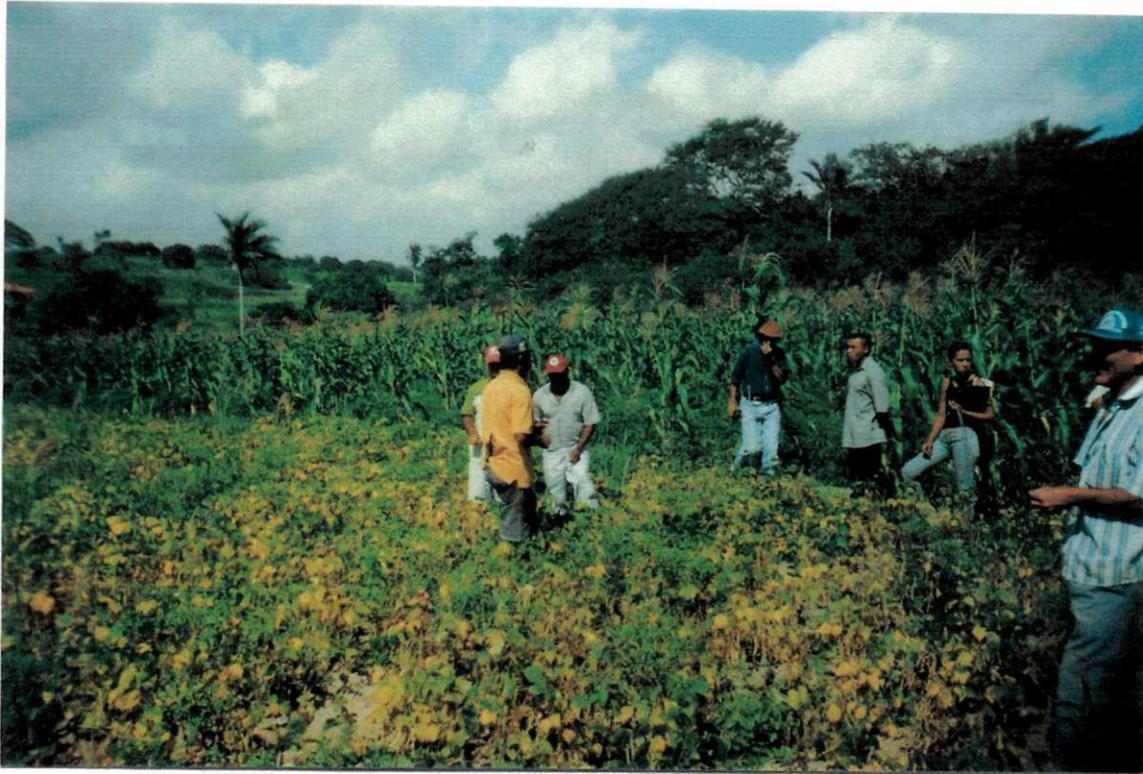
Fotografia 10. Mostra o grande cuidado que os agricultores experimentadores têm com as barragens com o objetivo de evitar a erosão.



Fotografia 11. Feira Agropecuária de Campina Grande, organizada pela EMATER-PB. Local onde o pesquisador entrevistou vários agricultores e técnicos.



Fotografia 12. Feira Agropecuária de Campina Grande (Centro)



Fotografia 12. Mostra uma visita de intercâmbio onde os agricultores estão conhecendo os resultados do Biofertilizante fabricado pelos próprios agricultores experimentadores.



Fotografia 13. Paisagem que mostra a ocupação do espaço por várias propriedades de agricultores familiares no município de Remigo-PB.